

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior

Antônio Rosendo Neto Júnior

Cláudio Luiz Freire Lima

Cornélio Farias Pimentel

Perpétuo Socorro Cajazeiras

Sandra dos Santos Souza Lisboa

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio Varejista

Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Francisco Kaique Feitosa Araújo

João Marcos Rodrigues da Silva

Marcus Vinicius Adriano Araujo

Jovens Aprendizes

Sarah Lucena Barros

Yago Carvalho Lima

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Normalização

Marcia Melo de Matos

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019.

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

Apresentação

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), tem a honra de disponibilizar, ao público em geral, uma Edição Especial da Revista BNB Conjuntura Econômica. A mencionada Revista foi reformulada e reeditada a partir de 2004, tendo sido, desde então, publicada de forma ininterrupta, completando, portanto, 15 anos em 2019.

Essa Edição Especial foi pensada e elaborada com o objetivo de oferecer uma visão abrangente da Região Nordeste e de seus nove estados, nos últimos 15 anos. Para tanto, além da equipe do BNB Conjuntura Econômica, foram convidados professores e técnicos dos governos estaduais para contribuir com artigos sobre a evolução da estrutura econômica dos respectivos estados.

Organizada em 3 partes, a presente edição inicia com os textos: **Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização - Persistência do Contraponto Inacabado**, de Carlos Américo Leite Moreira, Inez Silvia Batista Castro e Alfredo José Pessoa de Oliveira; **Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016**, de Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; **Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas**, de Getúlio Alves de Souza Matos; **Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil**, de Francisco Diniz Bezerra, Fernando Luiz Emerenciano Viana e Luciana Mota Tomé; **Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) - 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional**, de Marcos Falcão Gonçalves e Luiz Alberto Esteves; e **A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 - 2018**, de José Wandemberg Rodrigues Almeida e Airton Saboya Valente Junior.

Os nove capítulos seguintes abordam a economia dos Estados da Região: **Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente**, de João Carlos Souza Marques, Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; **Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016**, de Fernanda Moita; **A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018**, de Nicolino Trompieri Neto, Alexandre Lira Cavalcante, Ana Cristina Lima Maia, Daniel Cirilo Suliano, Paulo Araújo Pontes e Witalo de Lima Paiva; **Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI**, de Joacir Rufino de Aquino e Emanuel Márcio Nunes; **Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI**, de Ivan Targino, Rejane Gomes Carvalho e Wanderleya dos Santos Farias; **A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas**, de Tania Bacelar de Araújo e Valdeci Monteiro dos Santos; **A Economia de Alagoas de 2000-2018**, de Cicero Pericles de Carvalho; **Sergipe no século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico**, de Ricardo Oliveira Lacerda de Melo; **Panorama Econômico da Bahia no Século XXI**, de Fernanda Calasans C. L. Pessoti e Gustavo Casseb Pessoti.

Na terceira parte, estão os capítulos já contemplados na Revista BNB Conjuntura Econômica, porém com análises que se iniciam nos anos 2000: **Análise da Agricultura do Nordeste no Início do Século XXI**, de Wendell Márcio Araújo Carneiro e Yago Carvalho Lima; **Comportamento da Pecuária do Nordeste no Limiar do Século XXI**, de Wendell Márcio Araújo Carneiro e Yago Carvalho Lima; **Conjuntura Econômica: Indústria Nordeste - 2002 e 2018**, de Liliane Cordeiro Barroso; **Serviços no Nordeste no Século XXI**, de Airton Saboya Valente Junior e João Marcos Rodrigues da Silva; **Varejo no Nordeste no Século XXI**, de Airton Saboya Valente Junior e João Marcos Rodrigues da Silva; **Turismo**, de Laura Lúcia Ramos Freire; **A Evolução do Emprego Formal no Nordeste no Período de 2002 a 2017**, de Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; **Comércio Exterior**, de Laura Lúcia Ramos Freire; e **Finanças Públicas nos Estados do Nordeste no Século XXI**, de Antônio Ricardo de Norões Vidal.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, o apoio do Presidente do Banco do Nordeste, Romildo Carneiro Rolim, na realização desta publicação e na divulgação de conhecimento sobre a Região Nordeste, bem como agradecer aos autores convidados, ao corpo editorial e à equipe técnica da Revista pela dedicação e esforço despendidos para a consecução desta Edição Especial.

Boa leitura!

Sumário

- 01 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional
- 02 Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização – Persistência do Contraponto Inacabado
- 03 A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018
- 04 Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil⁰⁵ A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018
- 05 Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016
- 06 Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas
- 07 Análise da Agricultura Nordestina no Início do Século XXI
- 08 Comportamento da Pecuária Nordestina no Limiar do Século XXI
- 09 Conjuntura Econômica – Indústria Nordeste – 2002 e 2018
- 10 Varejo do Nordeste no início do Século XXI
- 11 Serviços no Nordeste no Início do Século XXI
- 12 Turismo
- 13 A Evolução do Emprego Formal no Nordeste no Período de 2002 a 2017
- 14 Comércio Exterior
- 15 Finanças Públicas nos Estados do Nordeste no Século XXI
- 16 Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a Partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente
- 17 Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016
- 18 A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018
- 19 Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI
- 20 Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI
- 21 A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas
- 22 Alagoas 2000-2018
- 23 Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico
- 24 Panorama Econômico da Bahia no Século XXI

Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI

Joacir Rufino de Aquino¹

Emanoel Márcio Nunes²

Resumo

O objetivo deste artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte de meados do século XX até o período recente (outubro/2019), procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura e a análise de um amplo painel de dados estatísticos. Em linhas gerais, o trabalho mostra que os setores produtivos potiguares avançaram significativamente do final dos anos 2000 até meados da segunda década do século XXI, com destaque para a indústria e os serviços. O desempenho apresentado fez com que o estado superasse as taxas de crescimento brasileiras e regionais em muitos anos da série histórica estudada. Apesar disso, desde 2015, a economia norte-rio-grandense atravessa uma fase de retração e reduz sua participação no PIB nordestino, em paralelo com o aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Tal situação é agravada por uma crise fiscal e financeira, que anula a capacidade investimento do governo estadual, tornando a recuperação do quadro de baixo dinamismo identificado dependente do comportamento da economia nacional nos próximos anos.

Palavras-Chave

Crescimento; Desenvolvimento Econômico; Desigualdades Intraestaduais; Rio Grande do Norte.

1 Introdução

O Nordeste brasileiro vivenciou mudanças socioeconômicas significativas no começo do século XXI. O bom dinamismo econômico nordestino a partir dos anos 2000 foi impulsionado pela elevação da renda das famílias, pelo avanço dos programas sociais, do crédito, do emprego formal e pela atração de um importante bloco de investimentos produtivos e de infraestrutura básica. Como resultado da combinação desses fatores, decorrentes da ação desenvolvimentista do Estado nacional, a Região cresceu até recentemente acima da média do Brasil e registrou quedas substanciais nos índices de pobreza urbana e rural (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014; JANNUZZI *et al.*, 2016).

A situação econômica atual, contudo, impacta na trajetória de crescimento do País e, por tabela, desacelera também a expansão dos setores produtivos constituintes do Produto Interno Bruto (PIB) nordestino, que sofre forte desaceleração a partir de 2014 e contabiliza taxas negativas em 2015/16, sinalizando riscos de retrocessos no curto e médio prazos. Conforme observa Araújo (2017), o arrefecimento do modelo de crescimento inclusivo promovido pelas políticas estatais de fortalecimento da demanda interna e o ajuste fiscal levado adiante pelo governo federal ameaçam as conquistas sociais alcançadas em um contexto de grave recessão que atinge todos os entes federados.

É importante lembrar que as mudanças econômicas ocorridas no território nordestino assumiram feições variadas em cada estado. Isso acontece devido à heterogeneidade revelada quando se observa a *performance* individualizada de cada unidade federativa em relação à dinâmica produtiva do País e da Região. Tal heterogeneidade se manifesta também do ponto de vista conjuntural e não apenas em termos estruturais. Os efeitos da atual crise econômica, por exemplo, e os caminhos para tentar sair dela, apresentam contornos

1 Economista. Mestre em Economia Rural e Regional (UFCEG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

2 Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto IV da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPE/UERN). E-mail: emanoelnunes@uem.br.

específicos entre os estados do Nordeste. Essas particularidades, porém, geralmente são negligenciadas carecendo de um maior aprofundamento a fim de captar a diversidade da realidade econômica regional.

Nesse contexto, visando contribuir com os debates sobre o tema, o objetivo do presente artigo é realizar um breve balanço da evolução da economia do Rio Grande do Norte do final do século passado ao período recente (2000-2019), buscando comparar o seu desempenho produtivo com a média dos indicadores brasileiros e nordestinos. Além disso, pretende-se elencar alguns dos principais limites do padrão de crescimento da economia potiguar, bem como os desafios que estão postos para o enfrentamento da crise fiscal e da desaceleração econômica vigente no estado.

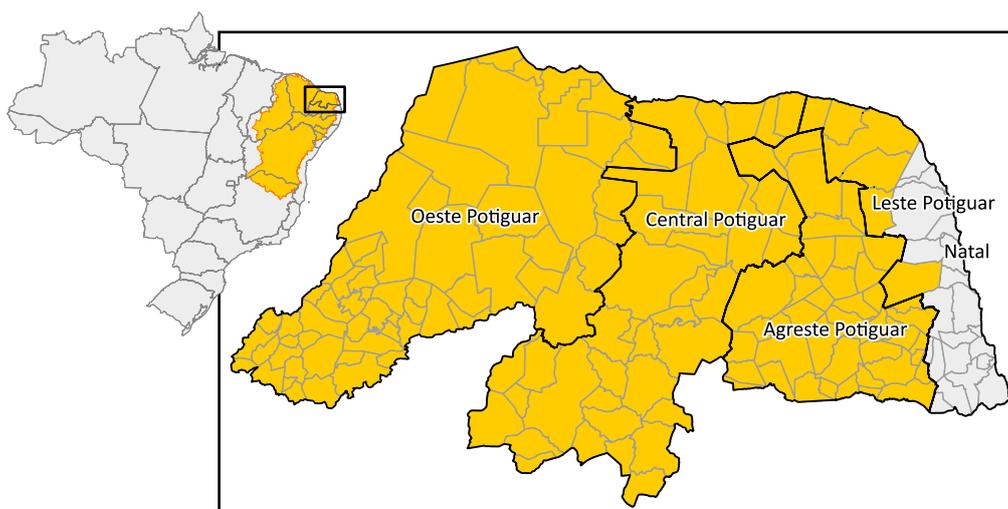
Para a concretização dos objetivos propostos, foi realizada uma rápida revisão da literatura acadêmica e de matérias jornalísticas publicadas pela imprensa local, que serviram de base para a análise de um amplo conjunto de dados territoriais e macroeconômicos coletados junto a órgãos oficiais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB), entre outros.

A estrutura do texto está organizada em mais quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na segunda seção, são apresentados alguns aspectos gerais do território potiguar, destacando as transformações produtivas e o desempenho da economia estadual a partir dos anos 1970 até 2000. A terceira seção analisa a evolução do PIB norte-rio-grandense nas duas primeiras décadas dos anos 2000. A quarta seção, por sua vez, discute as desigualdades internas e o caráter concentrador do estilo de crescimento estadual. Já a quinta seção enfoca o momento atual de dificuldades enfrentado pela economia potiguar e suas perspectivas para os próximos anos.

2 Aspectos gerais, mudanças produtivas e crescimento da economia do Rio Grande do Norte no século XX

O Rio Grande do Norte (RN) ocupa uma área de 52.810 km², a qual é dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e em 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da Região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, se destaca por uma expressiva parcela do território inserida nos limites do Semiárido brasileiro (93%), apresentando uma rica base de recursos naturais e uma marcante diversidade social interna (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte, 2017



Fonte: Malha cartográfica do IBGE (2015) e Brasil (2018).
Nota: Mapa adaptado, a pedido dos autores, pela geógrafa R. S. França.

Situado na “esquina” do mapa do Brasil, com mais de 400 km de litoral, o RN ocupa uma posição geográfica privilegiada, sendo a unidade da federação mais próxima da Europa e da África. Segundo estimativas oficiais, possui 3.506.853 habitantes em 2019, o que representa 1,7% da população brasileira e 6,1% da nordestina (IBGE/SIDRA, 2019). A maioria desse contingente populacional (55%) vive em pequenos e médios municípios localizados na área de abrangência do Semiárido, enquanto o restante se aglomera na parte leste em torno da capital potiguar, Natal.

A formação do espaço econômico norte-rio-grandense ocorreu a partir do século XVI com a implantação pelos colonizadores europeus da agropecuária e outras atividades extrativas, com o objetivo principal de atender a demanda de mercados fora do estado. Com o passar dos anos, excluída dos circuitos nacionais de valorização do capital industrial, a economia estadual caminhou a passos lentos, de uma forma menos dinâmica do que a dos estados vizinhos. Em vista disso, até meados da década de 1960, sua estrutura produtiva ainda apresentava o perfil de uma típica economia agroexportadora (ANDRADE, 1981; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009).

Nesse período, na parte leste do estado, prevalecia a atividade canavieira implantada desde o início da ocupação portuguesa. Em toda a extensão do Semiárido, por outro lado, predominava a pecuária que dividia os campos com as lavouras de alimentos básicos (milho, feijão e mandioca) e o algodão, na época, o principal produto da agricultura estadual. Essas atividades se desenvolviam em uma estrutura fundiária altamente concentrada, pautada na grande propriedade, enquanto a vida das cidades em formação girava em torno da agroindústria de processamento do algodão no interior sertanejo e dos engenhos de açúcar na costa oriental. Apenas em alguns lugares específicos havia exceções, a exemplo da pesca e da produção de sal marinho no litoral norte, do extrativismo da carnaúba nos vales do Açu e Apodi e da extração mineral nos municípios do Seridó.

Analisando essas características gerais, Andrade (1981) avalia que o RN era relativamente mais subdesenvolvido do que os outros estados da Região Nordeste. No entanto, uma reviravolta vai acontecer a partir dos anos 1970/1980, quando ele vivencia mudanças produtivas e demográficas profundas facilitadas, entre outras coisas, pela expansão das redes de energia elétrica, da telefonia e das rodovias estaduais e federais (CLEMENTINO, 1995; GOMES, 2018). Assim, no curto espaço de três décadas (1970-2000), registra-se uma alteração substancial no quadro apresentado até então, com as atividades agropecuárias reduzindo sua importância relativa, enquanto a indústria e, especialmente, os setores de comércio e serviços, passam a liderar a produção de riqueza no estado.

O salto da indústria potiguar ocorre a partir do final dos anos 1970 estimulado pelo incremento da exploração de petróleo e gás natural via PETROBRAS, passando a se constituir na “espinha dorsal” da geração de riqueza e dinamismo da economia estadual. Tal atividade extrativa vai se consolidar na mesorregião Oeste, dando ao RN a liderança na produção nacional de petróleo em terra e o segundo lugar na produção no mar, provocando grandes transformações produtivas e gerando receitas suplementares com o pagamento de *royalties* para o governo estadual, prefeituras e proprietários de terra. Paralelo a isso, verifica-se a modernização da indústria salineira, outro setor que o estado lidera em nível nacional. A indústria têxtil e de transformação em geral, por seu turno, amplia seu escopo com o reforço dos subsídios da SUDENE e, posteriormente, com a ajuda dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), que foi criado em 1985 e passou a atuar efetivamente a partir de 1997 (AZEVEDO, 2013; MACEDO; ARAÚJO, 2009; RODRIGUES NETO, 2010).

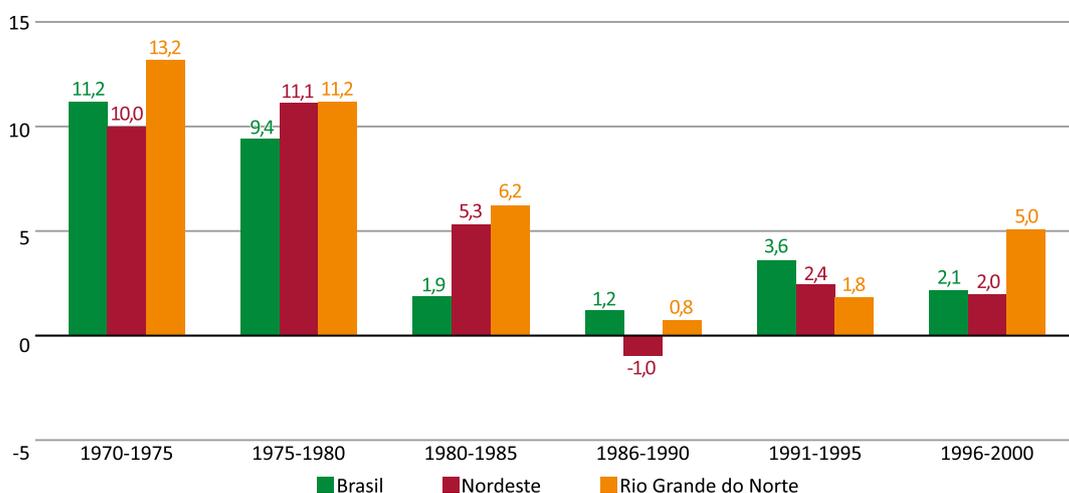
É também nos anos 1990 que a agropecuária estadual expande, mesmo tardiamente, a modernização de sua base técnica após a falência do ciclo do algodão, tendo como destaque a produção irrigada de frutas tropicais para exportação no polo Açu-Mossoró (ALVES; AQUINO; SILVA FILHO, 2018; NUNES, 2009; VALÊNCIO, 1995). Tal processo foi potenciado graças aos incentivos do Estado brasileiro, que além dos instrumentos clássicos de política agrícola (crédito, assistência técnica etc.), preparou o terreno para a valorização do capital, construindo grandes obras de infraestrutura hídrica, como os perímetros de irrigação e a gigantesca Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório do RN, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de m³ de água.

Já o setor terciário ganha relevância impulsionado pelo crescimento da urbanização e das atividades industriais concentradas na Grande Natal e em outras cidades de porte médio, como Mossoró. Nesse segmento, além do comércio varejista e no atacado, merece destaque o papel desempenhado pela

expansão dos serviços de saúde e educação em todos os níveis. A maior oferta desses e de outros serviços amplia o número de empregos públicos e, com isso, gera uma massa de salários que vai contribuir para dinamizar as economias locais. Ademais, as atividades turísticas passam a exercer grande peso em alguns municípios potiguares, principalmente naqueles localizados no litoral leste (ARAÚJO, 2010; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009; GOMES, 2018).

Esse amplo conjunto de transformações, apenas sumarizado aqui, repercute positivamente na capacidade de geração de riqueza no território norte-rio-grandense. Como mostra o Gráfico 1, de 1970 a 2000, com exceção do início dos anos 1990, a taxa real de crescimento do PIB do estado foi superior à média do País e do Nordeste. Olhando os números de modo detalhado, merece destaque a *performance* obtida na década de 1970, que variou acima de 10%. Nos anos 1980, a trajetória da economia estadual manteve seu ritmo de expansão, motivada pelo avanço da indústria do petróleo, perdendo velocidade no começo da última década do século passado, mas logo voltando a crescer 5,0% no final da série estatística analisada.

Gráfico 1 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 1970 a 2000 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados extraídos do trabalho de Rodrigues Neto (2010, p. 254) e reorganizados pelos autores.

O RN termina o século XX, portanto, crescendo bem acima das médias brasileira e nordestina depois de passar por profundas transformações em um curto espaço de tempo. De uma economia primário-exportadora, dependente da agropecuária, o estado diversifica sua base produtiva e assume um perfil urbano-industrial. Assim, ao lado das atividades tradicionais reestruturadas, verifica-se a consolidação de uma base produtiva inteiramente nova, assentada na indústria do petróleo, na fruticultura irrigada de exportação e no setor terciário. Essas atividades, baseadas na exploração de recursos naturais, vão alavancar o crescimento do PIB potiguar no período, que alcança a 19ª posição no Brasil e a 6ª posição na Região Nordeste.

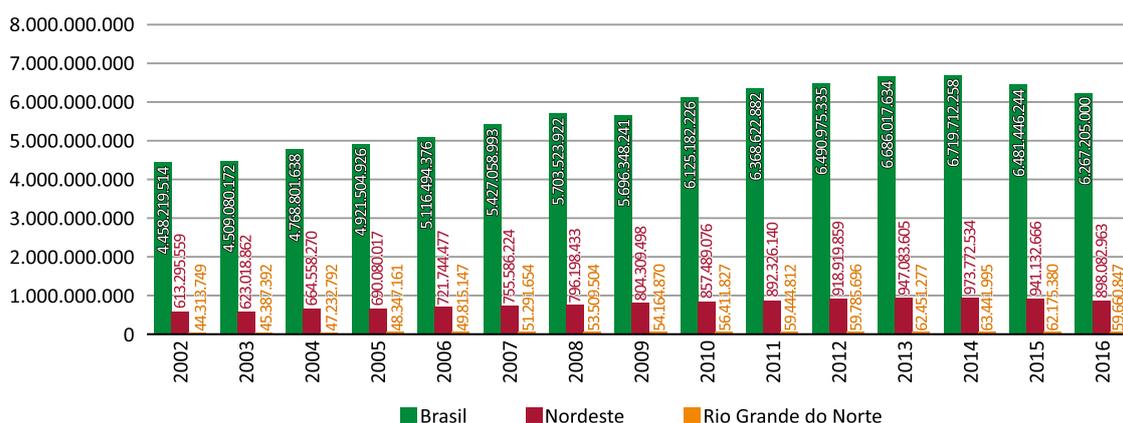
Um aspecto negativo desse processo foi o aprofundamento das desigualdades intra-estaduais, com a riqueza se concentrando no entorno da Região Metropolitana de Natal e nos municípios que sediam as atividades dinâmicas integradas ao mundo globalizado. Outra questão desafiadora era a persistência de um alto nível de pobreza. Isso porque, em 2000, 44,9% da população norte-rio-grandense ainda era pobre, ou seja, tinha renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Para fazer frente a esses desafios, no começo do século XXI, o governo potiguar busca atrair novos investimentos públicos/privados para ampliar a trajetória ascendente do PIB estadual. Mas, como será mostrado na sequência, a despeito dos bons resultados obtidos, o estado não consegue manter o mesmo ritmo de crescimento colando a sua dinâmica ao comportamento da economia nacional e nordestina.

3 Desempenho da economia Norte-Rio-Grandense no limiar do século XXI (2002-2016)

No alvorecer do século XXI, a economia do RN continua sua caminhada evolutiva se beneficiando dos condicionantes que levaram ao bom dinamismo da Região Nordeste mencionados na seção introdutória deste artigo. De particular importância serão a nova geração de políticas sociais de combate à pobreza e os investimentos públicos federais e privados em infraestrutura, uma vez que o estado foi contemplado com as obras da Copa do Mundo de 2014 e se tornou também um dos principais espaços de valorização dos capitais aplicados em parques eólicos no território nordestino. Tais elementos, combinados com as atividades pré-existentes, vão impactar no desempenho do PIB e compensar em parte o declínio de outras fontes estratégicas de riqueza norte-rio-grandenses até perderem força.

Conforme evidencia o Gráfico 2, em todos os anos de 2002 a 2014, a economia potiguar cresceu em termos absolutos, embora seu tamanho seja quase invisível no contexto nacional. Com isso, o PIB local, que era de R\$ 44,3 bilhões, em 2002, saltou para R\$ 63,4 bilhões, em 2014, o que representou um aumento acumulado de 43,7%. Porém, depois dessa fase expansiva, nota-se o arrefecimento da trajetória ascendente da economia estadual, que entra em recessão a partir de 2015. O momento de dificuldades da economia norte-rio-grandense se agrava em 2016, quando o seu PIB de R\$ 59,7 bilhões foi inferior ao registrado em 2014, decaindo para um patamar próximo do verificado no início da presente década. Apesar disso, o estado encerra a série estatística analisada como a 18ª maior economia do País e a 5ª do Nordeste.

Gráfico 2 – Evolução do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em Mil Reais)



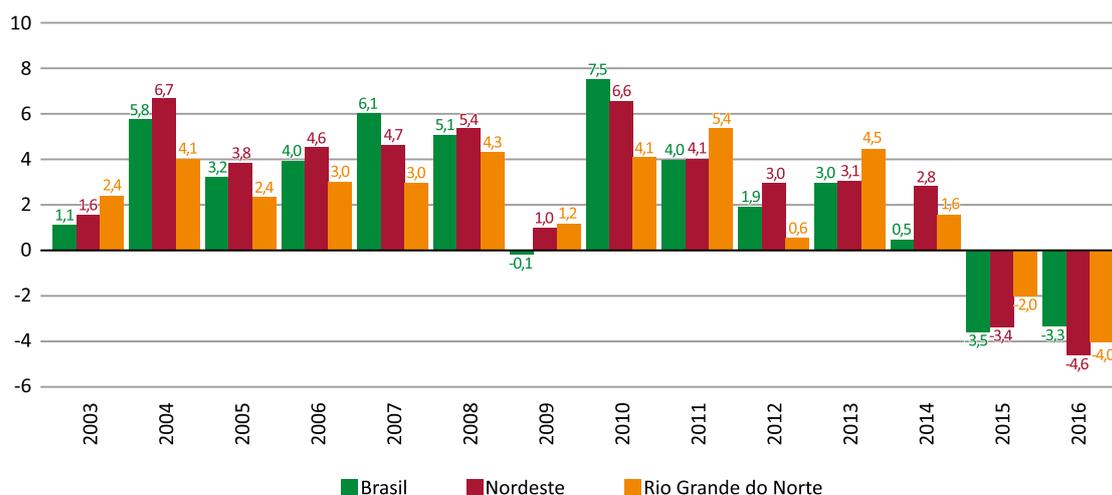
Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Com efeito, o desempenho da economia do RN nas duas primeiras décadas dos anos 2000 pode ser melhor compreendido quando se analisa a sua situação em termos de taxa de crescimento do PIB. Nesse sentido, o Gráfico 3, a seguir, destaca que as taxas de variação da produção de riqueza no estado oscilaram bastante entre 2002 e 2014, mas sempre foram positivas variando de 1,0% a pouco mais de 5,0%. No entanto, em 2015 e 2016, seguindo a tendência nacional e regional, o quadro se inverte e a economia norte-rio-grandense passa a apresentar taxas de crescimento do PIB negativas, de -2,0% e -4,0%, respectivamente.

É possível perceber, assim, que o dinamismo da economia potiguar se tornou fortemente atrelado ao comportamento da economia brasileira. Outro aspecto que chama a atenção no gráfico em tela é a mudança do ritmo de seu crescimento. Como foi visto anteriormente, nos últimos 30 anos do século passado, a economia potiguar cresceu acima da média do Brasil e do Nordeste. Nas primeiras duas décadas do século XXI, contudo, essa vantagem parece ter sido perdida, haja vista que o RN tem registrado taxas reais de expansão do PIB menores do que o País e o conjunto dos estados nordestinos, com raras exceções nos anos de 2003, 2009, 2011 e 2013.

Gráfico 3 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2003 a 2016 (Em %)

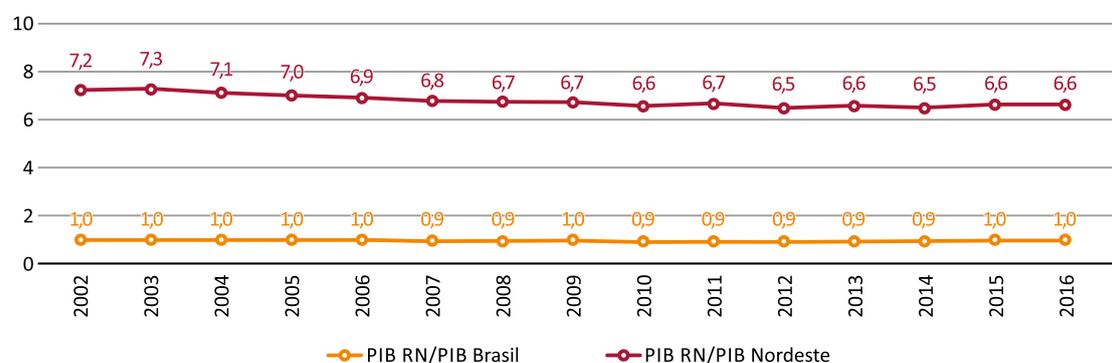


Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

A despeito das menores taxas de crescimento do PIB norte-rio-grandense, comparativamente ao final do século passado, o estado tem mantido de maneira constante sua participação em torno de 1,0% no total da economia nacional. Mesmo assim, observa-se uma queda do seu peso no conjunto da riqueza gerada na Região Nordeste. De acordo com os dados deflacionados do IBGE (2018) elaborados pela equipe do BNB/ETENE, em 2002 ele respondia por 7,2% do PIB nordestino. No decorrer dos últimos 15 anos, todavia, ocorre uma deterioração gradativa desse indicador. Em função disso, em 2016, sua participação relativa na economia regional havia declinado ligeiramente para 6,6% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução da participação do PIB do Rio Grande do Norte no PIB do Brasil e do Nordeste, 2002 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

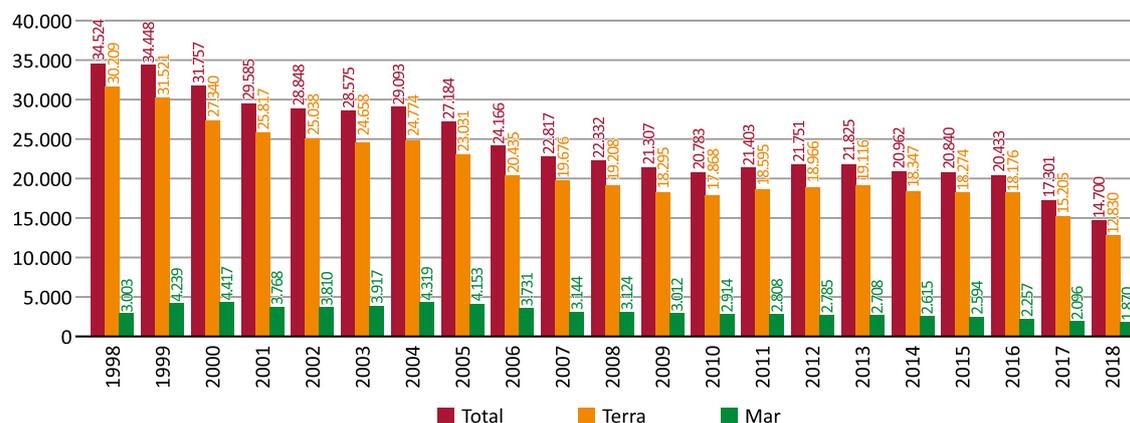
Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Segundo Freire (2011; 2013), o menor dinamismo relativo da economia do RN e sua perda de participação no contexto regional pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro deles está associado à exclusão do estado, no período analisado, de importantes projetos estruturantes e produtivos (portos, ferrovias, indústria automobilística, produção de grãos etc.) instalados nos demais estados nordestinos, especialmente na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. O segundo fator, por sua vez, se refere às condições desfavoráveis do ambiente de negócios vigente no território potiguar e à desaceleração da sua produção de petróleo, uma vez que essa atividade tem um grande peso na economia norte-rio-grandense, proporcionalmente maior do que em qualquer outro estado nordestino.

De fato, o declínio da produção de petróleo no RN nos últimos 20 anos é realmente impactante. Embora o estado mantenha a liderança nacional da extração de óleo bruto em campos terrestres, a sua produção total (terra e mar) caiu aproximadamente 60% entre 1998 e 2018, passando de 34,5 milhões para 14,7

milhões de barris por ano (Gráfico 5). Logo, a espinha dorsal da indústria potiguar parece ter sofrido uma grave fratura. O fato inquietante é que o problema apresentado não reflete apenas episódios passageiros, ou o esgotamento das “reservas provadas” de petróleo, e sim uma crise estrutural materializada na queda acentuada dos investimentos da PETROBRAS na perfuração de novos poços e na privatização recente das suas atividades na unidade federativa em foco (TRIBUNA DO NORTE, 2019a; 2019b).

Gráfico 5 – Evolução da produção de petróleo total e por localização (terra e mar) no Rio Grande do Norte, 1998 a 2018 (Em mil barris)

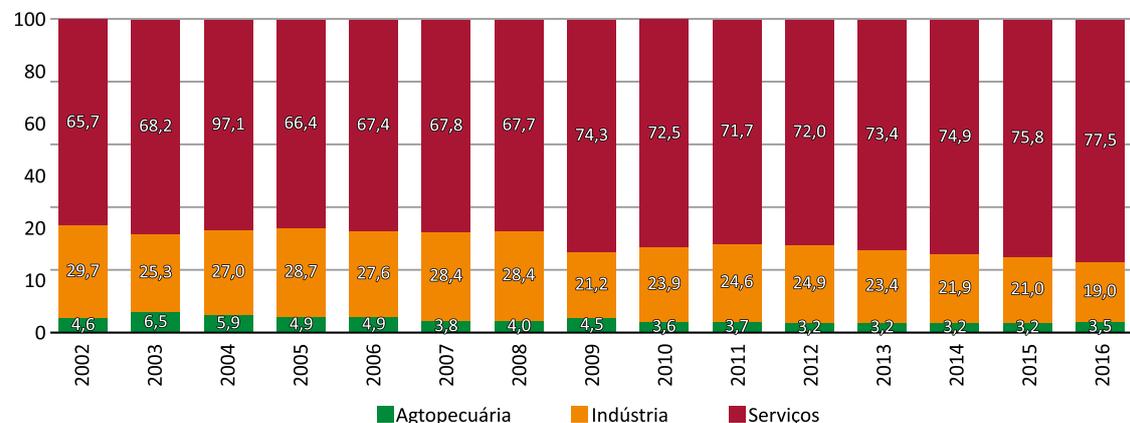


Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2007; 2011; 2019).

Quanto à evolução dos diferentes setores que formam o PIB potiguar, o Gráfico 6 mostra que as mudanças iniciadas no século passado se consolidaram, dada a diversificação da base produtiva estadual. Porém, no período de 2002 a 2016, o grosso da economia estadual estava concentrado no setor de comércio e serviços, que gera a maior parte da riqueza e dos empregos. Esse setor, que inclui os diferentes ramos do turismo, inclusive, aumenta sua participação relativa, de 65,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, em 2002, para 77,5%, em 2016.

Afora as atividades terciárias, a indústria começa o período gerando próximo de 30% da riqueza estadual, mas declina para 19,0% no final do intervalo de tempo estudado, arrastada pela queda da produção de petróleo no estado e pelo esgotamento do *boom* da construção civil. Tal fato sinaliza um grave processo de “desindustrialização” em andamento, com consequências danosas para o futuro da economia potiguar. Já a agricultura mantém uma baixa representatividade no VAB total, oscilando em um patamar sempre inferior a 4,0%, particularmente desde 2012 quando o território norte-rio-grandense foi atingido por uma das mais graves secas de sua história (SOUZA; AQUINO, 2018).

Gráfico 6 – Participação do Valor Adicionado Bruto da agropecuária, indústria e serviços no VAB total do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

Note-se que os números apresentados não refletem uma crise geral da agricultura no espaço geográfico pesquisado, mas a reestruturação produtiva do setor. Nesse processo, que se acentua a partir da segunda metade dos anos 2000, a cana-de-açúcar e as “lavouras modernas” baseadas no trabalho assalariado, tendo como carro-chefe o melão, ampliam a sua participação no VAB total da agropecuária e mantêm elevado peso na frágil pauta exportadora estadual, limitada às frutas, ao sal marinho e outras mercadorias de baixo valor agregado (Tabela 1). Enquanto isso, as “lavouras alimentares” de milho, feijão e mandioca desenvolvidas em pequenas propriedades familiares perdem espaço, transformando o estado em um importador líquido desses produtos e acentuando o dualismo tecnológico no campo (AQUINO; FREIRE, 2015; AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; NUNES, 2009).

Tabela 1 – Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte em 2018 (Em US\$ milhões FOB)

Principais Produtos Exportados	Valor	%
Melões frescos	70,9	25,7
Castanha-de-caju, fresca ou seca, sem casca	20,9	7,6
Sal marinho, a granel, sem agregados	16,7	6,1
Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana	15,6	5,7
Melancias frescas	15,1	5,5
Tecidos de algodão (NCM 2092200)	12,9	4,7
Mamões (papaías) frescos	12,8	4,6
Fuel oil	9,7	3,5
Albacoras-bandolim (patudos) frescos, refrigerados	6,8	2,5
Tecidos de algodão (NCM 2093200)	6,5	2,4
Demais Produtos	87,5	31,8
TOTAL	275,4	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE (2019a, p. 20), com dados do Ministério da Economia.

Em síntese, os dados macroeconômicos disponíveis mostram que a economia do RN manteve sua trajetória de crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI. No entanto, em contraste com a realidade vivenciada no período passado (1970-2000), ela cresce menos do que a média do País e do Nordeste e entra em recessão a partir de 2015, quando os fatores dinamizadores do mercado interno ligados às políticas desenvolvimentistas do governo federal perderam força. Ademais, a desaceleração do ritmo de produção de riqueza no estado é explicada por sua marginalização gradativa no contexto regional e, sobretudo, por fatores internos associados ao declínio das operações da indústria do petróleo, comparativamente à sua pujança nos anos 1990.

Apesar dos efeitos negativos da situação retratada, é válido lembrar que o padrão de crescimento potiguar apresentou um forte caráter inclusivo na maior parte do período analisado, impulsionado pelas políticas do governo federal. Assim, observa-se uma melhoria progressiva dos indicadores sociais estaduais do ano 2000 até o início da crise recente, com o número de pobres caindo substancialmente para 23,8% do total da população, já em 2010 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Todavia, persistiram outros graves problemas que vêm de longa data. Um desses problemas, segundo Aquino (2016), é a desigualdade econômica entre os municípios norte-rio-grandenses, fato que tem recebido pouca atenção da classe política local na sua busca incessante por mais aumento do PIB.

4 A gritante desigualdade entre os municípios potiguares em época de crise econômica

O fraco desempenho da economia da unidade federativa estudada, comparativamente ao conjunto da Região Nordeste nos últimos anos, tem causado preocupação em vários setores da sociedade. O ex-governador do estado entre 2015-2018, quando ainda não ocupava seu cargo no poder executivo, externou inquietação sobre o assunto em um artigo publicado na imprensa local, com o sugestivo título:

“PIB no RN é Produto Interno Baixo” (FARIA, 2013, p. 2). Em sua opinião, a letargia da administração estadual da época não favorecia a modernização produtiva e eram necessários investimentos de peso para acelerar o ritmo de crescimento da produção de riqueza.

A defesa pelo avanço do PIB potiguar, sem dúvida, é uma bandeira política importante e continua bastante atual. Isso porque, apesar de suas múltiplas potencialidades, a economia norte-rio-grandense não consegue deslanchar além da sua participação pífia de 1,0% na média do País e precisa crescer para sair da recessão que se encontra desde 2015. Deve-se deixar claro, porém, que esse não é o único e principal desafio a ser enfrentado no presente por uma política governamental de longo prazo. Como foi mencionado no final da seção anterior, outro grande problema está associado à concentração produtiva e às gritantes desigualdades econômicas entre os 167 municípios potiguares.

O Índice de Gini (IG), indicador utilizado para medir o grau de distribuição da riqueza, evidencia que em 2016 o RN era o estado mais desigual do Nordeste brasileiro em matéria de repartição da produção de bens e serviços entre as diferentes unidades territoriais. Em nível nacional, ele ocupava a quinta posição, com um IG de 0,80 (IBGE, 2018). Tudo isso porque o seu PIB apresentava-se extremamente concentrado espacialmente em um número restrito de localidades específicas, como mostra a Tabela 2.

De fato, os dados estatísticos publicados pelo IBGE dão conta que somente 10 municípios potiguares – Natal, Mossoró, Parnamirim, Guamaré, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Caicó, João Câmara, Ceará-Mirim e Assú - concentravam 68,3% da economia estadual. Os demais 157 municípios que formam o território potiguar, 94,0% do total, respondiam por apenas 31,7% da riqueza gerada.

Tabela 2 – Participação dos 10 maiores PIBs municipais na economia do Rio Grande do Norte, 2016 (Em Mil Reais)

MUNICÍPIO/UF	PIB (Mil Reais)	%
Natal	21.845.481	36,6
Mossoró	5.755.477	9,6
Parnamirim	5.022.492	8,4
Guamaré	1.876.595	3,1
São Gonçalo do Amarante	1.342.235	2,2
Macaíba	1.338.543	2,2
Caicó	1.061.765	1,8
João Câmara	946.709	1,6
Ceará-Mirim	786.395	1,3
Assú	783.644	1,3
Demais (157 municípios)	18.901.512	31,7
RIO GRANDE DO NORTE	59.660.848	100,0

Fonte: IBGE (2018).

Compete observar que entre os municípios listados na Tabela 2, apenas seis detêm 62,1% da economia norte-rio-grandense. No topo, destaca-se Natal, que concentra sozinho 36,6% do PIB estadual. Na sequência, aparecem Mossoró (9,6%), Parnamirim (8,4%), Guamaré (3,1%), São Gonçalo do Amarante (2,2%) e Macaíba (2,2%). Em relação à atividade industrial, setor incentivado pelo PROADI especialmente nos ramos de transformação, o problema assume dimensões mais acentuadas. Ainda segundo o IBGE (2018), no ano de 2016, algo em torno de 70% do valor adicionado pela indústria estava concentrado em sete municípios: Natal, Guamaré, Mossoró, Parnamirim, João Câmara, Macaíba e Parazinho.

Os indicadores das contas regionais revelam, então, que o núcleo duro da economia do RN está situado no entorno da capital do estado e em algumas poucas localidades que sediam atividades ligadas à produção de petróleo, à fruticultura irrigada e à energia eólica. À exceção de um leque reduzido de cidades-polos regionais, que se somam ao chamado “núcleo duro”, o restante dos pequenos municípios do interior define anualmente e/ou está à beira da falência (GOMES, 2019). Na verdade, muitos deles ainda não quebraram completamente por conta dos efeitos multiplicadores das rendas das políticas

sociais, originárias do pagamento das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. Juntas, essas políticas federais injetaram R\$ 8,2 bilhões na economia norte-rio-grandense em 2018 (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor dos benefícios pagos pela Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família no Rio Grande do Norte, 2018

Tipo de Política Social	Valor Anual (R\$ 1,00)	%	Valor Mensal (R\$ 1,00)
Previdência Social Urbana (beneficiários)	3.517.125.248	43,0	293.093.771
Previdência Social Rural (beneficiários)	2.946.589.770	36,0	245.549.148
Benefício de Prestação Continuada (beneficiários)	954.484.331	11,7	79.540.361
Bolsa Família (famílias beneficiárias)	759.785.887	9,3	63.315.491
Total	8.177.985.236	100,0	681.498.770

Fonte: CONTAG/DIEESE (2019) e Brasil (2019a).

Com efeito, um balanço retrospectivo sinaliza que o quadro retratado é resultado da ausência de investimentos estruturantes em diversas áreas da vida social nos municípios encravados no semiárido potiguar. É bem verdade que a grande seca iniciada em 2012, e que se estendeu até 2017, praticamente destroçou a agropecuária de sequeiro e abalou fortemente os principais segmentos produtivos que dão sustentação às mesorregiões Oeste e Central (SOUZA; AQUINO, 2018). No entanto, não é correto atribuir a culpa pelas anomalias do estilo de desenvolvimento estadual a esse fenômeno climático ou a outro fator conjuntural, uma vez que suas causas centrais estão nas contradições da intervenção estatal.

Uma rápida incursão na literatura acadêmica sobre o tema, aponta, realmente, que boa parte dos desequilíbrios intraestaduais citados aqui deve-se à ação consciente ou não dos sucessivos governos potiguares, os quais têm concentrado seus investimentos na Região Metropolitana de Natal e nas localidades mais dinâmicas do território, marginalizando a maioria dos municípios de pequeno porte. Isso significa que as políticas estatais, ao invés de funcionar como instrumentos para reduzir a desigualdade produtiva provocada pelas forças do mercado, têm contribuído em muitos casos para agravá-la, atuando a partir de uma lógica concentradora perversa resistente à mudança e extremamente prejudicial ao desenvolvimento equilibrado do território (ARAÚJO, 2010; CLEMENTINO, 1995; FELIPE, 2002; GOMES, 2018; MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Logo, parece não restar dúvida de que o RN precisa continuar aumentando o PIB, mas é fundamental superar o viés concentrador que tem guiado a intervenção governamental visando distribuir melhor as atividades produtivas no seu espaço geográfico. O discurso relativo ao crescimento da riqueza, por si só, é incompleto. Diante da gravidade do quadro apresentado no momento, o foco prioritário das políticas públicas deve ser o combate às suas gritantes desigualdades internas.

A experiência de outros lugares ensina que uma missão dessa natureza não pode ser realizada sem uma política deliberada de incentivo à interiorização da indústria e de fortalecimento das economias dos municípios de menor expressão. A atual equipe econômica do governo norte-rio-grandense, para o período 2019-2023, parece ter consciência desse desafio. A questão preocupante é que não foram realizadas ações efetivas no período de “vacas gordas” (2004-2014), quando a oferta de recursos federais era relativamente abundante, e agora o estado enfrenta sérios limites orçamentários e políticos que podem bloquear ou tornar bastante lenta as tentativas de mudança nos rumos seguidos durante os próximos anos.

5 Conjuntura atual e perspectivas da economia do Rio Grande do Norte

Não obstante a justa preocupação da classe política e de setores organizados da sociedade com o desempenho do PIB, depois de 2014 a economia do RN afundou na recessão e numa fase de baixo dinamismo por fatores internos e externos ao território estadual. Por um lado, contribuiu para essa

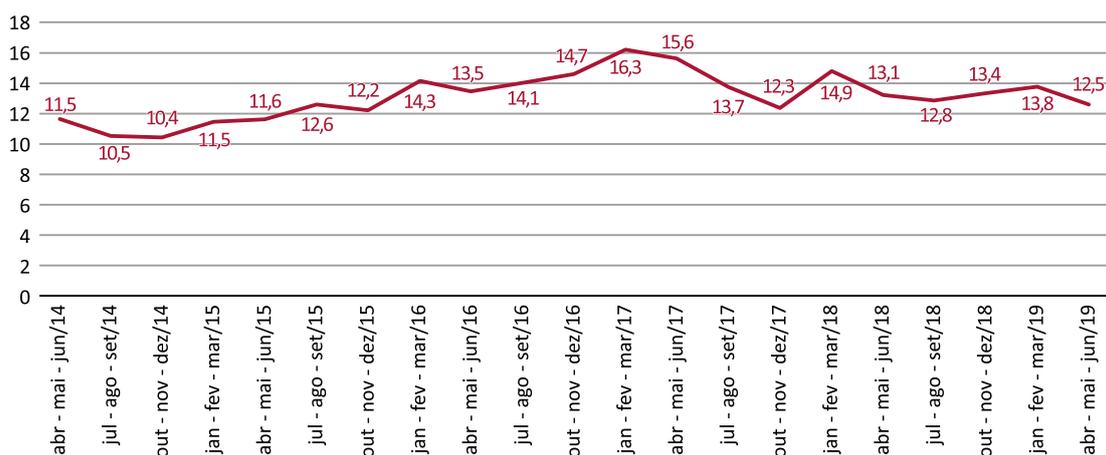
situação a crise nacional e a decadência dos motores de dinamismo do mercado interno, como a queda dos investimentos federais. Por outro, a desaceleração da economia norte-rio-grandense foi influenciada pelos seus próprios gargalos de infraestrutura, pelo declínio gradativo da produção de petróleo, da construção civil, pelo desemprego, pelo crescente endividamento das famílias e pela inadequação do ambiente de negócios para atrair e reter novos investimentos produtivos capazes de fortalecer as principais cadeias produtivas existentes.

Além dos aspectos mencionados, para alguns especialistas, o limite interno maior foi administrativo, associado a uma característica institucional que parece perseguir muitos gestores públicos potiguares e brasileiros, a qual pode ser sintetizada aqui na expressão: “ação sem plano e plano sem ação”. A professora Maria do Livramento Clementino, da UFRN, por exemplo, percebeu logo no princípio da crise em 2014/2015 que o governo estadual não possuía um plano estruturado de longo prazo capaz de atacar os gargalos que limitavam o crescimento do PIB, o que tendia a diminuir a eficiência alocativa dos recursos escassos disponíveis (CLEMENTINO, 2015). Já setores representativos da indústria norte-rio-grandense reclamavam em meados de 2018 que tinham um audacioso plano de desenvolvimento, o “Mais RN” (FIERN, 2016), o qual pouco ou quase nada havia sido utilizado como instrumento para nortear as ações do setor público direcionadas a enfrentar à grave situação fiscal e financeira do estado (PORTO, 2018).

Nesse sentido, em um contexto de crise nacional e “com ações sem planos e planos sem ações”, a economia potiguar atravessou quatro anos de grandes dificuldades e chega em 2019 com um quadro macroeconômico bastante delicado e muito distante das altas taxas de crescimento do passado mostradas nas seções 2 e 3 deste artigo. Levantamento recente do BNB/ETENE (2019b) indica, contudo, que há alguns sinais positivos no horizonte, como o aumento do consumo anual de energia elétrica no comércio e na indústria, projetando uma modesta recuperação do PIB no período vindouro. Mas o estado ainda acumula muitos efeitos negativos da desaceleração da produção de riqueza que se agravou desde 2014/2015, os quais se somam a outros problemas estruturais na conjuntura atual.

Um desses efeitos negativos é o elevado desemprego e a precarização das condições de trabalho. Conforme mostra o Gráfico 7, elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Continua), a taxa de desocupação no RN foi de 12,5% no trimestre de abril a junho de 2019, ficando ligeiramente acima da média nacional (11,8%). Note-se que esse indicador, que mede o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, apresentou uma acentuada elevação a partir da crise de 2015, atingindo o seu ponto mais elevado em 2017 e no começo de 2018.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de desocupação no Rio Grande do Norte, 2014 a 2019 (Em %)



Fonte: PNAD Continua (IBGE, 2019).

Nota: Dados elaborados pela equipe da Unidade Estadual do IBGE no RN.

Outra questão preocupante, não expressa no gráfico anterior, é o grau elevado de subutilização da mão de obra potiguar. De fato, ainda segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), a taxa de subutilização da força de trabalho local em idade de trabalhar (14 anos ou mais), no trimestre de abril a junho de 2019, alcançou 37,3%, superando em mais de 12 pontos percentuais a média do Brasil (24,6%) no mesmo

período. Isso significa em números absolutos que, no estado, 675 mil pessoas estavam na condição de subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (197 mil), desocupadas (191 mil), indisponíveis (90 mil) ou desalentadas (197 mil).

Em consequência da piora gradativa das condições do mercado de trabalho decorrente do declínio da economia estadual desde o final de 2014, e seguindo o rumo de outros estados nordestinos, a pobreza, a miséria e as desigualdades voltaram a crescer (VILLAS BÔAS, 2018). O módulo “rendimento de todas as fontes” da PNAD Continua recém-divulgado mostrou que, em 2018, a população 10% mais rica do RN ganhava 46 vezes mais do que os 10% mais pobres. Essa concentração é a mais alta registrada nos últimos sete anos, uma vez que, no ano de 2012, a diferença de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 32 vezes (IBGE/RN, 2019).

É válido mencionar que a situação só não tomou contornos mais graves no presente devido à capilaridade e dimensão das políticas sociais, que, como foi visto na seção 4, desempenham um papel fundamental principalmente nos pequenos municípios que dependem dessas fontes de renda para sobreviver. Apenas para ilustrar, vale mencionar que 345.276 famílias norte-rio-grandenses receberam o Programa Bolsa Família (PBF) em agosto de 2019. Nelas, estavam albergadas 1.045.673 pessoas, ou seja, 30,0% da população estimada pelo IBGE. Deste universo de beneficiários, 698.544 (66,8%) viviam nas cidades e os demais 347.129 (33,2%) estavam dispersos nas comunidades e assentamentos rurais do estado (BRASIL, 2019b).

Fica patente, então, que o RN vive um momento bastante delicado e complexo do ponto de vista econômico e social. As perspectivas, no entanto, não são animadoras para os próximos anos. Isso porque o estado se encontra mergulhado em uma crise financeira sem precedentes na sua história, com um pesado volume de endividamento e com múltiplas demandas urgentes nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Com efeito, iniciando em janeiro de 2019 com um novo governo, a dívida do estado que se encontrava em torno de R\$ 1,6 bilhão, sobe seis meses depois para R\$ 2,4 bilhões, deixando para trás compromissos financeiros do ano anterior sem qualquer cronograma de pagamento. Além dessa dívida, que inclui restos a pagar, fornecedores e três folhas do funcionalismo público em atraso, o governo estadual se encontra com baixa capacidade de investimento, pois está comprometido em assegurar anualmente valores na ordem de R\$ 8,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões para o pagamento dos servidores e R\$ 1,5 bilhão para repasse de duodécimos ao judiciário e ao legislativo, o que representa 71% do seu orçamento de aproximadamente R\$ 12 bilhões aprovado pela Assembleia Legislativa para o exercício de 2019 (TRIBUNA DO NORTE, 2019c).

O endividamento e os desequilíbrios nas contas públicas limitam o campo de ação do governo potiguar na esfera produtiva, dificultando qualquer perspectiva de projetos estruturantes com recursos próprios no curto e médio prazos. Na verdade, desde o final da gestão passada (2015-2018) que a rubrica investimento do executivo tem se resumido à aplicação dos recursos de um empréstimo de pouco mais de R\$ 1,0 bilhão contraído em 2013 com o Banco Mundial e renovado em 2018/2019, antes chamado “Programa RN Sustentável” e agora “Governo Cidadão” (PORTAL NO AR, 2013; TRIBUNA DO NORTE, 2018). Entretanto, as ações realizadas via esse empréstimo, que termina em 2021, foram pulverizadas em uma multiplicidade de projetos de investimento nos 167 municípios norte-rio-grandenses, que vão da reforma de escolas, hospitais e de centrais do cidadão, ao abastecimento de água em comunidades rurais, oficinas de capacitação e subprojetos de inclusão produtiva, tornando limitada a sua capacidade de reverter o baixo dinamismo da economia local.

Sem meios orçamentários para acelerar o crescimento do PIB e com os recursos do Governo Cidadão “amarrados” por um plano de aplicação pré-definido, entre outras medidas de ajuste, a atual equipe econômica redesenhou o marco regulatório da política de incentivos fiscais estadual na tentativa de atrair e reter investimentos privados, especialmente nos ramos industriais mais geradores de emprego e intensivos em tecnologia. Nesse sentido, o PROADI foi extinto e, no seu lugar, foi lançado o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (PROEDI), em 26 de julho de 2019.

De acordo com Freire (2019), pelas regras do PROEDI, vigentes a partir do mês de agosto do ano corrente e válidas até junho de 2032, serão fornecidas renúncias fiscais de 75% a 80% do ICMS para as empresas participantes localizadas em Natal e nos municípios da Grande Natal (Parnamirim, Macaíba,

São Gonçalo do Amarante e Extremoz). Já as indústrias instaladas em Mossoró que aderirem ao programa serão beneficiadas com renúncias de 80% a 85% e aquelas localizadas nas demais áreas do território estadual poderão obter, a título de incentivo por sua localização no interior, descontos do ICMS entre 85% e 90%.

Dentro do novo marco normativo, também estão previstos benefícios fiscais às empresas que conseguirem manter, no mínimo, 8 mil empregos diretos em qualquer um dos 167 municípios potiguares, independentemente da localização. No caso, esses empreendimentos terão direito a uma renúncia fiscal entre 90% e 95%. A mesma regra vale para as empresas de “segmentos industriais relevantes”, notadamente das áreas de fabricação de veículos automotores, aeronaves, farmoquímicos, metalurgia, locomotivas, motores elétricos, produtos químicos e petroquímicos, equipamentos de informática, materiais de uso médico-hospitalar e odontológico e calçados (FREIRE, 2019).

É pertinente salientar que a extinção do PROADI apresenta muitas justificativas. Não resta dúvida que, durante muito tempo, ele foi o principal fator de atração de investimentos produtivos para o estado. Porém, o programa pouco contribuiu para a diversificação da economia, financiando sempre as mesmas indústrias, nos mesmos locais, alimentando as desigualdades intraestaduais. Basta dizer que, de 2003-2007, a Região Metropolitana de Natal e a microrregião de Mossoró receberam 90,2% dos investimentos apoiados pelos incentivos da referida política pública (MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, o redirecionamento das regras que regem a distribuição dos incentivos fiscais, na tentativa de estimular a entrada de empresas de maior patamar tecnológico e desconcentrar geograficamente esses investimentos, é uma medida importante. A expectativa do governo é que o PROEDI possa ampliar a participação da indústria no PIB e amenizar o problema das gritantes desigualdades discutido na seção 4. Entretanto, o esforço realizado foi ameaçado de anulação pelo descontentamento dos prefeitos com as perdas de receitas provocadas pela nova legislação. Aparentemente solucionado o impasse, depois de uma tensa negociação durante os meses de setembro/outubro, o programa está liberado para operar, dotando a economia local de mais capacidade competitiva na acirrada “guerra fiscal” com seus vizinhos nordestinos (TRIBUNA DO NORTE, 2019d; 2019f; 2019g).

Portanto, a economia do RN caminha para encerrar a segunda década do século XXI em um cenário de incertezas. Até mesmo o vertiginoso crescimento das exportações de frutas verificado recentemente, anunciado com euforia pela imprensa e por setores do agronegócio, deve ser encarado com cautela (AQUINO; FREIRE, 2015; TRIBUNA DO NORTE, 2019e). Afinal, dificilmente o “elefante” vai recuperar completamente sua vitalidade apenas com a venda de melões, melancias, sal mineral e outros produtos de baixo valor agregado, por mais favoráveis que estejam às perspectivas do comércio internacional.

Ao que tudo indica um novo capítulo na história econômica potiguar, após a perda de força da locomotiva do petróleo, somente será escrito mediante um amplo conjunto de investimentos públicos e privados em todos os segmentos que formam o PIB estadual, principalmente na agropecuária produtora de alimentos básicos e na de exportação e no setor industrial. Assim, diante da crise financeira enfrentada atualmente e do corte de gastos que o governo precisa realizar para equilibrar suas contas, o futuro da economia do RN nos próximos anos fica condicionado à retomada dos investimentos federais em infraestrutura e em outras dimensões estratégicas do desenvolvimento econômico. Enquanto isso não acontece, resta observar se iniciativas como o PROEDI vão se consolidar e ter sucesso, embora seus efeitos em termos de transformação industrial, assim como os resultados das demais medidas em andamento, ainda sejam de difícil previsão.

Naturalmente, como adverte Araújo (2019), não basta retomar o crescimento da economia para “fazer mais do mesmo”. É preciso reformular o conteúdo das velhas agendas diante de um ambiente mundial e nacional em permanente mudança. Os segmentos agropecuários e industriais devem procurar atualizar os seus padrões tecnológicos para produzir mais e melhor, buscando sempre agregar valor aos seus produtos com o objetivo de valorizar a exploração dos recursos naturais do território. Da mesma forma, em adição as questões sociais e distributivas prioritárias, o ideário da sustentabilidade ambiental deve ser incorporado como uma meta orientadora das ações governamentais voltadas a fomentar os investimentos produtivos nos municípios norte-rio-grandenses.

6 Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte (RN) de meados do século XX até o período recente, procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi necessário primeiro recuperar alguns aspectos marcantes da história econômica estadual, mostrando ligeiramente como ocorreu a produção do seu espaço econômico desde a época da colonização pelos europeus.

Depois dessa breve contextualização, o trabalho destaca que a economia potiguar passou por grandes transformações a partir dos anos 1970/80, quando a agropecuária perde relevância na geração de riqueza *vis-à-vis* o aumento da importância dos setores secundário e terciário, com destaque para indústria do petróleo que se torna a espinha dorsal do PIB estadual. Esse conjunto de transformações ganha relevo na década seguinte e o RN termina o século XX crescendo a taxas elevadas superiores às médias nacional e regional, registrando fatores de dinamismo interno endêmicos.

No início dos anos 2000, o estado se beneficia das políticas desenvolvimentistas do governo federal e mantém sua trajetória de expansão do PIB até 2014, mas, em contraste com o período anterior, apresentando taxas próximas ou inferiores aos indicadores do País e do Nordeste. Nesse intervalo de tempo, nota-se, também, uma melhoria substancial nos seus indicadores sociais, com avanços no acesso à educação pública em todos os níveis e reduções significativas nos números da pobreza. A partir de 2015, contudo, encerrada a etapa das “vacas gordas”, a economia norte-rio-grandense entra em uma fase de recessão e de baixo crescimento econômico que se alonga até o presente.

Mas os gargalos da economia do RN não são restritos aos montantes anuais do PIB. Como se procurou demonstrar, uma das anomalias mais graves do padrão de crescimento estadual que permanece no século XXI está associada à gritante desigualdade entre os municípios. Isso porque o grosso da economia do estado está concentrada na Grande Natal e nas localidades que sediam as atividades dinâmicas do petróleo, da fruticultura irrigada e da energia eólica. Enquanto isso, a maioria absoluta dos municípios potiguares (94,0%) sobrevive graças às rendas das políticas sociais, que funcionam como uma espécie de “colchão amortecedor” das contradições apresentadas.

Quanto à atual conjuntura, tomando como referência o ano de 2019, buscou-se demonstrar que o RN se encontra diante da necessidade imperiosa de ajustes complexos, pois o estado caminha para o final da segunda década do século XXI mergulhado numa crise financeira de grande dimensão, desemprego, subocupação da força de trabalho e volta da pobreza e da miséria.

Percebe-se, pela própria característica do quadro retratado ao longo do texto, que toda a energia e esforços do novo governo (2019-2023) têm sido no sentido do ajuste fiscal visando ao equilíbrio das contas públicas em um contexto de grave endividamento, o que limita as perspectivas de investimento no curto e médio prazos. Apesar disso, tem-se tentado implementar medidas para o crescimento, a exemplo da criação do PROEDI para estimular a indústria e desconcentrar espacialmente as atividades econômicas para o interior.

Tais medidas são importantes, porém, não são suficientes para neutralizar os efeitos danosos do desaquecimento da economia que vem desde 2015, haja vista que a situação de precariedade analisada possui fortes traços estruturais particulares, assentados numa plataforma industrial significativamente frágil e ainda sem rumo definido após o declínio da produção de petróleo. Ademais, o estado ainda possui uma infraestrutura logística extremamente inadequada para alavancar a retomada dos investimentos produtivos necessários para gerar emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o destino do RN e de sua economia no restante do século XXI será marcado por desafios e incertezas. Mesmo assim, o território potiguar apresenta muitas potencialidades naturais e vantagens locais para retomar os bons tempos e ampliar sua pequena participação na economia brasileira e nordestina. O que falta são políticas estruturantes de longo prazo capazes de disparar novamente os fatores de dinamismo do processo de crescimento do PIB estadual, em paralelo com a melhoria dos aspectos distributivos em favor dos municípios do Semiárido e da sustentabilidade ambiental. Sem isso, o “elefante” continuará sua caminhada nos próximos anos na beira do abismo e com seu peso concentrado no lado leste da fronteira com o Oceano Atlântico.

A avaliação dos desfechos dessa jornada, por seu turno, exigirá das universidades públicas e dos órgãos técnicos especializados, a exemplo do ETENE/BNB, a realização de pesquisas e estudos multidimensionais capazes de monitorar a evolução dos indicadores apresentados aqui. Os resultados obtidos por meio das análises com esse enfoque, para além do caráter puramente acadêmico, poderão ajudar na prospecção de cenários alternativos, assim como subsidiar os governos no planejamento racional de estratégias objetivando recolocar o estado nos rumos do crescimento sustentável, com inclusão social e redução de suas desigualdades internas.

7 Referências

- ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte: novas materialidades, novas dinâmicas**. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 263-311.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2007**. Rio de Janeiro: ANP, 2007.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2011**. Rio de Janeiro: ANP, 2011.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2019**. Rio de Janeiro: ANP, 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019>. Acesso em: 10 set. 2019.
- ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UFRN, 1981.
- AQUINO, J. R. O PIB e as desigualdades econômicas no RN. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/07/2016, p. 2. Disponível em: <http://www.omossoroense.com.br/joacir-rufino-de-aquino-o-pib-e-as-desigualdades-economicas-no-rn/>. Acesso: 14 jul. 2016.
- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A. Exportações e importações do Rio Grande do Norte: o retrato de uma economia subdesenvolvida. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/11/2015, p. 5.
- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**. Pau dos Ferros/RN, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.
- ARAÚJO, D. S. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte:1940-2006**. Recife: FJN/Ed. Massangana, 2010.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- ARAÚJO, T. B. **Impactos da crise no Nordeste**: desafios para a superação das desigualdades. Natal: CCSA/UFRN, 2017. (Apresentação PowerPoint - Projeto Diálogos/ADURN).
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste**: tendências recentes e perspectivas. Natal: FIERN, 2019. (Apresentação PowerPoint).
- AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**. Fortaleza/CE, v. 12, n. especial 2, p. 113-132, set. 2013.
- BNB/ETENE. **Rio Grande do Norte**: perfil socioeconômico. Fortaleza: BNB, ano I, n. 2, p. 1-54, fev. 2019a.
- BNB/ETENE. **Conjuntura estadual**: Rio Grande do Norte. Fortaleza: BNB, ano III, n. 1, p. 1-13, jul. 2019b.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatórios de informações sociais**: Relatório de programas e ações do Ministério da Cidadania: Rio Grande do Norte. Brasília: SAGI, 2019a. 9p. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Tabulador do Cadastro Único**: com marcação PBF: agosto 2019. Brasília: SAGI, 2019b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php. Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido**. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v.45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN: CCHLA, 1995.

CLEMENTINO, M. L. M. Planejamento é o remédio para tirar o RN do atraso. **Tribuna do Norte**. Natal, 01/01/2015. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/planejamento-a-o-remedio-para-tirar-o-rn-do-atraso/302097>. Acesso em: 1 jan. 2015.

CONTAG/DIEESE. **Reforma da Previdência 2019**: Impactos da Reforma da Previdência nos estados e municípios. Brasília: CONTAG, 2019. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=621&dc=1&nw=1>. Acesso em: 13 jul. 2019.

FARIA, R. PIB no RN é Produto Interno Baixo. **Tribuna do Norte**. Natal, 13/01/2013. p. 2. (Opinião).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FIERN). **Mais RN**: plano estratégico de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte 2016-2035. Natal: FIERN, 2016.

FELIPE, J. L. A. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. C. C. (Orgs.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002. p. 226-240.

FELIPE, J. L. A.; ROCHA, A. P. B.; CARVALHO, E. A. **Economia do Rio Grande do Norte**: estudo geográfico e econômico. 2. ed. João Pessoa/PB: Grafset, 2009.

FREIRE, J. A. **Na última década o RN cresceu menos que o Brasil e o Nordeste**. Natal, 2011. Disponível em: <http://economia-do-rn.blogspot.com/2011/11/na-ultima-decada-o-rn-cresceu-menos-que.html>. Acesso em: 26 nov. 2011.

FREIRE, J. A. **A economia do RN em perspectiva**. Natal: IBGE, 2013. 44p. (Apresentação PowerPoint).

FREIRE, J. A. **Desafios para o Rio Grande do Norte no próximo quadriênio**. Natal: DEPEC-UFRN/PPECO/CORECON-RN, 2019. 25p. (Apresentação PowerPoint). Disponível em: <https://www.facebook.com/ccsaufnrn/videos/3479759322049661/UzpfSTEwMDAwMTE5NzgwMzYxODoyMzlyNDY1Njk3ODAzMzM0/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GOMES, L. H. No Rio Grande do Norte, pequenas cidades estão à beira da falência. **Tribuna do Norte**. Natal, 15/09/2019. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-rio-grande-do-norte-pequenas-cidades-esta-o-a-beira-da-falencia/459573?utm_campaign=noticia&utm_source=rel. Acesso em: 16 set. 2019.

GOMES, R. C. C. Modernização e diversidade econômica no Rio Grande do Norte. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte**: novas materialidades, novas dinâmicas. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 11-46.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios**: 2002-2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 set. 2019.

IBGE/RN. **PNAD Contínua 2018**: desigualdade entre ricos e pobres é recorde. Natal: IBGE, 16/10/2019. 2p. (Informativo para a mídia).

IBGE/SIDRA. **Estimativas de população 2019**: população residente estimada. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 8 set. 2019.

JANNUZZI, P. et al. (Orgs.). **Brasil Sem Miséria**: resultados, institucionalidades e desafios. Brasília: SAGI/MDS, 2016. (Caderno de Estudos DSD, Nº 25).

MACEDO, F. C.; ARAÚJO, D. S. Avaliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte PROADI: 2003/2007. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 40, n. 2, p. 345-359, abr./jun. 2009.

NUNES, E. M. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assú-Mossoró, RN. 2009. 351f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2009.

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Rio Grande do Norte. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PORTAL NO AR. **Senado aprova empréstimo para o RN de R\$ 1 bilhão junto ao Banco Mundial**. [S.l.], 10/07/2013. Disponível em: <https://portalnoar.com.br/senado-federal-aprova-emprestimo-de-r-1-bilhao-do-rn-ao-banco-mundial/>. Acesso em: 10 set. 2019.

PORTO, C. O estado entrou em situação de colapso financeiro e operacional. **Tribuna do Norte**. Natal, 25/03/2018, p. 5. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-estado-entrou-em-situacao-a-o-de-colapso-financeiro-e-operacional-afirma-economista/408489>. Acesso em: 25 mar. 2018.

RODRIGUES NETO, J. A atividade petrolífera como fator de transformações da economia e da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte. **Cadernos do Desenvolvimento**. [S.l.], v. 5 (7), p. 252-276, out. 2010.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. **Banco oficializa extensão de empréstimo**. Natal, 01/12/2018. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/banco-oficializa-extensao-de-empréstimo/431791>. Acesso em: 10 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras vende 34 campos no RN por R\$ 1,5 bilhão**. Natal, 26/04/2019a. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-vende-34-campos-no-rn-por-r-1-5-bilha-o/446284>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras amplia demissões e reduz produção no estado**. Natal, 23/08/2019b. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-amplia-demissao-es-e-reduz-producao-no-estado/457627>. Acesso em: 25 ago. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Governo do RN encerrará 2019 com dívida nova de R\$ 500 milhões**. Natal, 01/09/2019c. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-do-rn-encerrara-2019-com-da-vida-nova-de-r-500-milha-es/458455>. Acesso em: 1 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Deputados propõem decreto legislativo para derrubar o PROEDI e pedem votação em regime de urgência**. Natal, 01/10/2019d. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/deputados-propoe-em-decreto-legislativo-para-derrubar-proedi-e-pedem-votacao-a-o-em-regime-de-urgencia/460903>. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Volume de exportações do RN cresce 20,9% este ano**. Natal, 11/10/2019e. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/volume-de-exportacoes-a-es-do-rn-cresce-20-9-este-ano/461695>. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Grupo de prefeitos decide ir à justiça contra o PROEDI.** Natal, 25/10/2019f. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/grupo-de-prefeitos-decide-ir-a-justia-a-contra-o-proedi/463008>. Acesso em: 25 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **TJ extingue ação contra PROEDI e AL retira decreto de pauta.** Natal, 30/10/2019g. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/tj-extingue-aa-a-o-contra-proedi-e-al-retira-decreto-de-pauta/463431>. Acesso em: 30 out. 2019.

VALÊNCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1995.

VILLAS BÔAS, B. Extrema pobreza avança e é recorde em 9 estados. **Valor Econômico.** São Paulo, 9/10/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/node/5912587>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI

Ivan Targino^{1*}
Rejane Gomes Carvalho^{2*}
Wanderleya dos Santos Farias^{3*}

Resumo

O artigo discute o desempenho da economia paraibana no período de 2000 a 2016, vale dizer no início do século XXI. Para a realização do trabalho foram utilizadas informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes às contas regionais, produção agrícola municipal, produção pecuária municipal, pesquisa anual de serviços. Além das fontes dos dados secundários, também, foi feita pesquisa bibliográfica sobre a dinâmica econômica estadual para embasar a discussão efetuada. O estudo mostra, de uma lado, as transformações ocorridas na economia paraibana: de uma economia primário exportadora até a década de 1960, para uma economia centrada no setor de serviços na atualidade. Por outro lado, são ressaltadas as principais fragilidades da economia estadual: um setor agropecuário pouco dinâmico, ancorado na produção canavieira e numa produção de lavouras alimentares pouco diversificadas; uma produção industrial concentrada em ramos industriais tradicionais (alimentos, têxtil e calçados); um setor de serviços largamente escudado na administração pública. Não obstante esses traços preocupantes, a economia estadual, nas últimas décadas, apresentou um desempenho superior ao ritmo de crescimento das economias brasileira e nordestina.

Palavras-chave

Economia Paraibana. Desenvolvimento Econômico. Economia regional.

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho da economia paraibana no início do século XXI. Para alcançar esse objetivo, o trabalho está dividido em três seções, a saber: a) breve apanhado histórico da economia paraibana; b) análise do comportamento recente da economia paraibana; c) evolução dos setores de atividade; d) considerações finais. Para tanto, se lançou mão de dados colhidos e produzidos pelo IBGE, por outros órgãos oficiais, bem como por informações obtidas em pesquisas realizadas anteriormente pelos responsáveis pelo texto e por outros autores.

1 Sumário da evolução histórica da economia paraibana

O Estado da Paraíba, historicamente, tem se constituído em área periférica do sistema econômico nacional, caracterizado como elo fraco do capitalismo nacional por Polari (1967). Desde o período colonial, essa tem sido a posição desfrutada pela economia paraibana. Exceção de um curto período de tempo, logo anterior à ocupação holandesa, quando chegou a ser referida como o terceiro polo produtor de açúcar, atrás de Pernambuco e de Salvador. Segundo algumas fontes históricas, após a efetiva posse do território pela coroa portuguesa, houve um rápido crescimento da atividade canavieira, chegando o número de engenhos existentes no território paraibano a vinte unidades produtivas (HERCKMANS, 1886; PINTO, 1977).

1 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

2 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

3 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

A guerra de expulsão dos holandeses provocou uma forte reviravolta nesse processo com a destruição dos canaviais e dos engenhos. Após a expulsão dos holandeses, houve certo ressurgimento da atividade econômica da Paraíba com a ampliação rápida do número de engenhos que foram implantados (TARGINO, 2014) e o processo de penetração do povoamento para o interior do Estado no final do século XVII. Este surto de crescimento não conseguiu resistir à crise da economia açucareira decorrente da expansão dessa atividade nas Antilhas. A situação de dificuldades por que passou a Paraíba vai ganhar maior dimensão com a incorporação da capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII.

A difusão e expansão da lavoura algodoeira durante o século XIX, embora tenha imprimido uma dinâmica de crescimento, particularmente com o adensamento populacional na região semiárida, de modo particular na região agrestina, não chegou a distinguir a economia paraibana no contexto regional, uma vez que a expansão da cotonicultura foi comum a todos os Estados nordestinos.

Por outro lado, a pecuária aqui implantada esteve inicialmente atrelada à produção açucareira, com a disseminação de criatórios na periferia da zona canieira, como atesta a descrição feita por Elias Herckmans (1886). A penetração dos colonizadores para o interior do Estado foi feita com base na ocupação dos espaços disputados aos índios para a instalação das fazendas de gado. Desde o final do século XVII, esse povoamento se deu de forma dispersa e rarefeita. As sesmarias doadas contemplavam extensões significativas de terras, medidas em termos de léguas. A pecuária representou, portanto em toda a área semiárida, uma atividade pouco significativa em termos econômicos e mais representativa em termos de apropriação do espaço em nome da coroa portuguesa. O extermínio de povos indígenas foi a consequência dessa guerra de conquista. Só com a expansão da cotonicultura é que a porção semiárida vai ganhar maior expressividade com a implantação do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema gado-algodão-policultura no Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997). Os dados contidos na Tabela 1 dão sustentação a essas afirmativas.

Tabela 1 – Evolução da população paraibana (1774-1872)

Anos	Litoral	Agreste ¹	Sertão	Total
1774*	16.929	6.155	7.221	30.305
1775*	-	-	-	52.000
1782*	30.009	7.914	14.540	52.463
1808**	-	-	-	95.182
1811*	-	-	-	122.407
1812*	-	-	-	95.162
1819**	-	-	-	96.448
1823**	-	-	-	122.407
1830**	-	-	-	246.000
1840*	-	-	-	227.870
1847*	35.868	92.356	23.228	151.452
1851*	42.526	111.777	54.649	208.952
1867**	-	-	-	300.000
1872**	-	-	-	376.226

Fontes: (*)Pinto(1977);(**)Marcílio (1974)

Nota:(1)Entende-se aqui como Agreste a área compreendida pela Vila de Pilar, Paróquia de Taipu, Cidade de Areia, Vila do Ingá, Paróquia de Natuba, Vila de Alagoa Nova, Vila de Bananeiras, Paróquia de Cuité, Vila de Independência e Vila de Campina Grande.

Como pode ser observado na Tabela 1, até o final do século XVIII, a população paraibana estava fortemente concentrada na região litorânea de domínio da atividade açucareira. Mais da metade da população estava aí residindo. Este quadro muda de configuração no século XIX, quando se registra o adensamento populacional no Sertão e, principalmente, no Agreste, como consequência do crescimento da cotonicultura nessas duas áreas.

O espaço agrário paraibano foi conformado de tal forma segundo os princípios de uma economia agroexportadora. As atividades industriais eram praticamente inexistentes, conforme exigência do pacto colonial. Com efeito, as colônias são espaços de suprimento de matérias-primas e de alimentos para as áreas metropolitanas, mesmo quando conquistaram a sua independência política. No caso específico da Paraíba, as atividades agropecuárias desenvolvidas não deram provimento ao crescimento sustentado da atividade industrial.

É bem verdade que até a primeira metade do século XX havia certa interação entre as atividades agropecuárias e as industriais. Inscrevem-se nesse quadro a interação entre a cotonicultura e as usinas de beneficiamento do algodão e as primeiras indústrias de fiação e tecelagem surgidas no Estado, a exemplo da Fábrica Tibiri (em Santa Rita, 1896) e a Fábrica de Rio Tinto (em Rio Tinto, 1924). Assim como entre a produção canavieira e as 7 usinas de açúcar instaladas em Santa Rita (Usinas Santa Rita, São João e Santana), Sapé (Usina Santa Helena), Alagoa Grande (Usina Tanques), Areia (Usina Santa Maria) e Mamanguape (Usina Monte Alegre). Essa interação também pode ser observada entre a produção pecuária e os curtumes instalados em Campina Grande, João Pessoa, Itabaiana etc. No entanto, essa relação da agropecuária com o setor industrial esteve restrita a segmentos industriais menos avançados tecnologicamente, de modo que não implicaram polos dinamizadores da economia paraibana. Um surto de crescimento da atividade industrial vai ser registrado com a implantação da Sudene e de sua política de industrialização incentivada, iniciada no final da década de 1950.

Desse modo, a economia paraibana desenvolveu-se com base numa matriz primário-exportadora, seja quando se considera o painel das trocas internacionais seja no quadro interregional. Os dados apresentados na Tabela 2 confirmam esta configuração econômica estadual.

Tabela 2 – Paraíba: Valor adicionado* por setores produtivos (1960 / 1990) (Em mil R\$)

Anos	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor de Serviços		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1960	1.096.700,65	56,8	173.769,49	9,0	661.833,23	34,3	1.932.303,36	100
1969	925.724,46	46,7	180.577,71	9,1	877.181,57	44,2	1.983.483,73	100
1975	932.869,52	27,7	764.560,11	22,7	1.667.696,73	49,6	3.365.126,35	100
1980	880.502,27	17,7	1.318.514,15	26,5	2.767.851,55	55,7	4.966.867,97	100
1985	1.220.325,26	20,9	1.609.861,34	27,6	3.005.013,71	51,5	5.835.200,31	100
1990	1.124.015,23	15,3	1.875.437,63	25,6	4.336.024,93	59,1	7.335.477,80	100

Fonte: Ipeadata (c2006)

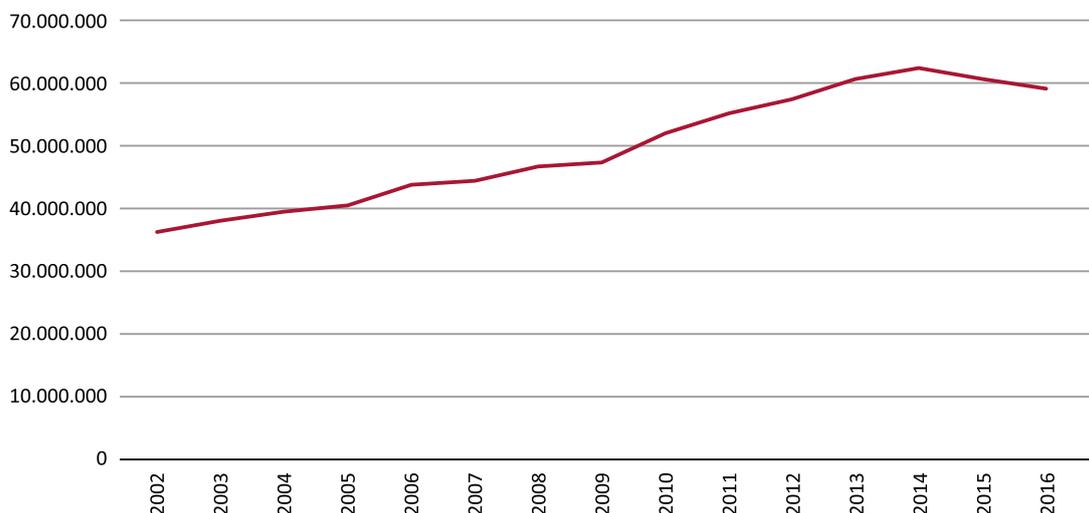
Nota (*): Valores constantes; ano base 2000.

De fato, até a década de 1960, o principal setor de atividade era o agropecuário, que contribuía com cerca da metade do valor adicionado estadual, caracterizando uma economia primário-exportadora (veja Tabela 2). Essa característica é reforçada quando se observa a composição das exportações paraibanas, onde se sobressaíam as exportações de sisal e de algodão (NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA, 1974). Esse panorama sofre uma inflexão a partir da década de 1970, em virtude de dois fatores fundamentais: a) de um lado, a atuação da Sudene representou um papel importante na expansão do setor industrial do Estado; convém lembrar que essa ação teve inscrita no contexto do “milagre brasileiro”, sendo reforçada no plano de desenvolvimento estadual com a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN); b) de outro lado, tem-se o crescimento do setor de serviços que ocupou a liderança da economia estadual entre 1975 e 1980, refletindo tanto o processo de urbanização da população quanto o crescimento dos serviços ligados ao setor produtivo, de modo particular o crescimento do setor financeiro e dos serviços públicos relacionados à educação e à saúde.

2 Desenvolvimento recente da economia estadual

Nas duas últimas décadas, a economia paraibana apresentou um desempenho bastante positivo até o ano de 2014, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Nesse período, o PIB paraibano passou de R\$ 36.312.590 mil para R\$ 59.088.986 mil, o que equivale a uma taxa de crescimento de 62,37%. No entanto, em 2015 e 2016, o PIB estadual declinou, reflexo da crise econômica vivenciada pela economia brasileira.

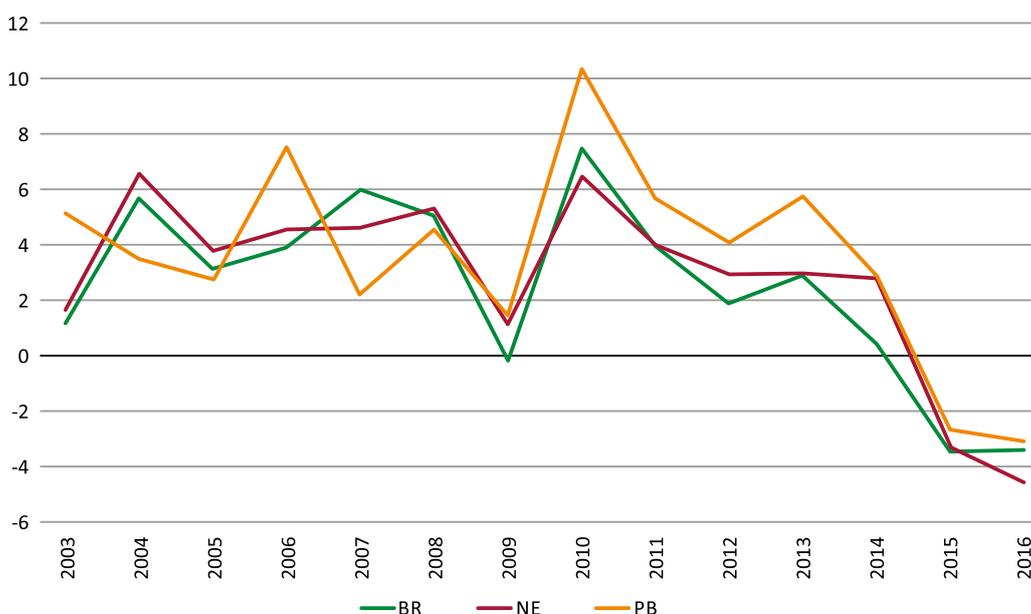
Gráfico 1 – Paraíba: Evolução do PIB* (2002-2016) (Em mil R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No período em foco, o PIB estadual obteve taxa de crescimento (3,4% a.a.) superior às obtidas pelo PIB nacional (2,5% a.a.) e regional (2,8% a.a.). Com efeito, como pode ser observado no Gráfico 2, durante os quinze anos observados, em apenas quatro, a Paraíba obteve taxas inferiores às do Brasil e do Nordeste.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e da Paraíba (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

Interessante observar que foi exatamente no período de maior crescimento da economia brasileira que isto ocorreu. Por outro lado, a partir de 2010, quando a economia nacional inicia uma trajetória de crescimento descendente, a Paraíba segue também essa tendência, mas com taxas superiores ao Brasil e ao Nordeste. Isso coincide com um novo ciclo político no Estado, com a ascensão ao governo estadual de Ricardo Coutinho que imprimiu uma dinâmica nova no fortalecimento da infraestrutura e uma política mais agressiva de atração de investimentos industriais, particularmente com a instalação do polo cimenteiro.

Apesar da economia estadual ter apresentado um melhor desempenho do que a do Brasil e a do Nordeste, a sua participação relativa permaneceu inalterada ao se considerar os anos extremos da série. Isto é, permaneceu ocupando a 18ª posição entre as Unidades Federativas nacionais e a 6ª posição no tocante ao Nordeste. O que se explica pela pequena dimensão da economia estadual tanto em termos nacional quanto regional. Durante o período, a participação do PIB estadual no nacional variou de 0,8% a 0,9% e, em relação ao PIB regional oscilou entre 5,9% e 6,6% como pode ser verificado na Tabela 3.

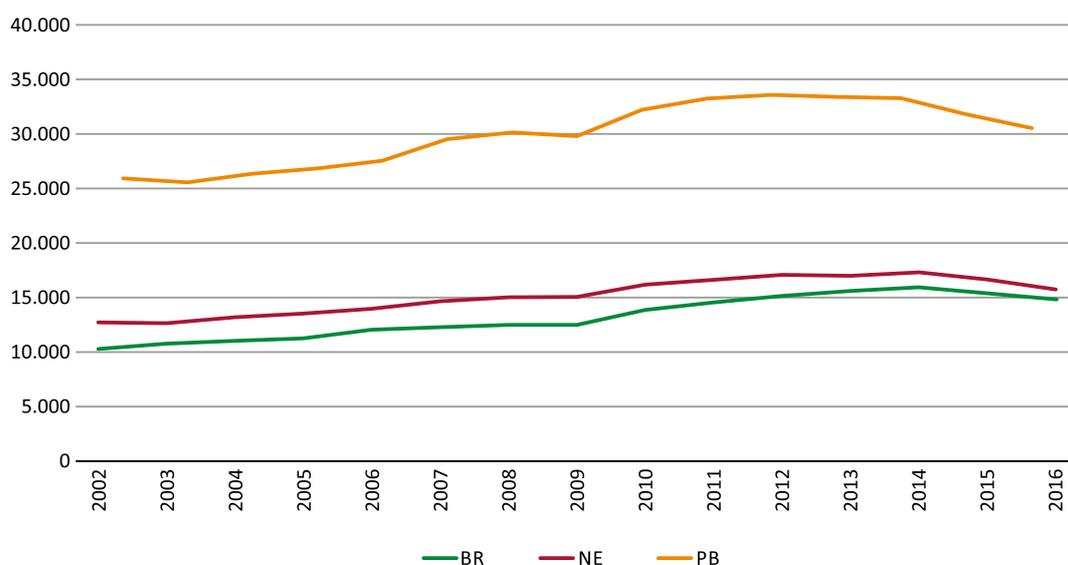
Tabela 3 – Participação % do PIB paraibano no PIB nacional e no regional. (2002-2016)

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PB/BR	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
PB/NE	5,9	6,1	5,9	5,9	6,1	5,9	5,9	5,9	6,1	6,2	6,3	6,4	6,4	6,5	6,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

A fragilidade da economia paraibana também se manifesta em relação ao PIB per capita. Com efeito, o valor desse indicador para a Paraíba representa apenas 48% do PIB per capita nacional. Mesmo em relação ao Nordeste, tem-se que o PIB per capita estadual é inferior ao do Nordeste (veja Gráfico 3). É verdade que essa diferença reduziu-se em 8 pontos percentuais na comparação com o PIB nacional e 12 pontos percentuais em relação ao Nordeste, no intervalo temporal em foco. Não obstante essa redução, é fato que a renda per capita estadual ainda é bastante baixa quando se compara com o valor desse indicador em nível nacional. Seguindo a abordagem tradicional que toma o PIB per capita como um indicador de subdesenvolvimento, os dados representados no Gráfico 3 dão sustentação à afirmação do GTDN que o problema do Nordeste (e mais especificamente da Paraíba) situa-se no seu subdesenvolvimento, face o Centro-Sul do País (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1967). O que vale dizer no nível de pobreza em que está mergulhada a maioria da população da Paraíba.

Gráfico 3 – PIB* per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba entre 2002 e 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Nota: (*) valores constantes a preços de 2016.

As informações acima comentadas são suficientes para exprimir o grau de defasagem do desenvolvimento da socioeconomia paraibana. Porém, o panorama é bem mais grave do que o indicado pelo PIB per capita estadual. Os dados da Tabela 4 permitem avançar no aprofundamento da gravidade do problema. Dois aspectos importantes podem ser destacados da análise dessas informações:

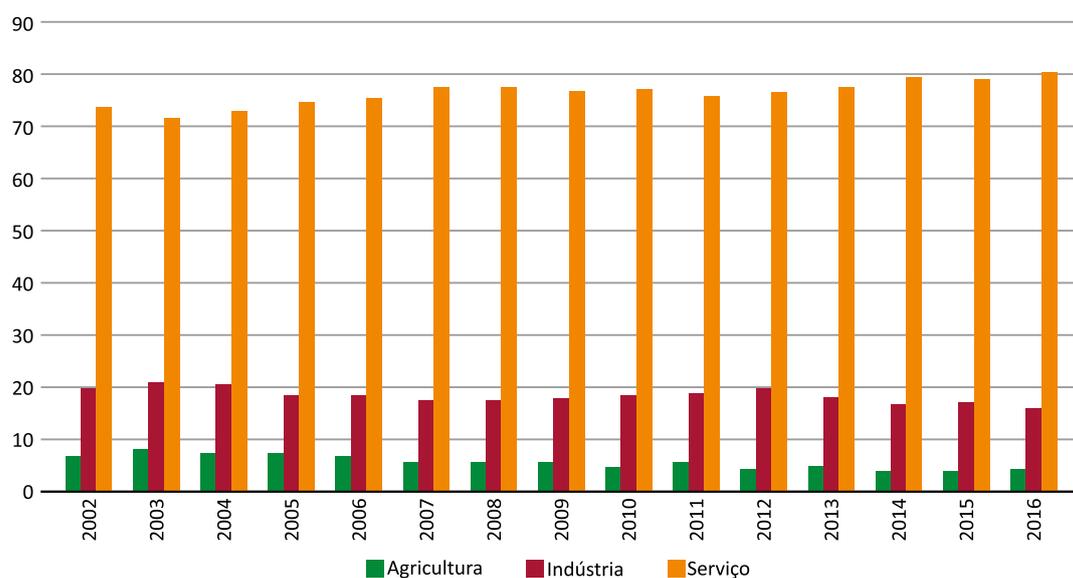
Tabela 4 – Paraíba: Distribuição do número de municípios segundo classe do PIB per capita por mesorregião – 2016

PIB per capita (R\$)	Mata Paraibana		Agreste Paraibano		Borborema		Sertão Paraibano		Total	
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%
5739 – 7996	5	16,7	28	42,4	12	27,3	35	42,2	80	35,9
7997 – 10255	11	36,7	27	40,9	27	61,4	37	44,6	102	45,7
10256 – 12514	2	6,7	8	12,1	4	9,1	6	7,2	20	9,0
12515 – 14746	5	16,7	-	-	1	2,3	3	3,6	9	4,0
14747 e mais	7	23,3	3	4,5	-	-	2	2,4	12	5,4
Total	30	100,0	66	100,0	44	100,0	83	100,0	223	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Quanto à composição do VAB estadual, como pode ser observado no Gráfico 4, tem-se uma forte preponderância do setor terciário sobre os dois outros setores. A média de participação do setor terciário no VAB, durante o período, foi de 80,3%, enquanto que a do setor agropecuário foi de 5,3% e a do setor industrial foi de 15,9%.

Gráfico 4 – Paraíba: Composição do Valor Agregado Bruto por setores de atividade (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) Elaboração própria.

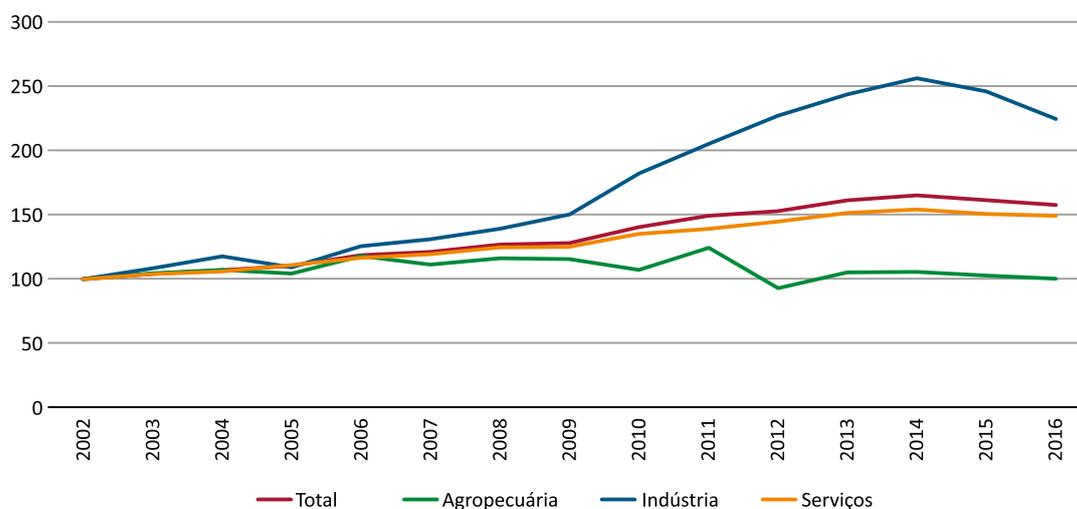
Vale lembrar que esse processo de preponderância do setor de serviços é uma tendência observável tanto em escala mundial quanto nacional (CARDOSO e ALMEIDA, 2013). Para esses autores:

A aceleração do crescimento do setor de serviços como participação do PIB vem sendo inegavelmente uma característica do padrão de crescimento mundial. Observando a evolução e crescimento do setor de serviços no Brasil, podemos apontar para um movimento no sentido de uma “economia de serviços”, seguindo o padrão de desenvolvimento da economia mundial. O setor vem perdendo muito de seu caráter residual na economia e transformando-se de produtos intangíveis num serviço moderno intensivo em informação e conhecimento, de modo que em muitos setores de serviço a capacidade de padronização e operação em larga escala vem se perpetuando da mesma forma que nos setores primário e secundário da economia, sendo, portanto, um fator de insumo importante para os demais setores. (CARDOSO e ALMEIDA, 2013, p.2)

No caso da Paraíba, essa tendência assume um caráter particular. Além de fatores disseminados nas diferentes escalas tais como processo de urbanização, crescente importância do setor financeiro, mudanças tecnológicas que tornam tênues os limites entre o setor terciário e o setor de serviços, tem-se um superdimensionamento da administração pública. No Estado, a administração pública era responsável por 41,3% do VAB do setor terciário, em 2016, e por um terço do VAB estadual. Enquanto isso, em São Paulo, a administração pública representava apenas 9,6% do VAB total. Esse confronto evidencia a fragilidade da economia paraibana, sobretudo nos momentos de crise, pois a dinâmica do Estado depende das suas receitas, fortemente afetadas nos momentos de crise econômica.

No tocante à evolução dos três setores produtivos no período em tela, os dados expostos no Gráfico 5 mostram os seguintes aspectos:

Gráfico 5 – Paraíba: Evolução do VAB dos setores produtivos estaduais no período de 2002 a 2016.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

- o setor industrial foi o que apresentou o melhor dinamismo, tendo concorrido, para tanto, a política mais agressiva do Governo Estadual, como já frisado anteriormente, bem como o dinamismo do segmento da construção civil estimulado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, implantado pelo Governo Federal;
- o setor terciário definiu a trajetória do VAB estadual, mostrando, no entanto, uma evolução mais modesta, influenciada pelo menor dinamismo da administração pública cujo VAB cresceu apenas 29% no período;
- o setor agropecuário, desde 2011, registrou uma redução na sua contribuição para a economia estadual, reflexo da longa e severa seca que se abateu sobre o território estadual.

3 Comportamento dos setores produtivos

Após essas considerações gerais sobre o desempenho econômico estadual, passa-se a discutir a dinâmica econômica segundo os setores de atividades.

3.1 Evolução do setor agropecuário paraibano

Durante as últimas décadas, observa-se um ritmo de crescimento bastante lento e errático da produção agropecuária estadual. De acordo com os dados da Tabela 5, entre 2002 e 2016, o valor agregado do setor agropecuário paraibano cresceu apenas 0,4%, enquanto o valor agregado total cresceu 57,1%. A defasagem no ritmo de crescimento entre essas duas variáveis acentuou-se, principalmente, após 2011.

Tabela 5 – Paraíba: Evolução do Valor* Agregado Total e Agropecuário. 2002-2016 (Em mil R\$)

Anos	Total	Índice	Agropecuário	Índice
2002	33.613.127	100,0	2.162.435	100,0
2003	35.345.372	105,2	2.311.560	106,9
2004	36.570.600	108,8	2.313.427	107,0
2005	37.389.099	111,2	2.281.634	105,5
2006	40.103.946	119,3	2.556.225	118,2
2007	40.883.988	121,6	2.410.633	111,5
2008	42.592.102	126,7	2.543.116	117,6
2009	43.200.596	128,5	2.489.599	115,1
2010	47.363.486	140,9	2.337.112	108,1
2011	50.022.217	148,8	2.706.697	125,2
2012	51.725.890	153,9	2.005.949	92,8
2013	54.498.774	162,1	2.283.835	105,6
2014	55.651.620	165,6	2.310.308	106,8
2015	54.345.377	161,7	2.250.263	104,1
2016	52.822.399	157,1	2.170.748	100,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Nota: (*) Valores corrigidos pelo IGP-DI, tomando 2016 como ano base.

Uma série de fatores tem contribuído para isto. Em primeiro lugar, a ocorrência de um longo período de seca que afetou o Estado: de 2011 a 2016. A seca atingiu todas as mesorregiões paraibanas, inclusive a mesorregião da Mata Paraibana. Em segundo lugar, a crise do setor sucroalcooleiro que iniciada na segunda metade dos anos 1980 prolongou-se na década de noventa e só foi parcialmente superada nos anos 2000 com a retomada do preço do açúcar no mercado mundial, estimulando a produção açucareira paraibana, que, mesmo assim, não conseguiu voltar para o patamar atingido no auge do Proálcool, quando a Paraíba produziu 12 milhões de toneladas de cana. Em terceiro lugar, a produção pecuária também teve um desempenho bastante fraco. A título de ilustração, o rebanho bovino estadual, em 2015, era inferior ao de 1989 (cerca de 1,4 milhão de cabeças). Esses aspectos serão melhor evidenciados ao se discutir com maiores detalhes o desempenho da produção agropecuária estadual, como será feito a seguir.

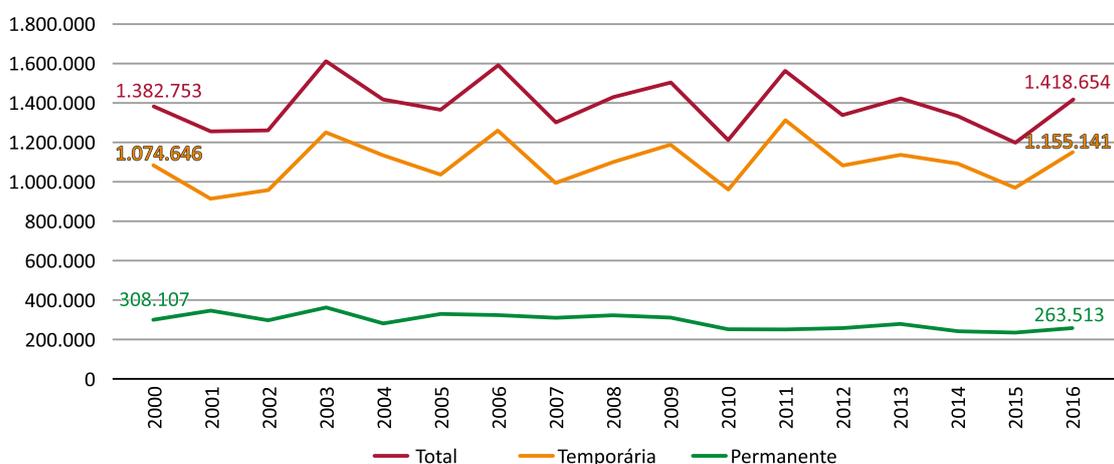
3.1.1 Desempenho da produção de lavoura.

Pode-se afirmar que o setor agropecuário paraibano tem experimentado um longo período de crise, iniciado na década de 1970, com o declínio dos preços do algodão e do sisal no mercado internacional, em virtude da substituição dessas fibras naturais pelas fibras sintéticas, de um lado, e do aumento da produção dessas lavouras em outros espaços (expansão do sisal na África, e do algodão, inicialmente, no Sudeste e depois no Centro-Oeste). No caso da cotonicultura, o golpe final veio com a praga do bicudo, que dizimou com a lavoura no Estado, principalmente o algodão mocó produzido no Sertão. O cultivo dessas lavouras comandou o processo de organização do espaço na região semiárida do Estado (MELO, 1958), de modo que o seu declínio implicou completa desorganização do espaço agrário da região semiárida paraibana (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esse contexto de crise foi, parcialmente, compensado com a expansão da lavoura canavieira, decorrente da implantação do Proálcool (TARGINO e MOREIRA, 1986). Com efeito, o Proálcool teve impactos significativos na agroindústria sucroalcooleira do Estado: expansão da área cultivada, forte crescimento da produção de cana-de-açúcar, aumento do número de usinas e de destilarias anexas e autônomas, intensificação dos processos de mecanização e de quimificação, ampliação do trabalho assalariado etc. (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em resumo, o setor agropecuário paraibano tem passado por um longo período de crise, em virtude dos problemas que afetaram as suas principais lavouras comerciais (cana,

algodão e sisal), sem que tenham surgido outras culturas em sua substituição. Os dados expostos no Gráfico 6 evidenciam que o problema da agricultura estadual não foi superado.

Gráfico 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes e temporárias (2000-2016) (Em mil R\$)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: valor constante a preços de 2016.

Como se pode observar, em 2016, o valor da produção das lavouras permanentes e temporárias era praticamente o mesmo do registrado em 2000. Isto é, ao longo de 16 anos, não houve nenhum sinal de recuperação econômica da produção de lavouras no Estado. Na década de 2010, situou-se abaixo da tendência do período em foco, em razão da longa estiagem que se abateu sobre a Unidade da Federação.

Esse desempenho das lavouras, nas duas últimas décadas, deve-se principalmente às lavouras temporárias. Como elas contribuíram, em média, com 78% para o valor da produção de lavouras, são elas que definem a dinâmica da produção total como é facilmente verificável no Gráfico 6. No início do período, as lavouras temporárias alcançaram o valor de R\$1,07 bilhão, representando 77,7% do valor total das lavouras. No final do período, atingiam o valor de R\$1,15 bilhão, equivalente a 81,4% do valor total das lavouras (veja Tabela 6).

Tabela 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras temporárias e permanentes 2000-2016) (Em mil reais)

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2000	1.074.646	77,7	308.107	22,3	1.382.753	100,0
2001	906.297	72,2	348.291	27,8	1.254.588	100,0
2002	962.059	76,4	296.688	23,6	1.258.747	100,0
2003	1.255.386	77,5	363.964	22,5	1.619.350	100,0
2004	1.128.825	79,9	283.751	20,1	1.412.576	100,0
2005	1.035.535	75,7	332.118	24,3	1.367.653	100,0
2006	1.267.698	79,3	329.939	20,7	1.597.638	100,0
2007	987.387	76,0	312.189	24,0	1.299.576	100,0
2008	1.100.443	77,0	328.617	23,0	1.429.060	100,0
2009	1.193.760	79,2	312.715	20,8	1.506.475	100,0
2010	948.331	79,0	252.481	21,0	1.200.812	100,0

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2011	1.317.782	83,7	257.091	16,3	1.574.873	100,0
2012	1.080.525	80,7	258.370	19,3	1.338.895	100,0
2013	1.137.420	80,0	285.154	20,0	1.422.575	100,0
2014	1.090.476	81,5	247.788	18,5	1.338.264	100,0
2015	964.392	80,1	240.136	19,9	1.204.528	100,0
2016	1.155.141	81,4	263.513	18,6	1.418.654	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: valor constante a preços de 2016.

Em contrapartida, a produção de lavouras permanentes iniciou o período com R\$ 308,1 milhões, o equivalente a 22,3% do valor da produção das lavouras. No último ano da série, o valor da produção dessas lavouras alcançou R\$ 263,5 milhões, representando 18,6% do valor total da produção de lavouras.

Ao contrário do que aconteceu com a produção de lavouras temporárias, houve declínio das lavouras permanentes, da ordem de 15% (veja Tabela 6). Esse declínio ocorreu, principalmente, na década de 2010.

3.1.1.1 Desempenho da produção de lavouras temporárias

A produção de lavouras temporárias está desigualmente distribuída no espaço paraibano. A mesorregião da Mata Paraibana, que corresponde apenas a 9,3% do território estadual, é responsável por 80% da produção dessas lavouras. As mesorregiões do Agreste Paraibano, Sertão Paraibano e Borborema concorrem com 16%, 2,7% e 1,1%, respectivamente (veja Tabela 7).

Tabela 7 – Paraíba: Distribuição do valor da produção de lavouras temporárias segundo as mesorregiões. (2016) (Em mil R\$)

Especificação	Valor	%
Paraíba	1.159.164,00	100,0
Sertão Paraibano	31.358,00	2,7
Borborema	12.975,00	1,1
Agreste Paraibano	185.824,00	16,0
Mata Paraibana	929.008,00	80,1

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Além dessa concentração espacial, há também concentração em termos de algumas lavouras. De acordo com a Tabela 8, a produção de lavouras temporárias está concentrada em cinco tipos de culturas: cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, feijão, milho e batata doce. Essas lavouras foram responsáveis, em média no período, por 93,8% do valor das principais lavouras temporárias.

Esse processo de concentração da produção é ainda mais grave quando se considera que apenas duas lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi), responderam, em média, por 70,39% do valor da produção das lavouras temporárias. As lavouras alimentícias tradicionais (feijão, milho, mandioca, batata-doce) têm um peso pequeno no conjunto da agricultura temporária estadual e estão fortemente sujeitas aos ciclos das secas, como pode ser observado com a participação dessas lavouras nos anos 2010. Isto é tão mais grave quando se constata que esses bens são majoritariamente produzidos nas pequenas propriedades (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014), evidenciando uma das faces da problemática da agricultura familiar estadual.

Tabela 8 – Paraíba: Valor* das principais lavouras temporárias (2000-2016) (Em mil R\$)

Anos	Total	Principais lavouras temporárias (participação %)						
		Abacaxi	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	% do total
2000	1.078.389	20,96	2,94	33,40	17,81	5,81	8,47	89,39
2001	909.454	36,93	1,74	50,16	3,64	2,97	0,65	96,10
2002	965.409	25,96	2,32	38,21	13,68	6,20	7,27	93,63
2003	1.259.759	18,9	2,2	38,6	14,8	8,0	9,8	92,30
2004	1.132.756	22,94	3,26	39,35	12,60	7,46	4,43	90,05
2005	1.039.141	29,02	3,66	36,12	12,03	7,45	4,13	92,41
2006	1.272.114	21,94	2,79	37,60	16,74	5,07	8,68	92,82
2007	990.826	26,66	3,31	38,03	12,48	6,97	5,51	92,96
2008	1.104.276	21,57	3,60	30,10	18,77	8,06	8,09	90,19
2009	1.197.918	28,71	3,22	39,92	9,10	6,80	5,25	93,00
2010	951.634	35,39	3,73	45,24	2,82	8,00	0,84	96,02
2011	1.322.372	29,03	3,24	45,90	8,16	4,62	3,65	94,60
2012	1.084.288	38,47	2,21	48,81	0,97	6,18	0,55	97,19
2013	1.141.382	35,14	2,96	41,66	5,46	7,65	1,89	94,75
2014	1.094.274	33,56	2,94	47,49	3,46	6,74	1,91	96,10
2015	967.751	36,71	3,68	46,85	1,60	6,90	0,79	96,53
2016	1.159.164	27,70	3,21	55,98	2,83	6,83	0,99	97,55

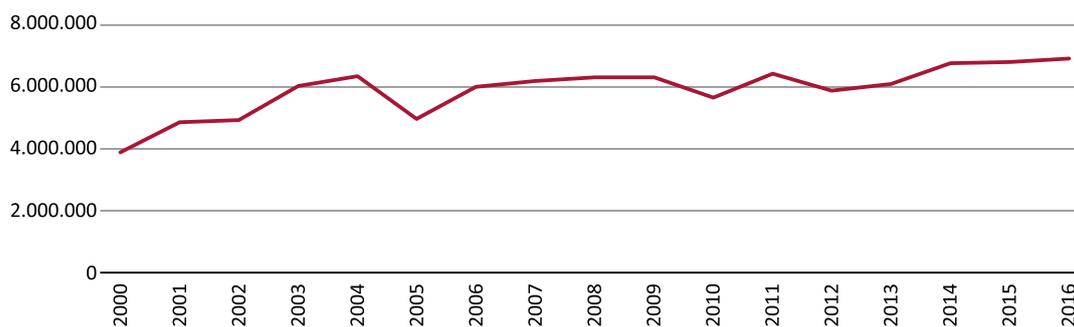
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: (*) Valor em real de 2016.

A fragilidade desse segmento do setor primário estadual fica também patenteada ao se analisar a trajetória da evolução das suas principais lavouras durante o período em estudo. Da observação dos Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12, podem ser feitas as seguintes constatações:

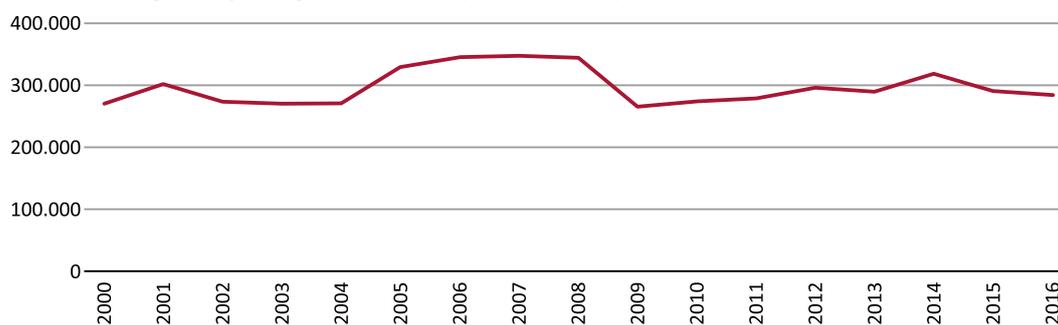
- a) A cana-de-açúcar foi a única lavoura que traçou um movimento ascendente durante o período. Apesar disso, o nível de produção ainda situou-se abaixo daquele registrado na década de 1980, no auge do Programa Nacional do Alcool (10,7 milhões de toneladas). Importa ressaltar que esse cultivo não foi afetado pelo período de estiagem, tendo em vista a prática de irrigação utilizada bastante disseminada. Com efeito, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, essa lavoura é identificada como aquela que detém a maioria dos equipamentos de irrigação do Estado (TARGINO e MOREIRA, 2006).
- b) O cultivo do abacaxi, concentrado na mesorregião da Mata Paraibana e em alguns municípios do Agreste Paraibano, manteve-se em torno de 300 mil frutos anuais, depois de ter experimentado um crescimento significativo na década de 1990 (TARGINO e MOREIRA, 2006). Por se tratar de uma bromeliácea, o abacaxizeiro consegue captar a água que necessita através das suas folhas, principalmente em áreas de elevada umidade do ar, o que explica não haver significativa retração da produção em decorrência do período de estiagem (REINHARDT, 2015).

Gráfico 7 – Evolução da produção de cana-de-açúcar (em toneladas)



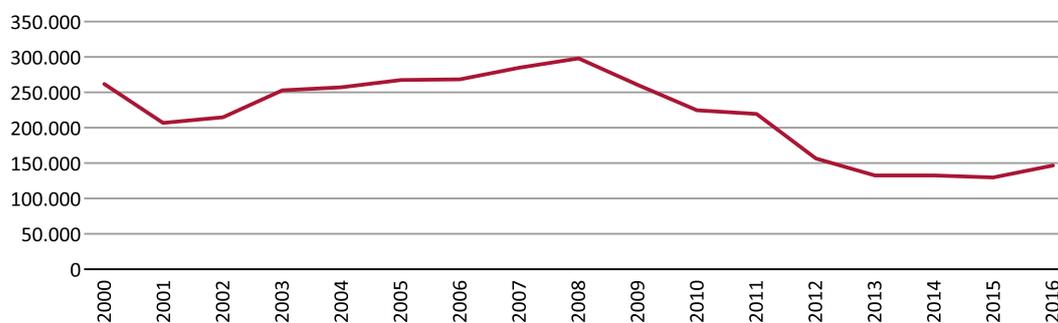
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 8 – Evolução da produção de abacaxi (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 9 – Evolução da produção de mandioca (em toneladas)



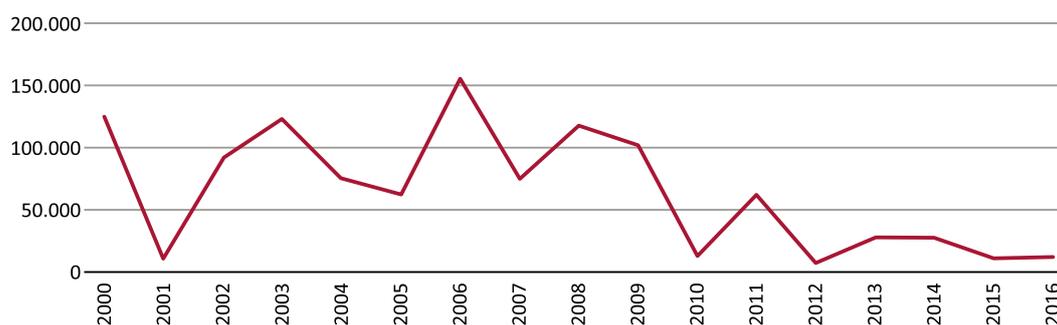
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 10 – Evolução da produção de feijão (em toneladas)



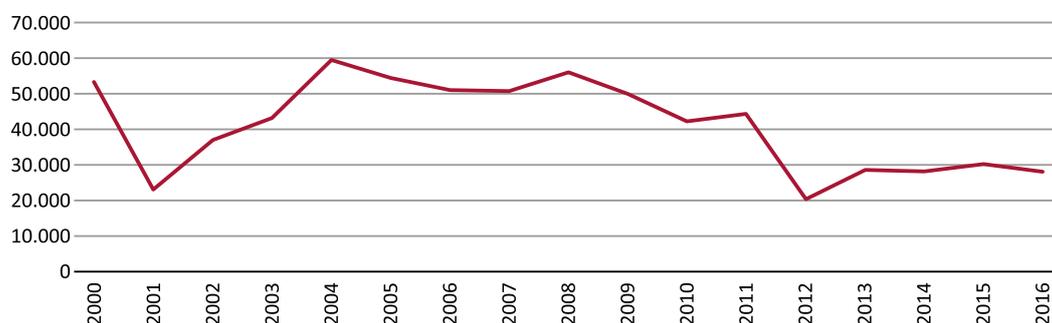
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 11 – Evolução da produção de milho (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 12 – Evolução da produção de batata doce (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

- c) As lavouras alimentares tradicionais (mandioca, feijão, milho e batata doce) mostram claramente um movimento descendente de sua produção. São elas as mais suscetíveis às intempéries climáticas, com claros efeitos sobre o nível de renda dos pequenos produtores, uma vez que são eles os principais responsáveis por esse segmento produtivo.

3.1.1.2 Desempenho da produção de lavouras permanentes

Em relação às lavouras permanentes, também se constata uma concentração espacial da produção. Só que nesse caso, a maior concentração da produção ocorre na mesorregião do Agreste Paraibano (66,2%) e, em segundo lugar, na mesorregião da Mata Paraibana (24,4%). As mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema, apesar de deterem 68% do território estadual, só contribuem com 9,4% do valor da produção das lavouras permanentes (veja Tabela 9). A produção no Agreste Paraibano está localizada, principalmente, na microrregião do Brejo Paraibano, que resultou da substituição da cana-de-açúcar com o fim do Proálcool, pelo cultivo da banana.

Tabela 9 – Paraíba: Valor da produção das lavouras permanentes segundo as mesorregiões em 2016 (Em mil reais)

Mesorregiões	Total	Principais lavouras permanentes					Subtotal	%
		Banana	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá		
Sertão Paraibano	19.871	11.458	5.377	-	1.675	-	18.510	7,5
Borborema	4.950	697	916	654	402	1.320	3.989	1,9
Agreste Paraibano	175.081	126.449	2.354	1.623	3.908	9.700	144.034	66,2
Mata Paraibana	64.529	5.608	14.818	33.049	2.640	5.988	62.103	24,4
Total	264.431	144.212	23.465	35.326	8.625	17.008	228.636	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

A baixa participação na produção de lavouras permanentes das mesorregiões onde incide, com maior intensidade, a semiaridez na Paraíba, contrasta com o que ocorre em outros Estados do Nordeste, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Isso em virtude da ausência de projetos de irrigação significativos (TARGINO e MOREIRA, 2006).

Como mostram os dados da Tabela 10, também ocorre nas lavouras permanentes uma concentração da produção em poucas lavouras: banana, mamão, coco, maracujá, manga e castanha de caju. Tais produtos, na média do período em tela, contribuíram com 87,8% do valor das lavouras permanentes no Estado. Ressalta-se que só a banana contribuiu com mais da metade desse valor (54,7%).

Tabela 10 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes por principais produtos (2000-2016)(Em mil R\$)

Anos	Total	Banana	Castanha de caju	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá
2000	309.315	165.408	12.461	29.640	29.953	16.970	27.948
2001	349.504	185.675	8.344	29.173	63.177	30.937	5.024
2002	297.721	165.652	5.327	27.954	54.236	11.930	6.021
2003	365.232	230.576	5.666	28.508	46.172	12.761	5.955
2004	284.740	173.119	5.341	31.882	23.368	10.766	6.044
2005	333.275	207.467	5.641	33.829	24.525	11.373	8.095
2006	331.088	185.961	5.536	36.437	36.318	10.848	9.284
2007	313.276	185.214	4.969	32.329	30.099	10.336	10.435
2008	329.761	191.012	5.313	33.677	35.922	11.889	12.035
2009	313.805	174.337	5.126	38.887	32.474	9.490	9.912
2010	253.360	129.775	3.397	39.293	30.649	9.825	6.641
2011	257.987	136.247	3.051	37.221	27.205	9.192	8.274
2012	259.270	111.427	1.646	41.764	52.989	8.228	10.630
2013	286.148	139.064	2.158	45.048	38.627	9.960	12.082
2014	248.651	112.434	2.048	32.143	39.174	9.595	14.830
2015	240.973	120.213	1.922	24.525	32.170	10.452	17.175
2016	264.431	144.211	1.986	23.465	35.327	8.625	17.008

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: (*) Valor a preços de 2016.

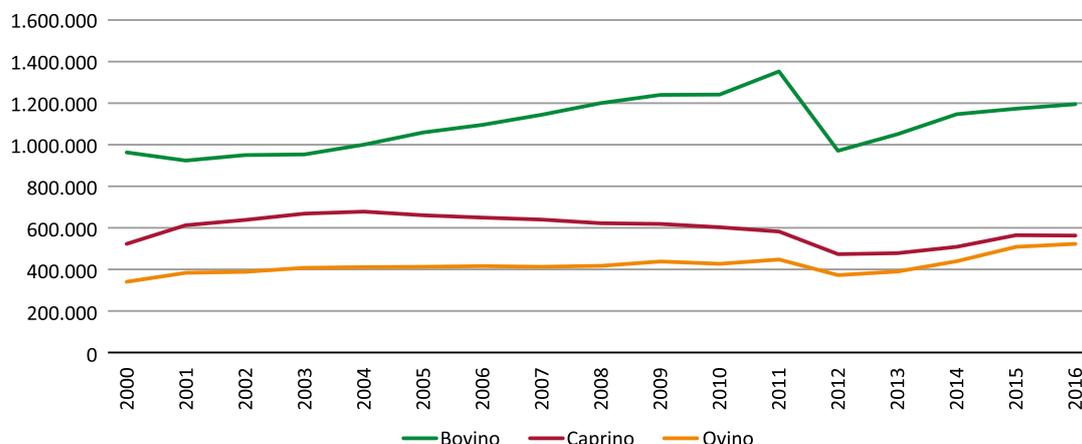
Da discussão sobre o desempenho da produção de lavouras merecem ser retidos alguns aspectos que evidenciam a fragilidade desse segmento produtivo paraibano: a) preponderância das lavouras temporárias que se concentram em dois tipos de lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi); b) concentração espacial da produção de lavouras permanentes, principalmente na mesorregião da Mata Paraibana e na microrregião do Brejo Paraibano; c) esvaziamento na produção agrícola das duas mesorregiões com maior incidência de semiaridez. Além desses aspectos, convém lembrar outras dimensões do problema, não tratadas aqui: a) forte concentração da propriedade privada (Gini = 0,83); b) precariedade da base técnica da produção; c) insuficiência das práticas de irrigação e; d) carência de assistência técnica etc. (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014). Vale salientar, também, que não existe, afora o complexo sucroalcooleiro, nenhuma agroindústria de maior expressão econômica no Estado.

3.1.2 Desempenho da produção pecuária

A produção animal estadual, principalmente a bovinocultura, experimentou grande impulso entre as décadas de 1960 e 1980, estimulada pela disponibilidade de crédito e pela política de incentivos fiscais patrocinada pela Sudene, gerando aumento da demanda por carne e por laticínios, decorrente do processo acelerado de urbanização (MOREIRA e TARGINO, 1997). O maior efetivo alcançado pelo rebanho bovino paraibano foi em 1989 com 1.458.629 cabeças.

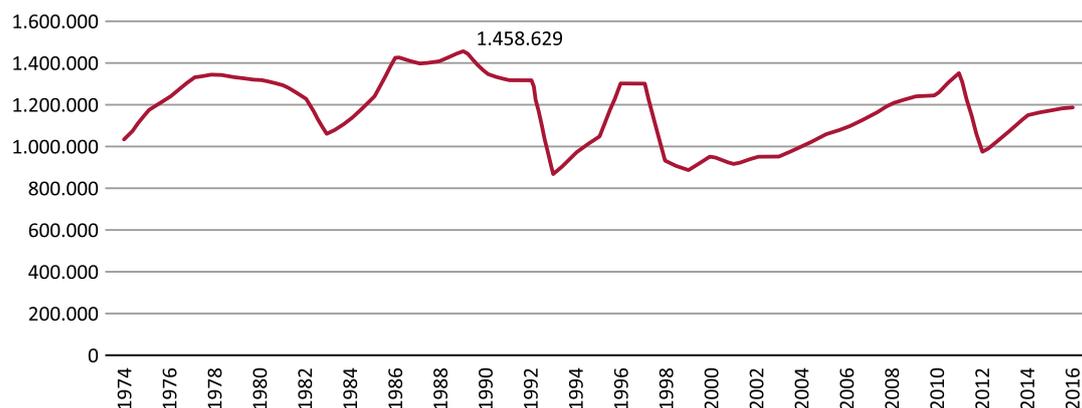
Atualmente, a produção pecuária estadual está concentrada em três segmentos: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura, com a predominância do primeiro, como pode ser visto no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Paraíba: evolução do efetivo dos principais rebanhos (2000-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

Gráfico 14 – Paraíba: Evolução do rebanho bovino (1974-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

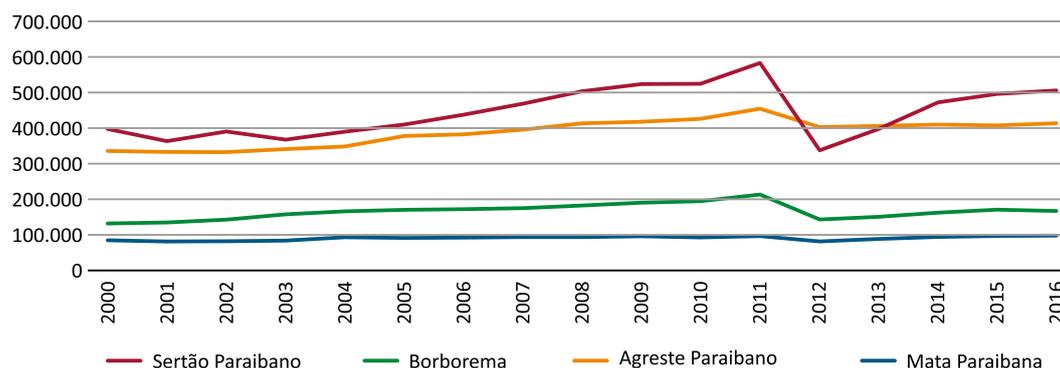
A visão oferecida pelo Gráfico 13 deixa transparecer a ideia de que esse rebanho estaria numa trajetória ascendente. No entanto, a série histórica oferecida pela Pesquisa Pecuária Municipal, iniciada em 1974, mostra que não é essa a realidade (veja Gráfico 14). De fato, a bovinocultura estadual tem registrado um movimento cíclico, que guarda estreita vinculação com os períodos de seca. Isto é, quando ocorre uma seca, há um decréscimo do rebanho, que se recupera aos poucos com o fim do período de restrição climática. Porém, nas duas últimas décadas, o tamanho do rebanho permaneceu sempre abaixo do nível alcançado em 1989. Embora o efetivo do rebanho bovino estadual não tenha desenvolvido a mesma tendência do rebanho nacional (trajetória de crescimento continuada), podem ser constatadas algumas mudanças significativas nas práticas de criação tais como: melhoria genética do rebanho com a introdução de novas raças: beduínos, holandês e guazará; melhoria no controle sanitário; mudanças no padrão alimentar; introdução da ordenha mecânica etc. (MAIA, 2014).

Quanto aos rebanhos de médio porte, os mais expressivos são os de ovelha e de cabra (veja Gráfico 13). Nas últimas décadas, experimentaram um movimento de crescimento, não obstante os impactos do último período de seca, que foram relativizados pela política adotada pelo governo do Estado de distribuição de ração e pelo esforço de substituição do tipo da palma forrageira que foi infestada pela praga da colchonilha de carmim. Para o bom desempenho desses dois rebanhos, foi fundamental a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), modalidade leite, que provocou uma estabilização do mercado dos produtos desse rebanho, particularmente do leite (DUQUE, 2007; REGO, 2019). A implantação do PAA

leite propiciou a implantação de vários laticínios, sobretudo na mesorregião da Borborema, principal área de concentração desses rebanhos.

No tocante à distribuição espacial da pecuária, constata-se que ela predomina nas mesorregiões de clima semiárido. A bovinocultura predomina nas mesorregiões do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano (veja Gráfico 15). O peso da bovinocultura nessas mesorregiões foi responsável pela constituição do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema policultura-gado-algodão no Agreste, de acordo com Melo (1958) e Andrade (1980). A baixa presença desse rebanho na Mata Paraibana e na Borborema explica-se pelo exclusivo canavieiro e pelas restritivas condições climáticas, respectivamente.

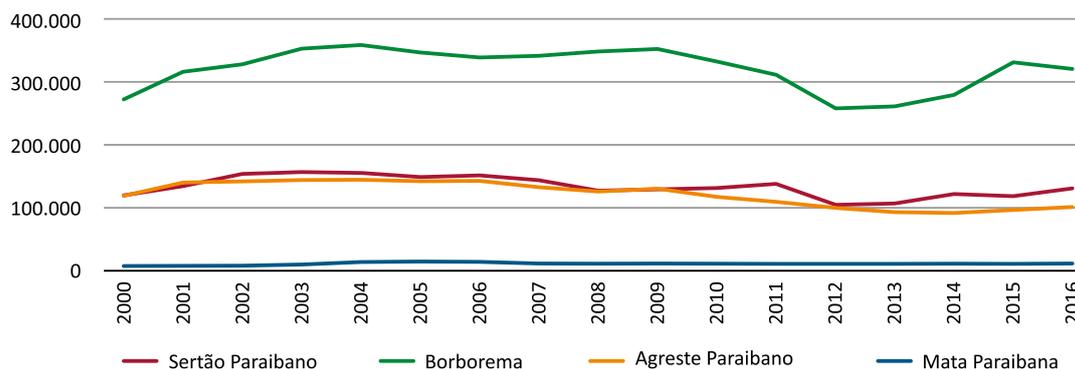
Gráfico 15 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho bovino (2000-2016)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2017)

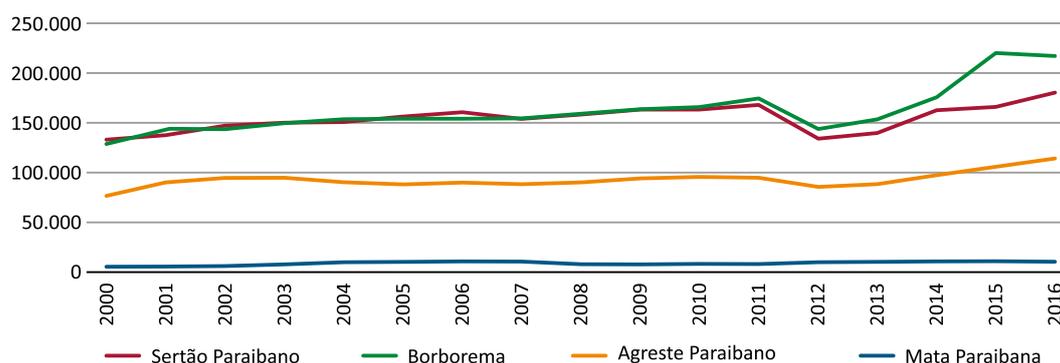
Há uma forte especialização espacial em relação à caprinocultura. Como pode ser observado no Gráfico 16, esse rebanho está localizado principalmente na mesorregião da Borborema. Além das condições climáticas propícias à caprinocultura e da implantação do PAA-Leite, deve-se lembrar que o Governo Estadual também adotou um programa de incentivo a esse criatório que implicou melhoria genética do rebanho, disseminação de cuidados sanitários, prestação de assistência técnica etc. (GALVÃO et al., 2006). No tocante à ovinocultura, esta ocorre de forma disseminada no território paraibano, à exceção da Mata Paraibana, cujo rebanho é inexpressivo. Isto é, tal rebanho localiza-se, predominantemente, nas áreas semiáridas, com maior expressão nas mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema. Deve ser observado, também, que a ovinocultura registra uma tendência positiva de crescimento nas três principais mesorregiões onde é explorada.

Gráfico 16 – Paraíba: Distribuição espacial da caprinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

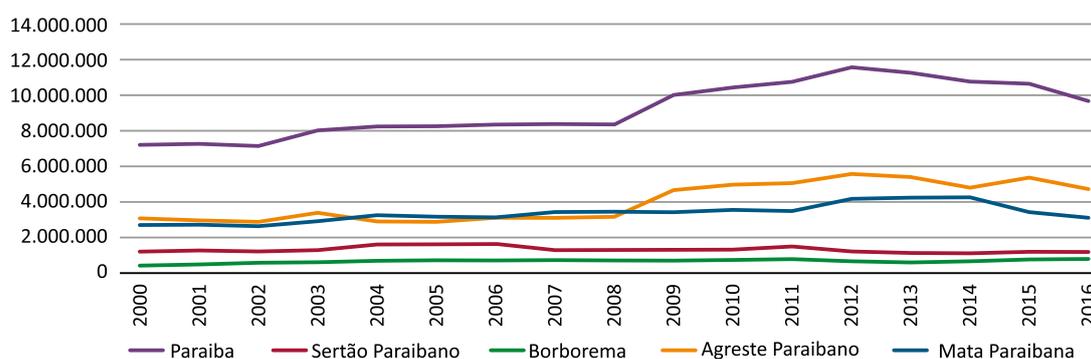
Gráfico 17 – Paraíba: Distribuição espacial da ovinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

Ainda em relação à criação de animais, importa destacar o comportamento do segmento dos galináceos, que no período em estudo teve um comportamento ascendente até 2012, quando praticamente dobra o número de animais (veja Gráfico 18). A produção está concentrada nas mesorregiões do Agreste Paraibano e da Mata Paraibana.

Gráfico 18 – Paraíba: Evolução do criatório de galináceos segundo as mesorregiões (2000 -2016)



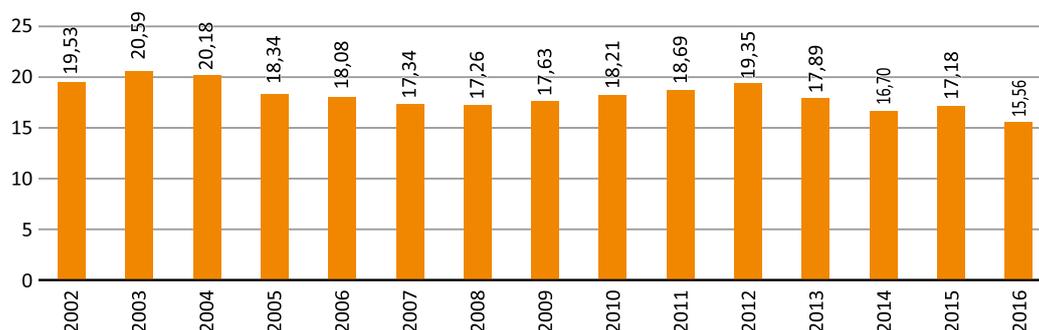
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

A produção de galináceos tem dois segmentos distintos no Estado. O primeiro está relacionado com a agricultura familiar, representado pela produção de galinhas caipiras e de capoeira, atividade tradicionalmente sob responsabilidade feminina. Algumas ONG's, a exemplo da ASPTA, têm estimulado e orientado essa produção como forma de fortalecimento da renda familiar. O segundo segmento guarda uma feição estritamente capitalista e é capitaneado no Estado pela empresa Guaraves, que tem fortalecido a sua produção através do sistema de franquias. Além da criação, a empresa também é responsável pelo abate e distribuição do produto tanto na Paraíba quanto em supermercados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco (CORREIA, 2018).

3.2 Comportamento da indústria paraibana na fase contemporânea

Ao se examinar a evolução setorial da economia paraibana na fase mais recente, constata-se que o setor industrial apresentou uma trajetória declinante no que se reporta à sua participação no Valor Agregado Bruto estadual. Em 2000, o VAB industrial representava 19,5% do VAB paraibano. Conforme é possível observar no Gráfico 19, a participação relativa do setor industrial no PIB estadual, em 2016, era de apenas 15,56%.

Gráfico 19 – Participação percentual do Valor Agregado Bruto Industrial no Valor Agregado Bruto da Paraíba (2002 a 2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

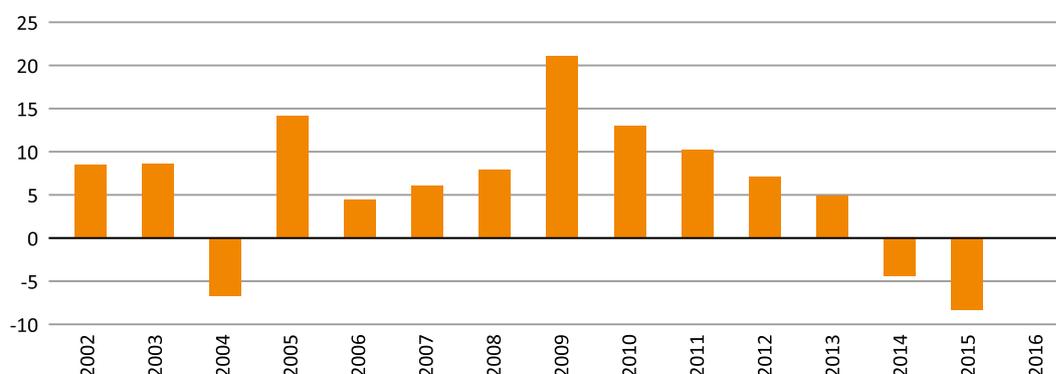
Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE, até meados dos anos 1980, contribuíram para a expansão da capacidade de produção industrial no Estado. Na década de 1990, a renúncia tributária de ICMS oferecida pelo Governo Estadual, através, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) e o Programa Lotes e Galpões, também atraiu indústrias para a Paraíba (POLARI,2012; BRASIL, 2005)⁴.

Alguns aspectos explicam a queda da importância da indústria na Paraíba nos referidos anos. A flexibilização de trabalho no setor secundário liberou mão de obra que, em parte, foi absorvida pelo setor de serviços. Nesse mesmo período, o setor terciário estadual apresentou expressiva expansão, com a instalação, no Estado, de empresas no sistema de telecomunicações; tecnologia da informação; serviços de transportes; serviços bancários; educação; consultorias técnicas, entre outros.

Entre os anos de 2007 e 2012, a participação da indústria estadual no total da produção de bens e serviços volta a crescer. A partir de 2007, a política macroeconômica do Governo Federal passa a ter um caráter mais desenvolvimentista. Nesse contexto institucional, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com uma projeção de realização de investimentos públicos diretos na ordem de R\$ 67,8 bilhões em quatro anos, distribuídos em: investimentos das estatais e financiamentos dos bancos oficiais. Alguns investimentos do PAC são efetuados no espaço estadual e impactam positivamente a indústria de construção civil.

No Gráfico 20, pode-se acompanhar a variação percentual anual da indústria paraibana. Entre os anos de 2002 a 2004, percebe-se que há uma retração de 9,27% no Valor Adicionado Bruto da indústria paraibana, a preços deflacionados pelo IGP DI de 2015. A crise energética de 2002 no País e a política fiscal e monetária ortodoxa adotada pelo Governo Federal entre 2003 e 2006, amparada em juros reais elevados, trouxe impactos para a retomada de investimentos que também alcança o espaço estadual.

Gráfico 20 – Paraíba: Variação percentual do VAB da indústria a preços de 2016 (2003 a 2016)

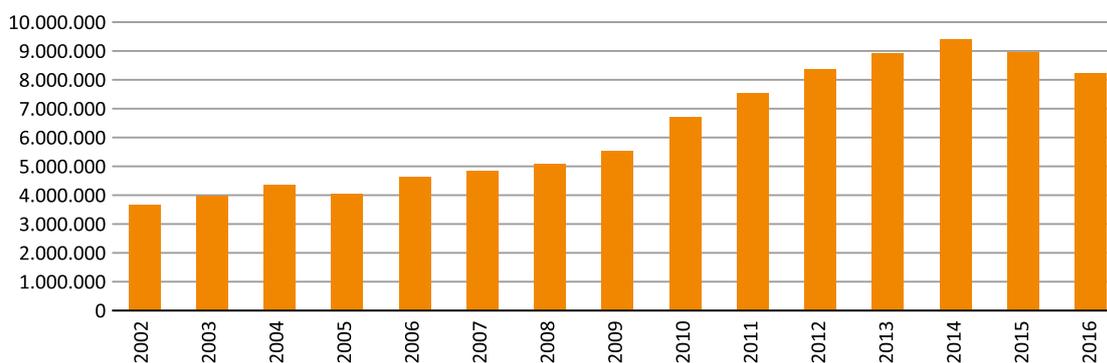


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

4 O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - FAIN foi criado em 29 de julho de 1986 através da Lei n. 4.856/86. Tal Fundo era gerido pela CINEP - Companhia de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, que era um órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICTCT.

O segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) traz um novo arranjo de políticas públicas no âmbito regional que reverbera nas economias estaduais. Há um grande estímulo à ampliação do investimento público em infraestrutura energética (petróleo, gás e energia elétrica), infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento), e infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) por intermédio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um conjunto de medidas de estímulo ao setor privado foi lançado no âmbito do PAC como a: redução do prazo de aproveitamento dos créditos do PIS/Cofins na construção ou reforma de instalações produtivas; concessão de crédito para as empresas na compra de material de construção; ampliação dos recursos do FGTS para o programa de compra da casa própria, disponíveis na Caixa Econômica Federal para população de baixa renda. A política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014, quando praticamente dobrou de valor (veja Gráfico 21).

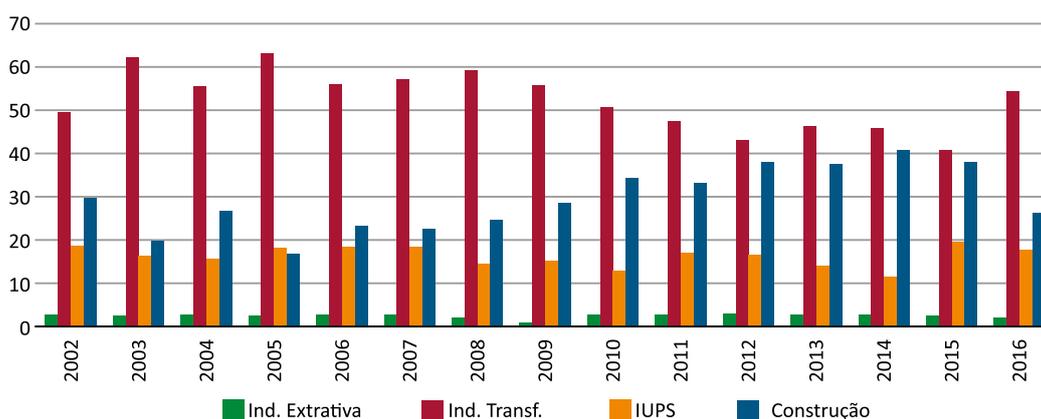
Gráfico 21 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor industrial a preços de 2016 (Mil Reais)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Ao se examinar a composição da produção industrial paraibana, vê-se que a indústria de transformação era a que mais se destacava em 2002, com uma participação percentual de 49,4%. A indústria de construção civil ocupava o segundo lugar, com um peso relativo de 29,6%, e, em seguida, a indústria de bens de utilidade pública industrial detinha uma participação de 18,6%. Em último lugar, aparecia a indústria extrativa mineral, com apenas 2,4% do total da produção do setor secundário estadual (veja Gráfico 22).

Gráfico 22 – Distribuição da produção industrial por tipo de indústria na Paraíba (2002 – 2016)

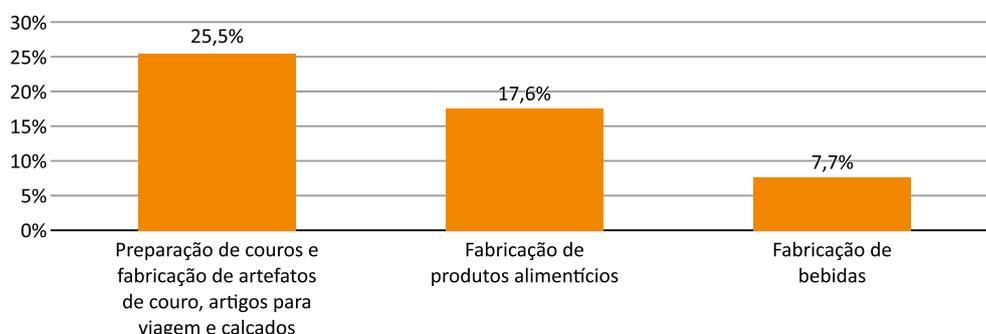


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Essa configuração se altera ao longo dos anos que vão de 2002 a 2016. Chama atenção o expressivo aumento da indústria de construção civil, sobretudo a partir de 2007, quando detinha 24,5% da produção industrial do Estado paraibano e chega a representar nada menos que 40,2% em 2014. É provável que esse desempenho tenha sido resultado, como já foi destacado acima, de um conjunto de medidas de

estímulo ao setor privado lançadas no âmbito do PAC.⁵ A indústria de transformação perdeu alguns pontos percentuais, mas continuou liderando a produção do setor secundário da Paraíba. É oportuno ressaltar que esse tipo de indústria agrega diversos segmentos industriais que estão distribuídos em quatro setores-soma: indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis; de bens de consumo duráveis; de bens intermediários e de bens de capital

Gráfico 23 – Paraíba: Participação dos principais setores no VAB do setor industrial (2015)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Cabe frisar, também, que a indústria calçadista e de alimentos, que fazem parte da indústria de transformação, sempre detiveram um peso importante na base produtiva industrial do Estado (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2014).

Por sua vez, notou-se que, mesmo num período de retração do desempenho da indústria em níveis nacional e estadual, a indústria produtora de bens de utilidade pública industrial conseguiu ampliar sua contribuição no setor secundário entre os anos de 2014 e 2016, de 11,3% para 17,6%. Possivelmente esse fenômeno esteja associado à realização de investimentos nos segmentos de eletricidade e gás, água, esgoto, ou em atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Nos últimos anos, cabe destacar a implantação do polo cimenteiro no Litoral Norte do Estado, com a construção de cinco novas unidades industriais⁶.

A indústria extrativa não conseguiu superar sua reduzida contribuição na produção industrial do Estado na fase mais recente. Esse tipo de indústria extrativa não experimentou mudanças significativas nas suas propriedades elementares. Citem-se, por exemplo, a indústria de extração de madeira, a produção de minerais metálicos e não metálicos.

É importante compreender a dinâmica do setor industrial na perspectiva espacial. Até a década de 1970, uma das características importante da indústria de transformação paraibana era a forte integração da atividade industrial com o setor agropecuário. São exemplos disso a relação entre a atividade pecuária e a indústria de beneficiamento de couro, a produção de algodão e as unidades de beneficiamento da fibra do algodão, a produção de cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira e a produção de rapadura. Isso garantia certa dispersão das unidades fabris pelo espaço paraibano (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2016).

Este cenário se altera a partir da década de 1980, quando o processo de globalização aliado à guerra fiscal entre os Estados leva ao deslocamento de indústrias têxtil e coureiro calçadista das regiões Sudeste e Sul para a Paraíba. Observa-se, então uma desarticulação da atividade industrial em relação à agropecuária estadual, o que implicou o fechamento de várias unidades fabris no interior do Estado, tal como ocorreu com as usinas de beneficiamento do sisal e do algodão que havia no interior da Paraíba (TARGINO, 2014). Por outro lado, o processo de concentração da população nos dois maiores centros urbanos determinou

5 O PAC contemplava cinco partes: medidas de infraestrutura (inclusive infraestrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa), estímulo ao crédito, desenvolvimento institucional, desoneração e medidas fiscais de longo prazo. Constatou-se que a política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014. Cresceu, em termos reais, em 43,1%. A expectativa era que os investimentos privados alcançassem a cifra de R\$ 503,9 bilhões no período do Programa, entre 2007 e 2010.

6 De acordo com o Governo do Estado, essas novas unidades transformarão a Paraíba no 2º maior polo cimenteiro do País, cuja produção está estimada em 10 milhões de toneladas ano (COM CINCO (...), 2014).

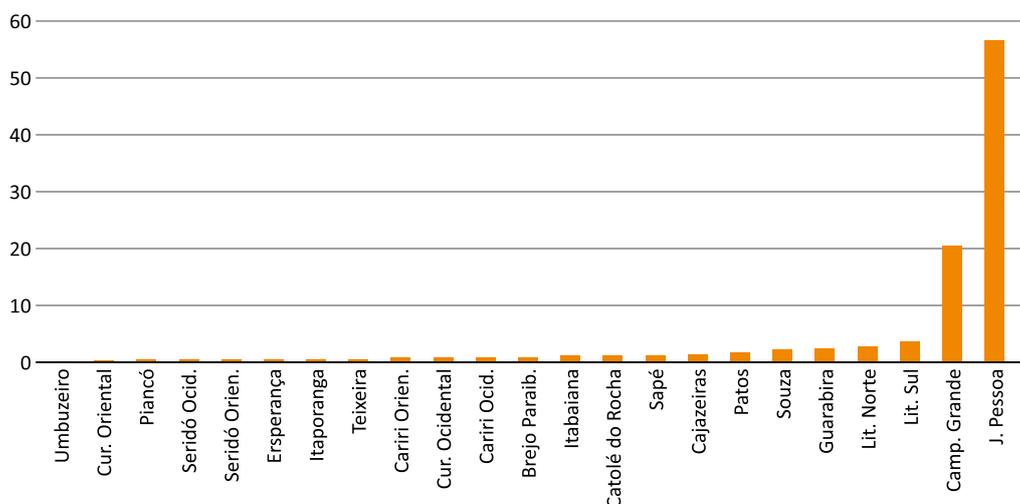
o adensamento da infraestrutura nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, incrementando o poder de atração desses dois polos sobre os investimentos industriais.

Quando se observa a distribuição espacial do Valor Agregado Bruto da indústria entre as Microrregiões do Estado em 2015, percebe-se que a maior parte da indústria estadual está localizada nas microrregiões de João Pessoa e Campina Grande (veja Gráfico 24).

As microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm, juntas, nada menos que 77% do Valor Agregado Bruto da indústria paraibana. Na microrregião de João Pessoa, destacam-se os municípios de João Pessoa e Cabedelo como importantes polos industriais. Na atualidade, os segmentos da indústria de transformação que mais se destacam em João Pessoa, são os produtores de bens de consumo não duráveis como: alimentos, vestuário, têxtil, calçados e bebidas.

Nos anos 1990, o governo da Paraíba adotou uma política pública de estímulo à transferência de capitais industriais para o interior da Paraíba. As políticas de incentivos promovidas pelas Unidades Federativas assumiram lugar de destaque após o declínio das superintendências de desenvolvimento regionais. Estados e municípios procuravam criar diferenciais locais através de um pacote de ações para estimular os empreendimentos industriais. Os Estados com economias menos dinâmicas procuravam compensar suas desvantagens através da adoção de incentivos próprios. O Governo Estadual, através do FAIN, concedia isenção de 100% de ICMS para empresas que optassem por instalar suas plantas industriais em municípios do sertão paraibano. À despeito das ações empreendidas pelo Governo Estadual no sentido de desconcentrar a indústria paraibana, percebe-se que, na fase contemporânea, essa distorção ainda persiste, o que contribui para agravar o fraco desempenho de diversas microrregiões.

Gráfico 24 – Paraíba: Distribuição % do Valor Adicionado Bruto da Indústria segundo as microrregiões paraibanas em 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Análise feita acima evidenciou alguns aspectos problemáticos do setor industrial paraibano, tais como: concentração em ramos pouco dinâmicos a exemplo de bens de consumo não duráveis; desarticulação com o restante dos setores de atividade e com o mercado interno⁷; forte concentração espacial nos dois polos urbanos mais importantes do Estado. Além desses aspectos, estudos identificam outros pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial, tais como: insuficiência da infraestrutura, particularmente a disponibilidade de água por ocasião das secas; escassez na oferta de serviços de sustentação da atividade industrial; limitação de recursos humanos qualificados etc. (ALBUQUERQUE e SOUZA, 2015; POLARI, 2012)

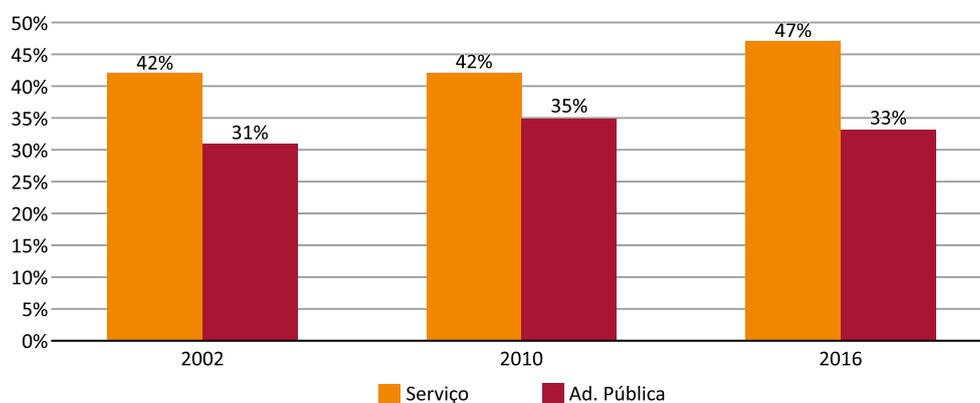
⁷ A produção das unidades fabris instaladas dos ramos têxteis e calçadista destina-se preferencialmente para exportação (MAIA, 2006).

3.3 Comportamento do setor de serviços e de administração pública

Nesta análise, optou-se em utilizar a mesma metodologia do IBGE quanto a apresentar o setor de serviços separado do setor da administração pública, o que permite avaliar o peso que esses segmentos representam no VAB do Estado da Paraíba. De toda a riqueza produzida, R\$ 24,8 bilhões foram adicionados pelo setor de serviços e R\$ 17,5 bilhões pela administração pública, o que representa 47,1% e 33,2%, respectivamente, do VAB estadual. Esses dois segmentos respondem por 80,3% de todo o VAB no ano de 2016.

Esse avanço pode expressar a retração de outros setores produtivos, conforme destacado para a agropecuária e indústria. Em particular, o setor de serviços aumentou 5 pontos percentuais no período em análise, enquanto a administração pública sofreu uma elevação de 2 pontos percentuais. Entre 2014 e 2016 houve uma retração de 15,4%, indicando uma possível tendência para este setor nos anos seguintes onde ficará mais exposta a contração do setor público na economia em nível nacional (veja Gráfico 25).

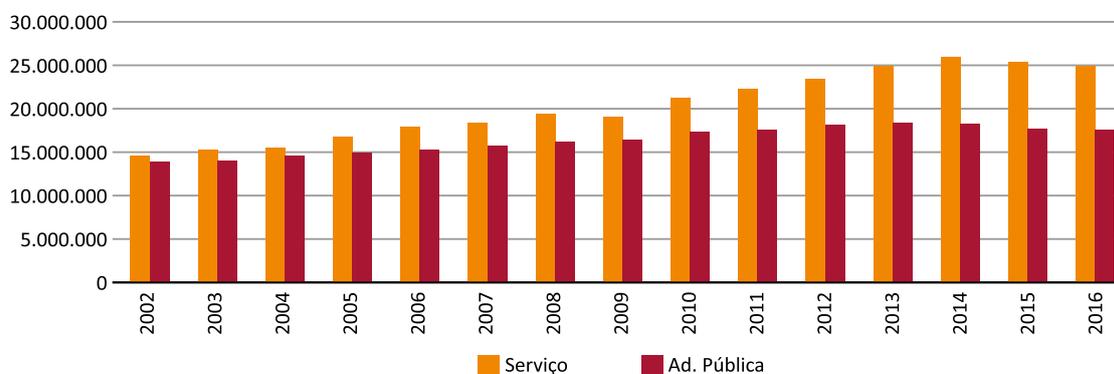
Gráfico 25 – Paraíba: Participação dos setores de serviços e administração pública no VAB em 2002, 2010 e 2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Da observação do Gráfico 26, verifica-se um comportamento ascendente no VAB do segmento de serviços até 2014. Nos dois anos seguintes há um recuo no VAB desse segmento, refletindo o que ocorre na economia brasileira. Desempenho similar tem o subsetor da administração pública. No entanto, a dinâmica do setor de serviços foi mais forte do que a da administração pública, como mostra o crescente diferencial dos valores entre esses dois subsetores.

Gráfico 26 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto dos setores de serviços e administração pública de 2002 a 2016 a preços constantes (Mil Reais)



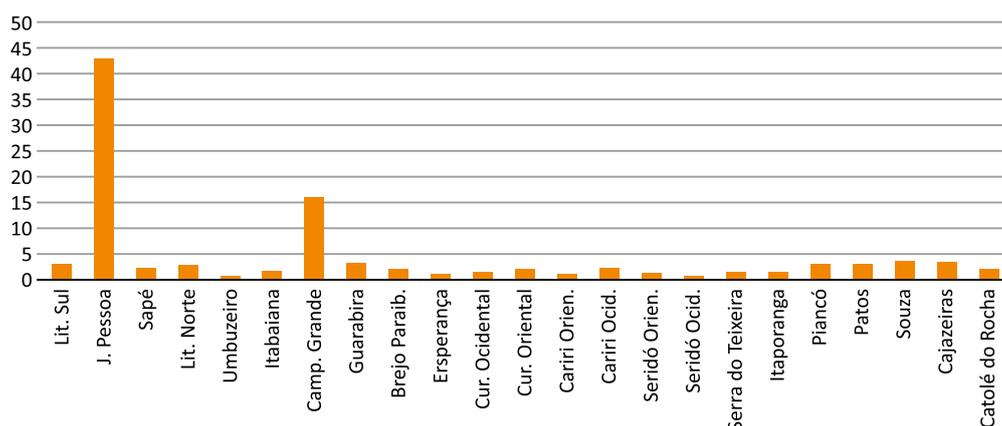
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

O menor dinamismo da presença da administração pública na economia do Estado está relacionado à queda nos valores das transferências institucionais da União e do Estado para os municípios, além da retração de investimentos do Governo Federal por meio de repasses de recursos para o financiamento de projetos. Tal situação ainda tende a se agravar nos anos seguintes. Como a maior parte dos municípios paraibanos depende das fontes de receitas intergovernamentais e é carente de receita própria e de capital, essa diminuição significa o encolhimento da administração pública no VAB e a diminuição da circulação de renda nos municípios.

Para o subsetor de serviços, a configuração da distribuição do VAB repete o perfil de concentração espacial já verificado para o setor industrial. Com efeito, as microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm importante participação no VAB do setor, com 42,9% e 15,9%, respectivamente, em 2016. Com exceção das microrregiões de Guarabira, Sousa, Cajazeiras e Patos que contribuem com valores em torno de 3%, cada uma, as demais exibem participação de menos de 2% no VAB (veja Gráfico 27).

No segmento da administração pública, observa-se, também, a presença marcante de João Pessoa (28,5%) e Campina Grande (12,8%), porém menos acentuada. Tem-se uma elevação discreta da participação relativa das outras microrregiões, com destaque para Sousa, Cajazeiras e Guarabira que ficaram acima de 4%, cada uma.

Gráfico 27 – Microrregiões da Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor de serviços a preços correntes em 2016 (Mil Reais)

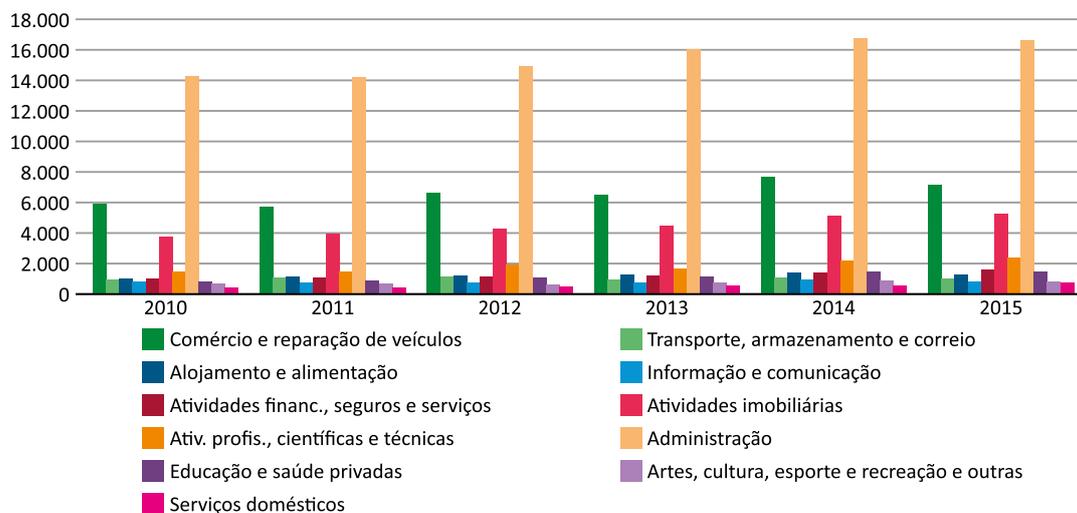


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No tocante ao desempenho do setor de serviços por subsetores e da administração pública, entre 2010 e 2015, foi possível constatar o importante papel do setor público no VAB produzido, apresentando ascensão até 2014 para depois apontar leve retração em 2015, crescimento de quase 17% no período. O subsetor de comércio e reparação de veículos automotores aparece com destaque e representa cerca de 31% do valor adicionado dos serviços, tendo apresentado taxa de crescimento de 17% (Gráfico 28).

O segundo subsetor de maior relevância é o de atividades imobiliárias, com volume de 23% no VAB do total dos serviços, com crescimento de 37%. Por outro lado, setores que têm menor participação em termos de valores absolutos no setor de serviços, apresentaram um desempenho significativo entre 2010 e 2015, destacando-se a educação e saúde privados, com crescimento de mais de 80%. Também foi relevante a ascensão dos subsetores de serviços domésticos (65%), atividades financeiras e seguros (56%) e atividades profissionais científicas e técnicas (62%), entre outras. Esse comportamento pode estar associado à expansão do setor imobiliário, do turismo, da ampliação da rede privada de ensino superior e da formalização do trabalho doméstico ao longo do período analisado.

Gráfico 28 – Paraíba: Valor Adicionado por subsetores de serviços e administração pública* de 2010 a 2015 (mil R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)
 *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Para caracterizar melhor o comportamento do setor de serviços, entre 2007 e 2015, chama atenção a expansão do número de novas empresas em alguns segmentos. As atividades imobiliárias apresentavam registro de 83 empresas em 2007, alcançando número quase cinco vezes maior em 2015, com taxa de crescimento de 370% em 8 anos. Esses dados podem expressar a pujança desse setor no Estado da Paraíba, fenômeno que pode ter sido impulsionado com a oferta de financiamentos subsidiados, sobretudo, pela Caixa Econômica Federal para aquisição de imóveis novos, como parte de programas do Governo Federal de apoio à aquisição da casa própria, voltados para o público de baixa renda.

As atividades de ensino continuado representam outro subsetor com forte crescimento no número de unidades empresariais, chegando a 250 estabelecimentos em 2015, com crescimento de 219%. Os estabelecimentos prestadores de serviços de alojamento e alimentação (124%), informação e comunicação (107%) e serviços prestados a empresas (101%), mais do que dobraram no período em análise, conforme a Tabela 11. Por outro lado, os serviços de correio e atividades de entrega, registraram queda de 17% no número de empresas, talvez como reflexo das mudanças na logística da distribuição de encomendas e nas inovações verificadas nos sistemas de informações permitindo a reestruturação do segmento.

Tabela 11– Paraíba: Número de empresas no setor de serviços de 2007 a 2015 (Unidades)

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	4933	5260	6319	6485	7565	7762	8256	9094	9242
1. Serviços prestados às famílias	1610	1697	2375	2242	2768	2871	3101	3300	3188
1.1 Serv. de aloj.e alimentação	930	979	1507	1428	1835	1917	2078	2132	2081
1.2 Ativ. culturais, recr.e esportivas	229	207	219	287	308	341	359	408	362
1.3 Serviços pessoais	347	387	486	338	430	412	384	462	413
1.4 Ativ. de ensino continuado	104	124	163	189	195	201	280	298	332
2. Serv. de infor.e comunicação	350	384	447	553	559	679	622	636	725
3. Serviços prestados às empresas	1615	1644	1856	2000	2204	2214	2521	2965	3254
4. Transp., serv.aux.transp., e correio	520	552	647	668	793	732	758	874	799
4.1 Transporte rodoviário	378	407	484	488	605	524	553	674	609
4.2 Outros transportes	14	13	14	14	17	15	20	18	14

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
4.3 Armaz.e serv. Aux. aos transp.	68	73	86	99	97	118	118	120	126
4.4 Correios e outr. ativ. de entrega	60	59	63	67	74	75	67	62	50
5. Atividades imobiliárias	83	130	147	172	251	257	283	334	390
6. Serv. de manutenção e reparação	569	647	618	639	755	771	716	728	620
7. Outras atividades de serviços	186	206	229	211	235	238	255	257	266

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (2016)

O crescimento do número de empresas no setor de serviços não foi acompanhado por crescimento na mesma intensidade na força de trabalho empregada. Os setores que apresentaram o maior volume de novas contratações entre 2007 e 2015 foram: armazenamento e serviços auxiliares aos transportes (171%), serviços prestados às empresas (165%), atividades culturais, recreativas e esportivas (143%) e atividades de ensino continuado (128%).

4 Considerações finais

A análise realizada acima mostra que a economia paraibana detém sinais significativos de fragilidade: contribui com menos de um por cento para o PIB nacional; tem um setor agropecuário que perde sistematicamente posição na economia estadual, com uma produção de lavouras temporárias e permanentes concentrada em dois produtos e com uma pecuária praticamente estagnada; um setor industrial declinante e centralizado em segmentos industriais tradicionais; o setor terciário com peso significativo da administração pública e; forte agrupamento espacial na área metropolitana da capital e em menor grau na zona de influência de Campina Grande.

Apesar de nas últimas décadas ter experimentado um desempenho em termos de evolução do PIB e do PIB per capita melhor do que a economia nacional e regional, isso não foi bastante para mudar de forma significativa a sua posição no quadro econômico nacional.

Destaca-se que o melhor desempenho estadual esteve ancorado, principalmente, em dois segmentos: o crescimento do setor terciário e do subsetor da construção civil. A partir de 2015, a crise nacional repercutiu de modo expressivo na economia estadual, particularmente nesses dois segmentos produtivos. Como a política macroeconômica recessiva tem incidido de modo particular nesses dois ramos produtivos, não é prudente esperar que o quadro se reverta. Desse modo, a retomada do crescimento fica a depender, sobretudo, de iniciativas por parte do Governo Estadual, que, por sua vez, não tem sido ao longo do tempo capaz de influir de forma decisiva em mudanças estruturais mais profundas.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.D.; SOUZA, C. M. Dilemas da indústria na Paraíba: leituras das percepções do setor empresarial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 13, 2016.
- ALBUQUERQUE, Diogo Daniel Bandeira de; TARGINO, I. A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife: UFPE, v. 15, p. 129-150, 2016.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. Ed. Ciências Sociais, 1980.
- BRASIL, P. M. **Política de incentivos governamentais na Paraíba: implicações sobre o desenvolvimento industrial e a geração de empregos (1988-2003)**. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2005.
- CARDOSO, Verônica Lazzarini; ALMEIDA, Eduardo. Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n. 15, 2013.

COM cinco novas fábricas, Paraíba será 2º maior produtor de cimento do País. **Paraíba Total**, 25 fev. 2014. Canal de economia, mercado e negócios. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/com-cinco-novas-fabricas-paraiba-sera-2o-maior-produtor-de-cime-do-ntopais/>. Acesso em: 20 maio de 2019.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste Paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GALVÃO, P. F. M.; LIMA, D. do N.; ALBUQUERQUE, A. C. de A.; ATAÍDE, C. L. Desenvolvimento sustentável da caprinocultura no Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. V, n. 31, Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3a95712f7b720f82d8ac4b259dfe3743.pdf. Acesso em: 28 maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais: Brasil – 2016 principais destaques por Unidade da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEADATA. **Regional**: temas: contas regionais. *Online*. Rio de Janeiro: IPEADATA, c2006. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 8 maio 2019.

MAIA, Kaliane de Freitas. Transformações na grande propriedade e ressignificação da pecuária no semiárido. In: MENEZES, M.; GOMES, R. Alves. **Modernização e transformações no mundo rural: trabalho, atores e experiências**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

MARCILIO, M. L. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. In: **Revista Anais de História**. Ano vii, 1974.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MOREIRA, Emilia de Rodat F.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA. **Economia paraibana**: guia da conjuntura. João Pessoa: NAI, n. 1, 1974.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?edicao=22328&t=sobre> Acesso em: 15 maio 2019.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 maio 2019.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1977.

POLARI, R. S. **A Paraíba que podemos ser**: da crítica à ação contra o atraso. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 13 maio 2019.

REGO, Eduardo. **A tecnificação do território no cariri paraibano associada às políticas de estímulo a (re)pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

REINHARDT, D. H. **Manejo do solo – água – planta em plantios de abacaxi**. Cruz das Almas: Embrapa, 2015. Embrapa Mandioca e Fruticultura. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1029522/manejo-do-solo---agua---planta-em-plantios-de-abacaxi>. Acesso em: 20 maio 2019.

TARGINO, I. **Desempenho do setor industrial paraibano**. João Pessoa: UFPB/DECON, 2014. (mimeografado).

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. *In*: CAMPOS, F. C.; MOREIRA, I.; MOUTINHO, L. G. **Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa, Ed. Universitária, 2006.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.. Transformações do espaço agrário paraibano e conflitos de terra. *In*: **Anais do VII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Belo Horizonte: UFMG, 1986.

TARGINO, I.; MOREIRA, Emília; ARAÚJO, Natália Maritan Ugulino . Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Okara: Geografia em Debate**, n. 2, v. 8, p. 271-293, UFPB/PPGC, 2014.

A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas

Tania Bacelar de Araújo¹
Valdeci Monteiro dos Santos²

Resumo

Este artigo examina a dinâmica e as transformações da economia de Pernambuco de 2004 a 2018, considerando os momentos de (i) ciclo de crescimento (2004-2014), sob efeito concatenado da expansão do mercado interno e da renda nacional e do impulso dos investimentos (destaque para o Complexo Portuário Industrial de Suape); (ii) retração influenciada pela crise brasileira (2015-2016); e discreta retomada (2017-2018). Entre as mudanças estruturais significativas ressaltam-se: o surgimento de novas indústrias como a de Petróleo e Gás e a Automobilística; a reestruturação de segmentos tradicionais; a expansão de serviços, em especial os voltados para a produção; a reorganização da base agropecuária; e o avanço da produção de energia eólica. Bem como, a ampliação gradual da abertura econômica, o aumento do emprego formal e a interiorização do desenvolvimento. O artigo finaliza reconhecendo os avanços ocorridos, apesar da crise em curso da economia brasileira; mas, alerta para o grande desafio da inserção da base produtiva e da sociedade pernambucana no mundo em mutações profundas com destaque para a passagem para era digital.

Palavras-Chave

Desenvolvimento econômico. Pernambuco. Nordeste. BNB. Dinâmica e transformações econômicas.

1 Introdução

Examinar a dinâmica e as mudanças mais relevantes ocorridas na economia de Pernambuco nos anos iniciais do século XXI é o objetivo deste artigo. Isso será feito numa perspectiva comparada com a economia do Nordeste e do Brasil. Ao final, serão destacados os principais desafios que se apresentam para o futuro da economia estadual.

O texto está dividido em três partes. A primeira examina a evolução da economia estadual de 2004 a 2018, observando as fases de dinamismo, de desaceleração e o momento atual de instabilidade e incerteza; a segunda registra as transformações mais significativas ocorridas na sua base produtiva; a terceira apresenta desafios estratégicos da economia pernambucana para os próximos anos.

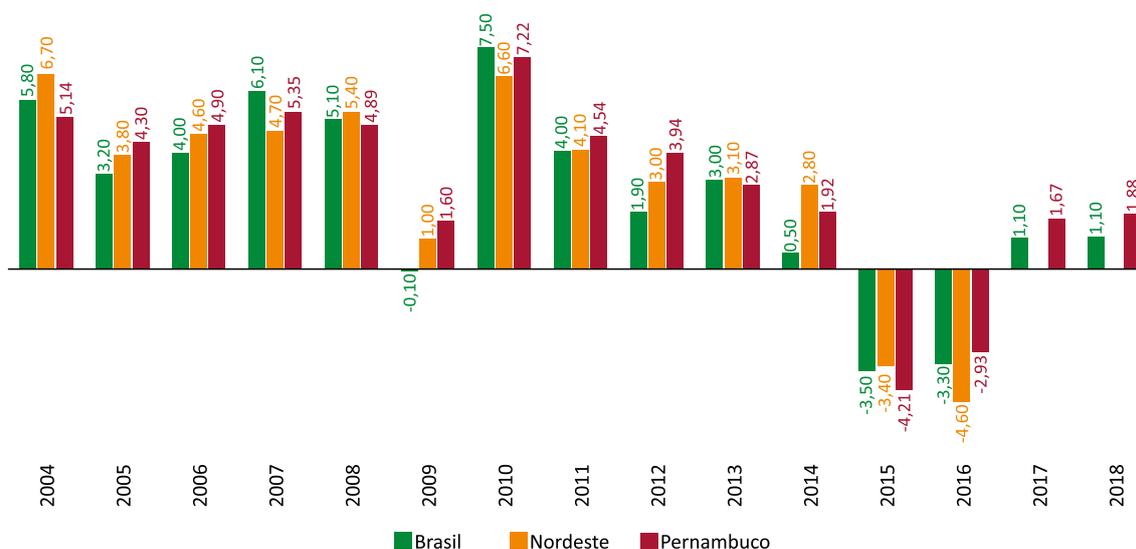
2 A dinâmica da economia entre 2004 e 2018

A dinâmica da economia de Pernambuco no período 2004 a 2018 pode ser compreendida a partir de momentos distintos, conforme pode ser visto no Gráfico 1: uma fase de ciclo expansivo, com crescimento médio anual de 3,8% a.a. (2004 a 2014), apesar de impactos da crise mundial de 2008/2009; outra de desaceleração (2015 a 2016), registrando taxas de -4,2% e -2,9%; e o momento mais recente (2017-2018) de discreta recuperação de 1,7% e 1,9%.

1 Doutora em economia pública e organização do território pela Universidade de Paris 1 (Panthéon Sorbonne), professora aposentada do departamento de geografia da UFPE e sócia da Ceplan Consultoria

2 Doutor em desenvolvimento econômico pela Unicamp-SP, professor de economia e assessor de planejamento da Universidade Católica de Pernambuco e sócio da Ceplan Consultoria

Gráfico 1 – Brasil, Região Nordeste e Estado de Pernambuco, Taxas de variação anual do volume do PIB a preços constantes (valores em %) 2004 a 2018



Fonte: Contas Regionais/IBGE; Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; Agência Condepe-Fidem.
Nota: Os valores de 2017 e 2018 são informações preliminares, sujeitas a alterações.

Fase 2004-2014: Ciclo de crescimento

O Estado de Pernambuco, após vivenciar um momento de grandes dificuldades nas duas décadas³ finais do século XX, passou a experimentar um novo ciclo de dinamismo e de transformações relevantes na sua base produtiva. Este ciclo ocorreu entre 2004 e 2014 e contemplou dois momentos.

O primeiro, nos anos iniciais do século XXI, em especial entre 2004 e 2007, foi acionado a partir da expansão do mercado interno e melhoria geral do padrão de consumo brasileiro, no contexto de um ambiente internacional favorável. O Estado registrou nesses quatro anos uma taxa de 4,9% a.a. do PIB, com o Brasil apresentando uma taxa de 6,1% a.a. (Gráfico 1). Foi um período em que ocorreu significativo crescimento dos serviços pessoais; da construção civil; da fabricação de bens de consumo básicos como alimentos, bebidas, roupas; e do comércio varejista, este último chegando a apresentar aumento de 14% nas vendas em 2005 (Pesquisa Mensal do Comércio – IBGE).

O segundo momento, de 2007 a 2014, a economia estadual passou a ser impulsionada, sobretudo pelos investimentos na implantação de empreendimentos produtivos e em obras de infraestrutura viária, hídrica e urbana, entre outros. Pernambuco cresceu nesta fase a uma taxa média anual de 4,1 % a.a. (contra 3,5% a.a. do Brasil), ressaltando o dinamismo da construção civil, com 5,9% a.a. (Contas Regionais, IBGE). Os reflexos deste dinamismo foram sentidos no aumento dos empregos formais e no rendimento do trabalho. Para se ter uma ideia, os empregos formais da construção civil registram crescimento médio de 8,2% a.a. nos anos entre 2007-2014 (RAIS-MTE).

Estudo realizado pela Ceplan Consultoria Econômica e Planejamento em 2013 para Federação das Indústrias de Pernambuco (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013)⁴, tendo como base projetos de investimentos industriais e em infraestrutura acima de R\$ 100 mil, já apontava para o período 2007-2016, intenções de cerca de R\$ 104 bilhões de investimentos no Estado (equivalente a um pouco mais do PIB estadual de 2010, IBGE).

3 A taxa média de crescimento do PIB do Estado na década de 1970 foi de 8,35% a.a.; entre 1985 e 1990, retraiu para 2,5% a.a.; e na década de 1990, para 0,71% a.a. Ressalta-se a contração verificada na indústria de transformação, que tinha uma participação de 25,4% do Valor Adicionado Bruto Total da economia estadual em 1985 e passou a registrar uma contribuição de 10,9%, em 2002 (IBGE).

4 Pesquisa baseada no Relatório Nacional de Informações sobre Investimentos (RENAI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); BNDES, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e coligadas ADDiper e Suape; sites de empresas (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013)

Esta fase mais virtuosa de crescimento contou com o apoio de financiamentos de longo prazo, tanto do BNDES quanto do BNB.

No caso do BNDES (ver Tabela1), verifica-se uma elevação do patamar dos desembolsos de sua carteira de projetos em Pernambuco a partir de 2007, com valores acima de R\$1,3 bilhão a.a., com incrementos significativos até 2014. Os projetos estruturadores, como a Refinaria General Abreu e Lima (RNEST), a Petroquímica Suape (PQS), os estaleiros (Atlântico Sul e Promar), além dos investimentos adjacentes a esses projetos e outras operações, absorveram um importante volume de financiamentos do BNDES, que somaram, nos oito anos mencionados, mais de R\$ 48 bilhões alocados no Estado. O mesmo comportamento foi observado no número de operações financeiras que somavam um pouco mais de 3.000, em 2007, e ultrapassaram 20.000, em 2014.

De forma semelhante, o BNB registrou, como pode ser visto na Tabela 2, importantes incrementos nos financiamentos destinados a projetos entre 2007 e 2014: com desembolsos que saltaram de R\$ 0,86 bilhão, em 2007, para um volume de R\$ 3,05 bilhões, em 2014.

Tabela 1 – Pernambuco: Desembolso e Operações do BNDES - 2007-2017

ANO	DESEMBOLSO (R\$)	OPERAÇÕES
2007	1.319.722.933	3.104
2008	1.647.072.216	3.925
2009	13.026.464.648	6.268
2010	4.244.890.518	13.960
2011	4.600.737.064	20.351
2012	3.207.609.783	20.963
2013	3.635.899.458	20.522
2014	5.850.021.200	20.020
2015	4.381.329.084	16.340
2016	1.761.553.132	8.309
2017	1.720.718.429	4.203

Fonte: BNDES, apud GUIMARÃES e SANTOS, cap.3, pág.81, In ARAÚJO e ARAÚJO, 2018.

Obs: Volume de financiamento para o ano de 2009 em Pernambuco foi influenciado pelo desembolso realizado ao projeto da refinaria General Abreu e Lima - RNEST que naquele ano totalizou R\$9,9bilhões.

Tabela 2 – Pernambuco: Volume de Contratações do BNB - 2007-2014 (R\$ bilhões)

ANOS	VALOR
2007	0,86
2008	1,38
2009	1,83
2010	2,71
2011	2,31
2012	3,78
2013	2,62
2014	3,05

Fonte: BNB, apud GUIMARÃES e SANTOS, cap.3, pág.84, In ARAÚJO e ARAÚJO, 2018.

Além desta importante base de financiamento, também podem ser mencionados como fatores decisivos para proporcionar este ciclo de crescimento estadual:

- a) **Presença do Complexo Portuário e Industrial de Suape**, estrategicamente posicionado no Nordeste, com diferencial de boa infraestrutura de logística portuária e área para instalação de plantas industriais;
- b) **Decisão estratégica do governo federal de construir a refinaria General Abreu e Lima, retomando após 30 anos, os investimentos da Petrobras no refino de petróleo no Brasil**. Iniciativa que acabou atraindo a implantação de plantas petroquímicas - a Petroquímica Suape - PQS (Petrobras) e a M&G Polímeros do Brasil S/A, liderada pelo grupo Mossi & Ghisolfi;
- c) **Iniciativa também estratégica do governo federal de retomar a indústria naval, resultando no apoio a implantação do Estaleiro Atlântico Sul (EAS)** liderado pelo Grupo Odebrecht, sob o estímulo de demandas da Petrobras por navios petroleiros e plataformas. Ocorrendo também a implantação de outros estaleiros: Promar e CMO;
- d) **Implantação da nova planta Fiat Chrysler Automobiles (FCA)**, no município de Goiana, com perspectiva de gerar efeitos encadeadores, pela atração de empreendimentos direta e indiretamente associados ao setor automobilístico, bem como pelo estímulo ao incremento de outras atividades, como as indústrias de bebidas, videira e de hemoderivados, que se instalaram na sua proximidade;
- e) **Implantação de grandes obras de infraestrutura** como a Ferrovia Transnordestina e a Transposição das Águas do Rio São Francisco;
- f) **Iniciativas do governo estadual**, quer pelos aportes de recursos em obras infraestruturais, (ex. modernização do Porto de Suape), quer pela atração de novas empresas a partir da ampliação dos benefícios fiscais do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE, iniciativa que contribui também para expandir o processo de interiorização do desenvolvimento estadual; e
- g) **Expansão do consumo** verificada ao longo da década 2000 na economia brasileira, que foi especialmente intensa no mercado consumidor nordestino (e pernambucano) impulsionada especialmente pelo dinamismo da ocupação e pelo impacto da elevação real do salário mínimo.

Neste ciclo expansivo de investimentos, foram atraídos para o Estado investimentos de marcas nacionais e internacionais de peso do setor industrial, como AMBEV, FIAT-JEEP, Kraft Foods, Sadia, Pepsico, Novartis, Hemobras, IMPSA, Estaleiro Atlântico Sul, Bünge, entre outras.

Fase 2015-2016: crise da economia brasileira e seus reflexos em Pernambuco

A reversão do ciclo econômico, que ocorreu em Pernambuco, nos anos de 2015 e 2016, quando se verificaram taxas negativas, respectivamente, de -4,2% e -2,9% (ver **Gráfico 1**), resultantes do efeito de um contexto de crise econômica e de instabilidade política nacional que provocou um forte freio nas decisões de investir dos agentes privados e públicos e nos aportes de financiamento e incentivos. Leve-se em conta, ainda, o fato de ter coincidido com o momento, já previsto, de finalização de grandes obras como a da refinaria e a do estaleiro Atlântico Sul, que naturalmente levaria a diminuição dos empregos e dos investimentos em curso.

Pesquisa realizada também pela Ceplan para o LIDE Pernambuco⁵ em 2016, e publicada na revista Negócios PE, n.42/2016 aponta que entre 2014 e 2016, os investimentos produtivos em andamento foram da ordem de R\$ 9,3 bilhões, significando uma importante diminuição dos fluxos de investimentos ocorridos nos dez anos anteriores⁶. Por outro lado, verificou-se neste período o cancelamento dos investimentos de

5 Pesquisa realizada pela Ceplan para o LIDE Pernambuco, com foco nos investimentos realizados entre 2014 e 2016, tendo como fontes: o RENAI do MDIC; BNDES e ADDiper-PE e Suape, SDEC-PE. (LIDE, 2016).

6 Embora haja algumas diferenças das fontes consultadas e no perfil dos investimentos considerados, vale registrar que a já mencionada pesquisa de 2013, realizada também pela Ceplan para FIEPE, chegou a um valor de investimentos produtivos, entre 2007 e 2016, da ordem de R\$70 bilhões, correspondentes a 67,3% de um total, R\$104 bilhões de investimentos estimados. Isto mostra que a crise acelerou o processo de declínio do exitoso ciclo de dinamismo que vinha sendo experimentado pelo Estado (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013).

28 projetos (envolvendo quase R\$ 1,4 bilhão), bem como o número elevado de projetos (32), perfazendo cerca de R\$ 3bilhões que se encontravam no status de paralisados, por motivos variados (LIDE, 2016).

Além do cancelamento e da paralisação de projetos, a crise também teve efeitos na revisão e mesmo postergação de alguns projetos que estavam em andamento, a exemplo da refinaria, cuja continuidade da segunda etapa de sua implantação, acabou sendo temporariamente interrompida, retomando apenas recentemente.

Este contexto de retração também se confirmou nos dados recentes dos desembolsos e operações do BNDES e BNB. No caso do BNDES, foram aplicados menos da metade dos recursos quando comparado a 2015 e não apresentou recuperação significativa em 2017, permanecendo o patamar de cerca de R\$1,7 bilhão. Já o número de operações registrou expressiva redução, finalizando em pouco mais de 4 mil operações, ou seja, o Banco retornou ao nível de financiamento que operava em 2008.

O Banco do Nordeste também apresentou retração nas operações realizadas no Estado, porém, numa intensidade bem menor que o BNDES. As taxas competitivas do FNE e a participação expressiva da Instituição nas linhas voltadas ao microcrédito permitiram que se mantivessem as contratações acima da R\$ 2,0 bilhões e com início de retomada gradual dos investimentos já registrada em 2017.

Fase 2017-2018: Discreta retomada

Como indica o Gráfico 1, percebe-se discreta retomada das economias brasileira e pernambucana em 2017 (1,1% e 1,6%) e 2018 (1,1% e 1,88%). Não obstante, ainda não se pode dizer que iniciaram um novo ciclo expansivo, sobretudo levando em consideração a conjuntura em curso, no ano de 2019, de grande incerteza e instabilidade. É preciso aguardar os desdobramentos do comportamento da economia brasileira. Não obstante, num cenário de retomada, o Estado tem a vantagem relativa de ter um conjunto de investimentos ainda com potencial relevante de maturação e desdobramentos.

Uma análise mais detalhada da dinâmica dos anos recentes da economia pernambucana da perspectiva setorial pode ser observada a partir dos dados do Valor Agregado Bruto (IBGE), conforme dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Estado de Pernambuco, Taxas de variação anual e participação das atividades econômicas no Valor Agregado Bruto 2004 a 2016

Ano	Taxa de variação (%)				Taxa de participação (%)			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
2004	5,2	8,4	15,1	2,8	100	6,2	22,6	71,3
2005	3,9	7,4	1,3	4,2	100	6,6	20,5	72,9
2006	4,4	5,3	4,1	4,4	100	6,5	19,2	74,3
2007	5,0	2,8	9,0	4,1	100	5,9	19,2	74,9
2008	4,6	5,4	1,8	5,2	100	6,1	19,4	74,5
2009	1,6	-1,1	1,2	2,7	100	5,5	19,8	74,6
2010	6,5	-0,9	12,5	5,6	100	4,8	21,9	73,3
2011	4,5	6,2	7,8	3,8	100	4,4	21,6	74,0
2012	3,5	-24,4	2,8	5,8	100	3,5	22,0	74,5
2013	2,9	1,9	1,4	3,0	100	3,5	21,5	75,0
2014	1,4	8,5	-2,6	2,0	100	3,3	18,6	78,1
2015	-4,7	5,8	-10,4	-3,8	100	3,9	20,0	76,1
2016	-2,9	-3,1	-3,1	-2,9	100	4,3	19,7	76,0
2017	1,7	20,1	-0,3	1,2	-	-	-	-

Ano	Taxa de variação (%)				Taxa de participação (%)			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
2018	1,9	5,3	2,0	1,7	-	-	-	-
2004/2014	3,8	0,6	3,8	4,1	-	-	-	-
2014/2018	-1,1	6,7	-3,1	-1,0	-	-	-	-

Fonte: Contas Regionais/IBGE; Agência Condepe-Fidem.

Nota: Valores de 2017 e 2018 tratam-se de informações preliminares, sujeitas a alterações.

Indústria

O setor industrial em Pernambuco cresceu a uma taxa anual média de 3,8% do VAB entre 2004 e 2014 e, neste mesmo período, a indústria nacional apresentou uma taxa anual de 2,4% a.a. (Tabela 3).

Destacou-se neste dinamismo o desempenho da Construção Civil, com taxa média anual de 4,5%, chegando a variações superiores a 7% entre 2009 e 2011 (com pico de 13,0% em 2010), momento de auge da construção da Refinaria General Abreu e Lima e do Estaleiro EAS. Além dos grandes empreendimentos industriais, ressalta-se o incremento na área de infraestrutura, impulsionada por investimentos em grandes obras como a ferrovia Transnordestina e o projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, que se somaram a programas habitacionais, como “Minha Casa, Minha Vida” e o início, em 2010, das obras da Arena da Copa.

Já a Indústria de Transformação obteve um crescimento médio de 1,1% a.a., taxa muito importante, considerando os vários anos anteriores de declínio deste segmento. Além do diferencial competitivo que o Complexo Portuário e Industrial de Suape passou a ter, foi decisiva, a ação do Governo Federal, como já destacado, na concessão de financiamento via BNDES e BNB, complementado pelas políticas setoriais e de isenções tributárias do Governo Estadual. Estes suportes ajudaram a atrair para o Estado, investimentos públicos e privados, nas indústrias automotiva, naval e petroleira; bem como promover a presença de novas indústrias no interior de Estado (Guimarães e Santos, 2018)

Entre os segmentos que compõem a Indústria de Transformação, ganharam participação no Valor Agregado Bruto, entre 2004 e 2014, a Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas e a Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos; perderam peso a Fabricação de Produtos Têxteis e de Confecções e a Metalurgia. No período analisado ainda não aparecem, com relevância, o registro dos dados da Fabricação de Automóveis e de Derivados de Petróleo, pois ainda se encontravam em processo de implantação.

No momento de crise (2015 e 2016), a Construção Civil foi o segmento mais impactado, com taxa média de -5,1% a.a., enquanto na Indústria de Transformação houve desaceleração média de -2,4% a.a.

Comércio e Serviços

A trajetória das atividades de comércio e serviços situa-se em torno de uma taxa média anual de 9,4% a.a. entre 2004 e 2018 (Tabela 3), com taxas anuais do VAB acima de 5%, nos anos de 2008, 2010 e 2012. Entre os anos de 2004-2014, as atividades de Comércio Varejista e Atacadista apresentaram um crescimento médio de 3,9% a.a.; e nos serviços destacam-se neste período: Alojamento e Alimentação (4,1% a.a.); Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (5,1% a.a.) e Transportes e Armazenagem (4,1% a.a.). No momento de crise, 2015 e 2016, estas três atividades de serviços registraram retração, respectivamente de -1,6 a.a., -1,0% a.a. e -2,9% a.a. Chama atenção, ainda o aumento da participação do setor no total do VAB estadual, ampliando de 71,3% (2004) para 78,1% (2014)

A percepção da trajetória mais significativa do comércio e serviços nesta fase, também pode ser constatada pela evolução do emprego formal deste setor. Dados do Ministério do Emprego e Trabalho, considerando os anos de 2002 a 2014 (ver Tabela 4), indicam que os empregados formais do setor de comércio e serviços eram 141,6 mil no ano 2002, e alcançaram um contingente de 323,4 mil pessoas, em 2014, indicando uma taxa média anual de crescimento de 7,1 % a.a. O Brasil, no mesmo período, o crescimento médio foi de 6% (RAIS-MTE).

Nos anos seguintes de desaceleração, o comércio em geral cresceu a um ritmo de -5,1% a.a.; e as atividades ligadas aos serviços de alojamento e alimentação -1,6% a.a.; de TIC -1,0% a.a.; e de transporte e alojamento -2,9%. a.a.

Agropecuária

A expansão do VAB agropecuário estadual (Tabela 3) deu-se ao ritmo médio de 0,6% ao ano entre 2004 e 2014, na contramão do desempenho verificado na indústria e serviços; e, em um forte impulso, entre 2004 e 2018 (6,7 a.a.). No primeiro momento, o baixo ritmo foi ocasionado por contexto de forte estiagem, com reflexo, sobretudo nas taxas negativas de 2009, 2010 e 2012, este último ano registrando (24,4%). A partir de 2014, o setor retoma ritmo importante, alcançando mais de 20% em 2017, resultado de uma super safra combinada com valorização de preços de produtos voltados para exportação (ex. manga e uva).

3 Mudanças relevantes no tecido produtivo pernambucano

O período de expansão recente (2004 a 2014), além de ter contribuído para o importante crescimento da economia de Pernambuco, também representou a deflagração de um processo de transformações significativas na base produtiva estadual.

Uma primeira constatação relevante foi o **retorno da variável investimento como vetor propulsor do desenvolvimento** de Pernambuco, ao lado do consumo das famílias que se expandia no País inteiro. O grande volume de recursos aportados no Estado, notadamente a partir de 2004, fez acionar, de forma vigorosa o setor industrial, revertendo a tendência de duas décadas de crescimento muito baixo, e, sobretudo de um quadro industrial de retração crônica. Em que pese a crise da economia brasileira iniciada em 2015, o expressivo bloco de investimentos realizado sinaliza, ainda, para boa capacidade de maturação futura.

Outra constatação foram as mudanças qualitativas que o ciclo expansivo recente representa para economia pernambucana, em especial, as relevantes transformações verificadas no tecido produtivo local, destacando-se:

- i) A diminuição do peso relativo de atividades tradicionais, como a *Produção Sucroalcooleira*, que *avança na sua diversificação com foco na produção de biocombustíveis*;
- ii) O surgimento de novas atividades industriais, como as indústrias de *Petróleo e Gás*, de *Construção Naval*, *Automobilística*, *Farmoquímica* e de *Fabricação de Equipamentos e Materiais voltados para a Energia Eólica*;
- iii) A reestruturação de segmentos tradicionais, como o de *Produtos Alimentares e Bebidas*, *Têxtil*, *Metalmecânica*, *Material Elétrico*;
- iv) A consolidação das atividades de Serviços na base econômica estadual, salientando os *Serviços Prestados às Empresas*, como a *Logística* e a área de *Tecnologia da Informação e Comunicação* (TIC); o *Varejo Moderno*; os serviços ligados ao *Turismo* e à *Produção Cultural*, este em associação com o segmento de TIC, com desdobramentos na chamada “Economia Criativa, os *Serviços de Educação* - com destaque para a média e superior - e os *Serviços de Saúde*;
- v) A reorganização da base agropecuária, com o avanço de atividades ligadas à produção de energia na antiga base canavieira, a consolidação de cadeias importantes como a da avicultura (no agreste) e da ovinocaprinocultura, a produção de orgânicos na base da agricultura familiar, entre outros. Vem se fortalecendo, também, as culturas permanentes, especialmente a produção de manga e uva, nos perímetros irrigados do Sertão do São Francisco, com desdobramentos, no caso da uva, na vitivinicultura; e
- vi) O avanço da produção de energia eólica entre os segmentos dos serviços de utilidade pública.

Como consequência desses processos, também se observa a perspectiva de adensamento de cadeias produtivas (tradicionais e novas), com potencial de alcançar pequenos e médios empreendimentos e de estimular maior interiorização do desenvolvimento.

Outra transformação importante refere-se à alteração no grau de abertura da economia de Pernambuco, observando-se um gradual aumento dos fluxos comerciais e mudanças relevantes, tanto na pauta importadora, conduzida, sobretudo pela expansão da demanda por insumos/matérias-primas; quanto exportadora, com a tendência a se ampliar a participação de produtos industrializados, com perda significativa do peso do açúcar. Não obstante a tendência a se ampliar as relações comerciais do estado com o resto do mundo, vale lembrar que o seu coeficiente de abertura é ainda muito baixo, devendo prevalecer, ainda, por um bom tempo, a produção voltada para os mercados regional e nacional. De todo modo, o Estado, deu um importante passo nesses últimos anos, no sentido de potencializar novas oportunidades de articulação comercial com exterior (ver GALVÃO, 2018, págs. 113-115).

O mercado de trabalho estadual também apresentou transformações importantes. Os dados do emprego formal (RAIS-MTE) indicam uma forte expansão entre 2002 e 2014, com adicional de mais de 820 mil empregos, num crescimento médio de 5,4% a.a. (contra 4,6% a.a. no Brasil), revertendo tendência histórica de baixo crescimento dos empregos e elevadas taxas de desligamentos. No bojo desta expansão, a construção civil e o comércio foram as atividades que mais se expandiram. No primeiro caso, observa-se especial aumento dos empregos formais entre 2007 e 2011, coincidindo com o pico das grandes obras, como a refinaria. Já o comércio, com a crise de 2015 e 2016, Pernambuco experimentou forte diminuição dos empregos, notadamente a construção civil que viu reduzir seu contingente de 117,5 mil em 2014 para 62,0 mil em 2017. Não obstante o forte impacto da crise nos anos mais recentes, a significativa expansão dos anos anteriores resultou, ainda, num incremento de mais de 600 empregos formais em 15 anos. Além disso, o dinamismo verificado também resultou na ampliação da renda geral, e consequentemente, acionou um importante potencial de consumo e de mudanças relevantes no seu padrão (ver **Tabela 4**).

Tabela 4 – Estado de Pernambuco - Evolução do estoque de empregos formais por atividade econômica - Evolução do estoque de empregos formais por atividade econômica

Atividade econômica	Número de empregos			Variação média anual (%)		
	2002	2014	2017	2002 /2014	2014 /2017	2002 /2017
Agropecuária	46.873	46.932	51.838	0,0	3,4	0,7
Indústria	148.731	263.586	229.321	4,9	-4,5	2,9
Construção Civil	44.897	117.532	62.036	8,3	-19,2	2,2
Comércio	141.620	323.387	296.506	7,1	-2,9	5,0
Serviços	561.774	1.017.106	945.079	5,1	-2,4	3,5
Total	943.895	1.768.543	1.584.780	5,4	-3,6	3,5

Fonte: RAIS/MTE.

No momento de crise recente e neste início de 2019, o desemprego e a informalidade explodem, com a Região Metropolitana do Recife apresentando taxas muito superiores à média nacional. Não obstante, num cenário de retomada, o Estado poderá responder rapidamente com retomada dos empregos, dado, como já foi referido, o potencial de maturação dos investimentos recentes, inclusive podendo se vislumbrar expansão no emprego da indústria de Transformação.

Com relação à distribuição espacial dos investimentos, o período recente evidenciou processos simultâneos: (i) de reforço da concentração do volume dos investimentos industriais e de infraestrutura na RMR, levando em conta o porte de alguns estabelecimentos instalados no Complexo de Suape (localizado nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho) e da nova planta Fiat Chrysler (já considerando a incorporação do município de Goiana à RMR, onde está localizada) e (ii) de expansão do número de novos empreendimentos que se instalaram no interior de Pernambuco, em municípios como Igarassu, Itapissuma, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Glória de Goitá, Salgueiro e Petrolina. A presença desses empreendimentos também revela outra tendência do ponto de vista territorial, e que também vem se

observando no País como um todo, qual seja, consolidação de uma rede de cidades de porte médio que vêm desempenhando papéis fundamentais de polos de desenvolvimento regional. Pela presença de indústrias, mas também de centros comerciais e de prestação de serviços especializados, destaque para educação e saúde.

Como se vê, a economia pernambucana mudou muito nos anos recentes. Não só experimentou dinâmicas distintas como se reconfigurou em vários aspectos, num ambiente mundial e nacional impregnado de importantes transformações.

4 Desafios estratégicos para o desenvolvimento estadual

Muitos desafios são colocados para a sociedade brasileira e pernambucana no presente. O bom desempenho da economia brasileira na década inicial do século XXI, especialmente em Pernambuco, deixa saldo bastante positivo. Avanços na dimensão social também merecem destaque pois sinalizavam para a possibilidade de construção de uma sociedade menos desigual e com menor grau de pobreza, ampliando o leque de oportunidades. Mas, a crise econômica e política, uma retroalimentando a outra, nos anos mais recentes, tiveram impactos muito negativos no Estado e na vida dos pernambucanos. E na conjuntura econômica e política atual persiste com forte grau de instabilidade e incertezas desafiadoras.

Algumas mudanças em curso merecem destaque ao se olhar para o futuro. Uma delas tem a ver com a trajetória demográfica pela qual passa o País, associada à queda da natalidade em paralelo à elevação da esperança média de vida. Tal mudança, tanto no Brasil como em Pernambuco, fará com que, no presente século, se tenha uma sociedade distinta daquela do século passado: com menos jovens e mais idosos. Fica o desafio de considerar os impactos deste novo perfil demográfico nos vários aspectos das vidas econômica, social, cultural e política do Estado.

Por sua vez, a chamada “crise ambiental”, que atrai a atenção do mundo para a insustentabilidade do padrão de relação sociedade humana *versus* ambiente natural herdado dos séculos recentes, também desafia Pernambuco, onde as iniciativas na direção da construção de um novo padrão são incipientes. No caso de Pernambuco, como do conjunto do Nordeste semiárido, por exemplo, o avanço da desertificação preocupa e tenderá a ser um importante desafio a enfrentar. A questão da água ganhará ainda mais destaque, posto que se torna, mundialmente, recurso crescentemente escasso. É outro tema estratégico que se colocará como elemento cada vez mais importante na agenda do desenvolvimento, não escapando ao caso de Pernambuco. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma matriz energética baseada em fontes limpas e renováveis é desafio, mas ao mesmo tempo uma oportunidade, visto que já se avançou nesta direção nos anos recentes. O potencial do Nordeste e de Pernambuco é incontestável na eólica, solar e produção de bicomustíveis. Articulá-lo à transposição das águas do São Francisco pode gerar impactos relevantes, inclusive na redução do custo da água.

Em paralelo, e em tempos de urbanização crescente, o padrão de ocupação urbana precisará considerar muito melhor as restrições da natureza, posto que a poluição, os deslizamentos, as inundações, entre outros fenômenos, clamam por um padrão de cidades menos desigual e mais sustentável ambientalmente. E este é um desafio para um estado em que as cidades médias se expandiram e tenderam a reproduzir padrões metropolitanos nos quais a sustentabilidade não mereceu a prioridade necessária.

Mas, talvez, o maior desafio venha do ambiente econômico mundial. A mudança dos padrões técnicos, impulsionada pelo avanço do conhecimento e pela geração de novas tecnologias, tem impactado fortemente os modelos produtivos, fazendo com que a atividade manufatureira seja chamada de “indústria 4.0”. A mudança, neste caso, é profunda.

Trata-se da passagem da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação ou do Conhecimento, baseada em uma nova economia, que se convencionou chamar de “Economia do Conhecimento”. No seio dela, destaca-se uma nova indústria: a de *software*. Pernambuco foi solo fértil para gerar iniciativas importantes nessa direção, e avançou, engatando nessa tendência. E continua avançando, indo na direção do interior, ampliando o diálogo com outros segmentos produtivos e construindo as bases de polo de economia criativa, hoje já reconhecido.

Em paralelo, a agropecuária também está sendo impactada por novos paradigmas que afetarão a base produtiva, tanto no segmento empresarial quanto naquele organizado em bases familiares. E os serviços também serão produzidos e ofertados segundo novo paradigma e novas atividades líderes. Pernambuco tem boa base numa deles: os serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Mas a passagem da chamada “era analógica” para a “era digital” é travessia de grandes impactos, econômico, social, cultural e psicossocial. E as mudanças não param aí.

Assim, o desafio estratégico principal é o de inserir a base produtiva estadual e a sociedade pernambucana nesse novo mundo.

Pernambuco, embora seja berço fértil de criatividade, não vem revelando a necessária proatividade na gestão inovadora das atividades que aqui se desenvolvem.

A educação tem, nesse processo, papel estratégico. E está desafiada a ser um dos lastros centrais de um novo momento, tendo concomitantemente que inovar, buscando, entre outras mudanças, sintonia com os novos paradigmas do mundo digital e com as exigências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho do século XXI. Um mercado de trabalho, aliás, em profunda transformação, imerso numa sociedade que tende a se organizar em novas bases.

Portanto, reinventar-se é necessidade que se impõe. Vivenciar mudanças em dimensão muito maior que a experimentada no início do presente século. Pernambuco, ao avançar na sua industrialização no período recente, por exemplo, atraiu a indústria de petróleo e gás e a automotiva, mas elas são símbolos do século XX. Como avançar na indústria 4.0 e nas demais atividades que marcarão o século XXI? E como fazer isso construindo bases firmes de uma sociedade menos desigual e com maior sustentabilidade ambiental do que a que herdamos? Essa é a questão central.

Ao mesmo tempo, o Brasil também está diante desse desafio. Não basta se organizar para sair dessa crise conjuntural: é preciso um projeto estratégico de futuro. Da mesma forma que o País, Pernambuco também carece de um novo “sonho”.

Referências

ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPA, 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Proposta de política industrial para o Estado de Pernambuco**. Recife: FIEPE/SEBRAE, 2013.

GALVÃO, Olímpio A. O comportamento do comércio internacional. *In* ARAÚJO, Tania B. e ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPA, 2018.

GUIMARÃES, Paulo F.; SANTOS, Valdeci M. Dinâmica dos investimentos na economia de Pernambuco: 2000-2017. *In* ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPA, 2018.

LIDE-PE. **Investimentos produtivos e de infraestrutura econômica: Pernambuco e o contexto nacional** Relatório de Pesquisa. Recife: LIDE, 2016. Publicado na revista Negócios PE, v.42, n.42, 2016.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José R. de O.; SANTOS, Valdeci M. dos. **Capacidades Governativas no ambiente federativo do Brasil: Pernambuco (2000-2012)**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em : http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/capacidades_governativas.pdf. Acesso em: 14/05/2019.

OLIVEIRA, Fábio L. de; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A Dinâmica da economia e transformações relevantes. *In* ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPA, 2018. aproveitou bem o crescimento regional. O setor químico se fortaleceu com a chegada de novas indú

Alagoas 2000-2018

Cícero Pércles de Carvalho
Doutor em Economia pela Universidade de Córdoba/ Espanha
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL

Resumo

Nos anos 2000-2018, a economia alagoana, cada vez mais integrada à economia brasileira, reafirmou seu caráter urbano, centralizando suas principais atividades econômicas nos setores de comércio, serviços e administração pública. A área agrícola de Alagoas vem sendo modificada pelo recuo do setor sucroalcooleiro, permitindo um avanço de uma ainda incipiente diversificação agrícola e da pecuária leiteira, que amplia sua presença tanto na zona da mata como no sertão. Na parte urbana, as atividades comerciais e de serviços cresceram pelo consumo popular, estimulado pelas políticas de transferência de renda, principalmente da previdenciária e do programa Bolsa Família. Como decorrência, o setor comercial, liderado pela rede atacadista, representa o seu principal eixo; no setor de serviços, o destaque é o turismo, uma atividade que aproveitou bem o crescimento regional. O setor químico se fortaleceu com a chegada de novas indústrias, e um processo de industrialização, baseado nas micro e pequenas empresas, vem se firmando nos bairros da capital e cidades do interior. Neste período, a sociedade alagoana, mesmo ocupando uma posição inferior na média nacional, alcançou uma melhoria nos seus indicadores sociais, elevando o nível educacional, a renda média, ampliando o acesso a bens de consumo e reduzindo o grau de pobreza da população que se tornou sua marca histórica mais conhecida.

Palavras-chave

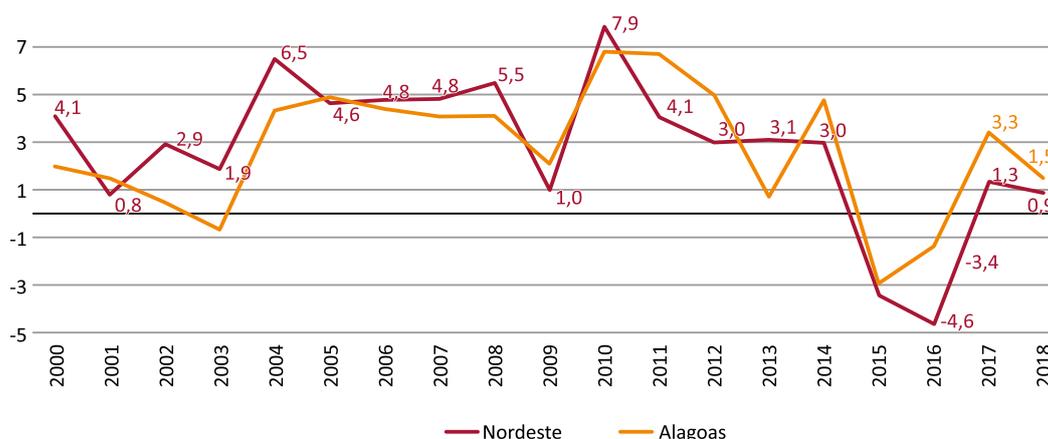
Alagoas. Nordeste. Economia Alagoana. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento e Alagoas.

1 Introdução

No século XXI, Alagoas atravessou um processo de crescimento populacional, passando de 2,8 milhões de habitantes em 2000, para 3,3 milhões, em 2018. Nesse intervalo de tempo, a população urbana aumentou sua participação de 68% para 74%. Enquanto isso, a economia, acompanhando essa tendência demográfica, elevou suas atividades caracterizadamente urbanas, como comércio, serviços e administração pública, que passaram de 56% do PIB estadual, em 2002, para 73%, em 2016, reduzindo ainda mais a presença da agropecuária de 23% para 15%, e do setor industrial, centrado na agroindústria, que recuou de 21% para 12% do produto interno (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-2016). Essas modificações na estrutura econômica do Estado alteraram, por sua vez, os indicadores sociais de maneira significativa.

Neste período recente (2000-2018), à semelhança do que aconteceu no âmbito regional, a economia alagoana, fortemente integrada e conectada ao desempenho nacional, obteve taxas positivas de crescimento na maior parte dos anos, refletindo de maneira próxima os resultados em âmbito nacional e regional. No entanto, podemos dividir este período de tempo em três etapas distintas: a primeira, de crescimento lento, entre 2000 e 2003, quando a economia estadual obteve três anos seguidos de taxas baixas, e um ano de resultado negativo, em 2003; a segunda, de crescimento mais rápido, entre 2004 e 2014, com uma taxa média anual de 3,87%; e a terceira e atual etapa, entre os anos 2015 e 2018, marcada por uma forte retração econômica, com dois anos de taxas negativas, seguidos de dois anos de recuperação lenta (Gráfico 1).

Gráfico 1 – NORDESTE/ALAGOAS: Produto Interno Bruto (2000-2018)



Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-201; BOLETIM REGIONAL, 2019).

No plano nacional, a etapa de crescimento lento (2000-2003) refletiu um período influenciado pela crise internacional, pelas incertezas de um ano eleitoral (2002) e o primeiro ano de governo liderado pelo PT, marcado pelo ajuste fiscal. Os anos 2004-2014 de crescimento mais rápido coincidiram com o redirecionamento macroeconômico voltado para o desenvolvimento do mercado interno, contando com uma conjuntura internacional favorável para a economia nacional, quando o país obteve taxas médias mais altas que as do período anterior. Os anos 2015-2018 são de recessão e recuperação lenta, marcados pela instabilidade política e retração econômica, num cenário internacional desfavorável.

2 Os anos de crescimento lento (2000-2003)

Nesta etapa, a economia do Nordeste reproduzia as dificuldades regionais que eram influenciadas por aquelas enfrentadas pelo cenário nacional, principalmente pela crise fiscal. No entanto, o desempenho econômico dos estados nordestinos era diferenciado, refletindo as suas especificidades locais. Em Alagoas, o resultado desse período de crescimento lento decorre, em parte, da crise fiscal de 1997, que derrubou o governador do Estado, substituindo-o pelo vice e por uma equipe com alguns secretários indicados pelo governo federal. Essa intervenção deixou a administração estadual sem capacidade de atuação autônoma e, por duas décadas, o Estado viveu sob o signo da gestão da dívida, que comprometia os limitados recursos orçamentários necessários para os gastos com custeios ou investimentos.

Na segunda metade dos anos 1990 e começo dos anos 2000, numa conjuntura marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento regional, a economia alagoana se ressentia da falta de investimentos federais ou privados, um quadro agravado pela inexistência de políticas sociais compensatórias amplas. Neste período, as instituições federais de intervenção regional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) - foram limitadas por processos diferenciados que levaram à redução de investimentos.

A crise nacional tinha retirado da Sudene seu papel de articuladora dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, e a autarquia foi extinta em 2001. O Banco do Nordeste do Brasil, da mesma forma que o conjunto das instituições financeiras federais, enfrentou a redução de pessoal e agências. A CODEVASF atuava limitada pela falta de recursos, e o DNOCS resistiu a uma proposta de extinção em 1999. Até mesmo a Chesf, depois da entrega da usina hidroelétrica de Xingó, em 1997, retrocedeu nos seus investimentos regionais, centrando seus trabalhos nas demandas por ampliação da rede de distribuição.

Neste período, como uma das respostas a esta conjuntura, os maiores estados nordestinos – Ceará, Bahia e Pernambuco – iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, por meio da renúncia fiscal,

como política de atração de empresas, principalmente industriais, que se deslocavam para a Região aproveitando os salários mais baixos, a infraestrutura local e o desenvolvimento de novos mercados. A “guerra fiscal” como ficou conhecida, foi adotada pelos demais estados da Região, cada um oferecendo mais vantagens tributárias, depois das pioneiras iniciativas que ajudaram no crescimento da economia nordestina, principalmente das unidades mais fortes.

Sem o apoio decisivo da rede institucional federal de presença regional, vivendo sua crise fiscal, o Estado de Alagoas perdeu sua capacidade de realizar políticas de desenvolvimento. Mesmo tendo aprovado uma Lei de Incentivos (1993) e um Programa de Desenvolvimento Integrado (1995), não conseguia atrair as indústrias e os investimentos do Sul e Sudeste que se deslocavam para a Região, em virtude de seu estreito mercado local, da ausência de infraestrutura e dos limites na oferta de contrapartidas. Neste mesmo tempo, o setor sucroalcooleiro ainda realizava seu processo de reestruturação depois do fim da regulamentação do setor, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e a agropecuária sofria com as severas secas de 1992/1993 e 1998/1999. Nestas condições, Alagoas apresentava taxas menores na economia, com a manutenção de seus conhecidos indicadores sociais negativos.

3 Os anos de crescimento rápido (2004-2014)

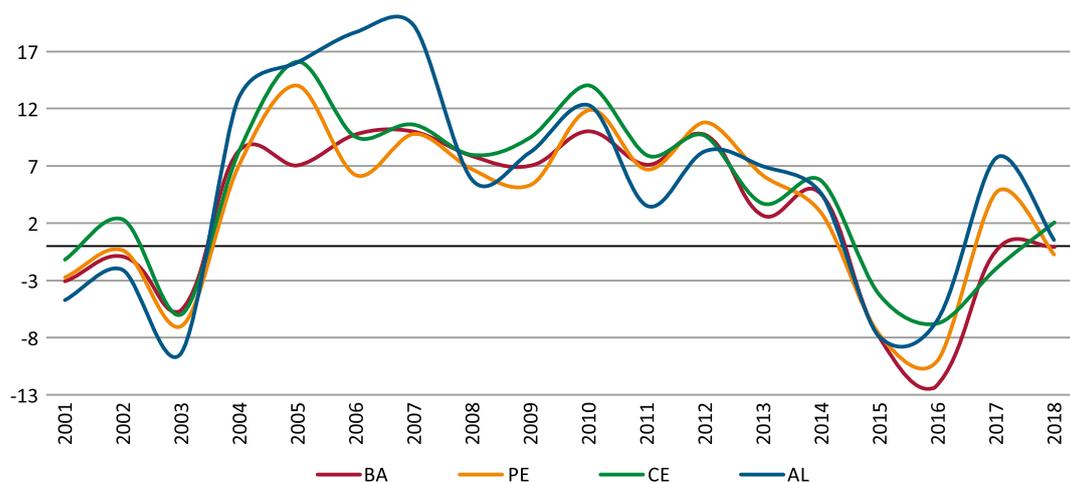
Esse período foi marcado por uma reorientação na política econômica nacional, com a adoção de uma agenda com um forte viés social no sentido de expandir o mercado interno, principalmente com a incorporação dos segmentos de menor renda. O longo ciclo de crescimento da economia brasileira influenciou os resultados dos estados nordestinos. Houve ampliação dos investimentos, aumentando a capacidade produtiva regional, o mercado interno e as possibilidades de emprego nos novos empreendimentos ou nas empresas já instaladas nos setores industriais e de serviços.

O modelo de crescimento econômico, com programas e políticas de inclusão social, teve grandes impactos no Nordeste, ainda que essas políticas federais não tivessem o recorte territorial, nem a definição regional das antigas instituições. Os programas de transferência de renda, pensados nacionalmente, tiveram maiores resultados nas regiões de população de renda mais baixa, favorecendo o Nordeste e seus estados, centralizadores da maioria dos pobres do País. As políticas sociais permanentes, ao ampliar a cobertura da saúde e educação básica, contribuíram para sustentar essa elevação de renda. Essas políticas sociais foram acompanhadas do fortalecimento ou criação de programas de crescimento econômico, alguns com mais penetração na área urbana, como o microcrédito produtivo, bancarização, Minha Casa, Minha Vida, e ampliação da rede federal de ensino (universidades e institutos federais); outros de maior influência nas áreas rurais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Luz para Todos e o Programa Um Milhão de Cisternas.

O desempenho positivo da economia nacional contribuiu para o aumento das transferências constitucionais, que subiram regularmente entre os anos 2004-2014, interferindo tanto nos recursos para as prefeituras e estados, como nos programas sociais, influenciando positivamente nos resultados econômicos regionais. A combinação do crescimento nacional com a intensificação das políticas de transferência de renda e os programas de desenvolvimento de repercussão regional resultaram no aumento dos índices de emprego. Este, ao ser vinculado com o salário mínimo, causava um efeito em cadeia na elevação de remuneração para outros segmentos, mesmo os não formalizados, ampliando a renda dos estratos mais pobres da população.

No âmbito regional, o consumo interno passou a ser uma variável relevante para o resultado econômico, superando os investimentos tradicionais na infraestrutura e nos grandes projetos industriais ou agrícolas. O aumento regular na renda local por meio da combinação entre a recuperação do salário mínimo num mercado de trabalho aquecido, mais a ampliação da cobertura social, principalmente da Previdência Social e do programa Bolsa Família, fez do mercado interno a alavanca para a atração de novos investimentos produtivos e a obtenção de taxas maiores na economia. O *boom* do consumo começa em 2004, em todos os estados nordestinos, e se sustenta entre os anos 2004-2014, refletindo e coincidindo com as taxas mais elevadas de crescimento do PIB (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – BAHIA/PERNAMBUCO/CEARÁ/ALAGOAS: Varejo (2001-2018)



Fonte: (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2019).

O “boom do consumo” coincidente com as taxas médias mais altas pode ser compreendido pela combinação de três grandes vetores: a) uma conjuntura nacional de crescimento, capaz de contribuir para os novos investimentos e a formalização da mão de obra, influenciada na sua renda pela valorização do salário mínimo; b) a ampliação das políticas sociais, com interferência imediata na renda e consumo dos segmentos de renda mais baixa; e c) a criação ou fortalecimento dos programas federais de intervenção direta na economia regional, geradores de dinâmica em setores econômicos vinculados aos segmentos de renda crescente.

No Nordeste, nesse período, o número de assalariados contratados duplicou de 4,4 milhões para 8,9 milhões de trabalhadores formais. Em Alagoas, esse contingente subiu de 272 mil, em 2000, para 514 mil, em 2014, quando atingiu o recorde de trabalhadores formalizados neste período. Esse crescimento, no entanto, teve características internas particulares entre os setores econômicos e com uma diferenciada participação entre as faixas salariais. Com a oferta de emprego lastreada em segmentos que admitiam mão de obra com pouca formação profissional (comércio, serviços e construção civil), houve um aumento no mercado de trabalho de Alagoas, entre 2000 e 2015, do número de trabalhadores na faixa salarial correspondente ao intervalo entre um e dois salários mínimos, que passou de 58% para 72% dos contratados, numa conjuntura de aumentos regulares do salário mínimo, com ganho real acima da inflação, de 77% entre 2003 e 2016 (SALÁRIO MÍNIMO..., 2016). Enquanto isso, no mesmo período, os trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários baixam sua presença relativa de 28% para 20%, e aqueles com cinco ou mais salários a viram reduzir de 14% para 8%, no conjunto dos assalariados em Alagoas (Tabela 1).

Tabela 1 – ALAGOAS: MERCADO DE TRABALHO FORMAL (2000-2018)

FAIXA SALARIAL	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Até 2 SM's	159.111	251.584	340.138	364.596	353.507	343.792
2-5 SM's	75.105	82.779	92.999	103.811	96.238	100.649
5 e + SM's	37.967	32.753	37.855	40.868	36.918	49.417
TOTAL	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2019).

O crescimento mais rápido desse contingente com contrato de trabalho atendia, por um lado, a maior demanda de mão de obra nos segmentos que buscavam trabalhadores com pouca qualificação técnica e, por outro, refletia a presença de maior fiscalização de órgãos públicos federais e a pressão sindical mais ativa. As contratações avançavam nos setores voltados, naqueles anos, à demanda dos segmentos de renda mais baixa, que “se convencionou chamar de “público C, D e E”: o varejo e o setor de serviços

nos bairros da capital e nas localidades do interior do Estado, a administração municipal pela demanda crescente por serviços básicos e a construção civil, pela ampliação das obras públicas.

O mercado formal de trabalho teve desempenho diferenciado em cada um de seus setores. O setor sucroalcooleiro, a principal indústria de transformação, estimulada pelos preços do açúcar no mercado internacional e do álcool no mercado interno, apresentou um crescimento regular de sua produção entre os anos 2000-2011, quando atingiu uma safra de 30 milhões de toneladas. Esse segmento emprega um conjunto de trabalhadores permanentes nas suas unidades industriais e na parte administrativa, e uma parcela majoritária de assalariados temporários, os “cortadores de cana”, parcela sujeita a aumento no período de safra, entre os meses de setembro e março.

A construção civil cresceu aceleradamente, triplicando seu contingente de trabalhadores entre 2000 e 2011, quando alcança 37 mil contratados formais no ano de maior volume do programa Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção de mais de 120 mil residências no Estado. Porém, o setor começa a reduzir de tamanho a partir da desaceleração das obras do PAC. A administração pública fez saltar o número de servidores de 90 para 157 mil empregados, centralizados no funcionalismo municipal, pela ampliação das funções das prefeituras. Os setores de comércio e serviços privados, de forte identidade entre eles, na medida em que trabalham próximos e reagem de maneira similar às conjunturas, foram os mais beneficiados pelo crescimento da renda popular, tanto que, em 2008, os seus empregados superaram o número de funcionários públicos, segmento até então líder do emprego formal no Estado (Tabela 2).

Tabela 2 –.ALAGOAS: MERCADO DE TRABALHO FORMAL (2000-2017)

SETOR	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Extrativa Mineral	483	560	782	1.078	1.134	729
Indústria	61.113	95.978	105.087	79.465	73.438	67.706
Serviços Industriais	2.797	3.713	4.618	5.505	4.902	4.972
Construção Civil	10.159	12.689	27.986	27.383	18.328	18.124
Comércio	32.159	47.063	73.322	89.431	85.504	87.036
Serviços	55.622	69.446	101.442	138.337	138.726	147.566
Administração	89.879	126.999	147.926	157.511	154.052	156.860
Agropecuária	19.971	10.668	9.829	10.565	10.679	10.865
Total	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2017).

O segundo vetor de crescimento foram os programas sociais. O mais conhecido deles é o Programa Bolsa Família. Este, em 2016, cobria 40% das famílias alagoanas (ver Tabela 3). O papel do Bolsa Família vem sendo muito estudado em pesquisas científicas, destacando-se pela sua função social, ao vincular-se as “condicionalidades” na área de educação e saúde das crianças, reduzindo a pobreza absoluta; pela sua função econômica, de renda familiar, influente nas localidades mais pobres; e pela função política e cultural, no papel de empoderamento das mulheres chefes de família (REGO; PINZANI, 2014).

Tabela 3. ALAGOAS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2010-2018)

ANO	FAMÍLIAS	VALOR ANUAL
2010	414.112	482.955.041,00
2012	436.270	684.449.448,00
2014	439.655	871.570.605,00
2016	396.054	853.968.339,00
2018	412.116	922.689.785,00

Fonte: (BRASIL, 2019).

No entanto, o mais importante programa de transferência de renda é o da Previdência Social, que atinge um público maior de famílias, com valores mais expressivos que qualquer outra política social, cujo déficit regional e dos estados é coberto pelos recursos do Tesouro Nacional. No Nordeste são 4,7 milhões de famílias no mundo rural e 1,7 milhão cobertas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em Alagoas, são 524 mil beneficiários, distribuídos entre 330 mil na parte urbana e 194 mil na área rural, dos quais 116 mil são cobertos pelo BPC. Deste conjunto, 440 mil beneficiários recebem até um salário mínimo (88% do total), 83 mil recebem até cinco salários e apenas dois mil acima de cinco salários mínimos (Tabela 4). Esse conjunto de aposentados e pensionistas, tal como os trabalhadores assalariados, tem seus ganhos vinculados aos reajustes do salário mínimo, afetando a renda de 80% das famílias de Alagoas.

Tabela 4 – ALAGOAS: PREVIDÊNCIA SOCIAL (2000-2017)

ANO	BENEFICIÁRIOS	VALOR PAGO (R\$)	ARRECADAÇÃO (R\$)
2000	279.240	678.130.642	173.947.732
2005	319.831	1.422.083.397	495.411.584
2010	434.482	2.974.758.656	878.690.165
2015	504.317	5.322.570.010	1.179.648.654
2017	524.206	6.660.177.191	1.359.039.244

Fonte: (BRASIL, 2013).

O terceiro vetor de crescimento foi o conjunto dos programas que interferem diretamente no processo econômico. Nas áreas rurais são conhecidos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dedica, em média anual, 30% dos contratos nacionais ao Nordeste; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 35% dos recursos destinados à Região; o Luz Para Todos, que realizou 1,5 milhão de ligações no Nordeste, um pouco mais da metade das ligações nacionais; e o programa Água para Todos, responsável pela construção de 1,4 milhão de cisternas (das quais 59 mil em Alagoas) nos anos 2000-2018, no semiárido nordestino.

Nas áreas urbanas, os destaques foram o microcrédito produtivo, cujo programa CrediAmigo é considerado o maior e mais eficiente da América Latina; o programa Minha Casa Minha Vida que, entre 2009 e 2016, construiu 1,2 milhão de moradias no Nordeste (121 mil para Alagoas), das 4,5 milhões de unidades entregues em todo o País. Neste período, o papel ativo de articulação e financiamento ficou a cargo de uma nova rede institucional de entidades financeiras, como o BNB, Banco do Brasil e Caixa Econômica; e de instituições nacionais como o Sebrae e os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades, cujas agendas de programas e projetos contemplavam os segmentos de renda mais baixa da população brasileira.

4 Os anos de recessão e recuperação lenta (2015-2018)

Nos anos recentes, da mesma maneira que os períodos anteriores, o Nordeste e suas unidades acompanharam a conjuntura nacional, refletindo o desempenho da economia brasileira nas suas taxas de crescimento negativas nos anos 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%), assim como nos anos de recuperação lenta: 2017 (1,1%) e 2018 (1,1%). O Nordeste foi a região mais afetada nos dois anos de recessão, com taxas negativas em 2015 (-3,3%) e 2016 (-4,6%), e baixas nos anos de recuperação lenta: (1,3) e (0,9), em 2017 e 2018, respectivamente (IBGE, 2019; BOLETIM REGIONAL, 2019).

A queda decorre da dependência da economia regional nordestina e alagoana de seu mercado interno e dos investimentos federais, cujas retrações afetaram esse resultado, pela diminuição do consumo e desaceleração das centenas de obras dos projetos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com arrecadação menor, a União reduz o ritmo das transferências para os estados e municípios. As instituições financeiras sofrem o impacto do ajuste fiscal de 2015 e retrocedem nos investimentos e crédito; que também diminui com a subida da taxa de juros. A política de valorização do salário mínimo, dependente das taxa de crescimento do PIB nacional, perde ritmo, e, por dois anos, 2017-2018, foi reajustado abaixo do INPC, repercutindo na renda dos assalariados e beneficiários da previdência. Até mesmo o programa

Bolsa Família teve redução de cobertura e recursos, nos anos 2015 e 2016. Neste período, ao perder dinâmica, a Região diminui a formalização do emprego, aumenta rapidamente sua taxa de desocupação e de informalidade, afetando a renda regional, firmando-se como a região de maior desemprego no País e o Estado de Alagoas como um dos maiores índices nacionais de desemprego (Tabela 5).

Tabela 5 – BRASIL, NORDESTE E ALAGOAS. DESOCUPAÇÃO (2012-2018)

ANO	BRASIL	NORDESTE	ALAGOAS
2012	7,9	9,7	11,3
2014	7,2	9,3	9,7
2016	10,9	12,8	12,8
2018	13,1	15,9	17,7

Fonte: (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019).

Mesmo acompanhando o desempenho nordestino, a economia alagoana tem dado sinais de reação nos dois últimos anos (2017-2018) com alguns setores se contrapondo à recessão. A volta das chuvas amenizou os efeitos da seca de 2012-2016, melhorando os resultados da agricultura e pecuária. A continuidade dos programas sociais sustenta a renda dos segmentos mais pobres. O turismo nacional beneficiou o mercado interno, e Alagoas teve melhor desempenho no período 2017-2018. Alguns setores industriais, como o químico e o de laticínios, têm reagido positivamente. Nestes dois anos, Alagoas conseguiu um aumento real de receita tributária mais a redução do índice “Grau de Endividamento dos Estados” (ENDIVIDAMENTO..., 2019).

Na década recente, a dívida, o principal problema do Estado, sofreu um processo de modificações. Em 2012, o STF reduziu a taxa de juros de 7,5% para 6% e o valor da parcela de 15% para 11,5% da Receita Líquida Real; em 2014, uma lei complementar aprovada no Senado modificou o antigo indexador (IDG-DI), substituído pelo IPCA, muito mais favorável aos interesses estaduais; em 2016, a dívida teve seu perfil alongado para mais vinte anos, sendo recalculada em seus contratos desde 1998, pela Taxa Selic, baixando R\$ 2 bilhões de seu saldo devedor. Este processo, somado à melhoria do desempenho arrecadador do Estado, permitiu uma condição financeira mais favorável, mesmo nos anos de crise e de recuperação lenta (CARVALHO, 2019, p.61).

Na segunda década deste século, o consumo de energia em Alagoas reflete as mudanças na estrutura interna e o desempenho de cada um dos segmentos econômicos entre os anos 2006 e 2018 (Tabela 6). O setor residencial, de melhor desempenho, duplica o consumo pela ampliação do número de ligações e entrada dos novos eletrodomésticos nos segmentos de menor renda; o setor comercial e de serviços cresce 85% com a expansão da rede de empreendimentos nesta área; o setor público (iluminação e administração) aumenta em 63% o consumo, principalmente das prefeituras. Os valores estacionários da indústria não refletem o setor sucroalcooleiro, que produz parte importante de seu próprio consumo e vive um momento de retração produtiva, nem da química (Braskem), que compra energia diretamente da Chesf.

TABELA6 – ALAGOAS: CONSUMO DE ENERGIA (2006-2018) (GWh)

ANO/CLASSE	2006	2010	2015	2017	2018
INDUSTRIAL	1.866	1.896	2.056	1.971	1.435
RESIDENCIAL	695	926	1.326	1.394	1.667
COMERCIAL	412	538	754	755	762
PODER PÚBLICO	394	497	557	645	628
RURAL	163	148	180	168	189
OUTROS	72	64	37	28	26
TOTAL	3.602	4.005	4.910	4.960	4.709

Fonte: (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2004).

5 Mudanças estruturais

Nestas duas décadas recentes, constata-se algumas claras tendências de mudanças na economia estadual. Na agropecuária, os dois grandes setores – cana-de-açúcar e pecuária bovina – apresentaram alterações: o sucroalcooleiro reduziu de tamanho e a pecuária ampliou sua especialização na atividade leiteira. Na área de recuo da cana, ocorre um processo de diversificação agrícola, sinalizando o futuro produtivo da zona da mata. Na área urbana, no setor industrial, a cadeia da química e do plástico vem se firmando como um segmento expressivo; por outro lado, vem acontecendo um processo de industrialização baseado nas MPE's, com um crescente número de empresas industriais e de construção. Na parte de comércio e serviços, a novidade é a consolidação do setor de turismo como alternativa econômica real e a formação de uma rede de grandes empresas atacadistas, atualmente no comando e organização do setor de comércio na área varejista.

A agricultura. A perda relativa de importância do setor sucroalcooleiro na economia estadual responde pela mudança mais significativa ocorrida neste período. Esse segmento tradicional está presente nos cinquenta municípios da zona da mata, produzindo a matéria-prima do açúcar e álcool de uma agroindústria representada por quase três dezenas de usinas e destilarias. Desde 2012, o setor sucroalcooleiro, sem investimentos, vem reduzindo os espaços agrícolas na zona da mata, diminuindo seu parque industrial e, por consequência, perdendo também competitividade e presença nas exportações.

No começo do século, este segmento, que na safra 1986 tinha ultrapassado Pernambuco como maior produtor de açúcar e álcool do Nordeste, foi beneficiado pelo “boom das *commodities*” (2003-2011), que fez subir seus preços no mercado internacional, estimulando suas exportações que, saltaram de US\$ 173 milhões, em 2000, para US\$ 1,3 bilhão em 2011. O setor canavieiro, respondendo a esta demanda, elevou a produção de 23 milhões de toneladas, em 2000, para uma safra recorde de 30 milhões de toneladas em 2011.

Passados os anos do “superciclo das *commodities*”, o setor sofre com as oscilações negativas do mercado internacional do açúcar e, no mercado interno, o álcool, com seus preços definidos no âmbito federal, perdeu competitividade ante a gasolina. A queda dos preços mundiais e nacionais de seus produtos coincide com um longo período de seca, entre os anos 2012 e 2016, que, mesmo centrada na região semiárida, atingia a zona da mata, diminuindo ainda mais a competitividade do setor. Passados os anos, o segmento foi encolhendo, sendo a área agrícola reduzida de 450 mil hectares plantados, em 2011, para menos de 300 mil em 2016; a produção de cana-de-açúcar caiu de 30 milhões para apenas 13 milhões na safra 2017/2018 e as vendas externas voltam para o patamar de uma década atrás, exportando menos de 600 milhões de dólares em 2017.

Neste processo, aconteceu o fechamento de algumas usinas e destilarias. Primeiro, as do grupo João Lyra - Guaxuma, Laginha e Uruba; logo depois uma segunda onda, com a paralisação das usinas Roçadinho, Cansação de Sinimbu, Triunfo e da destilaria Porto Alegre. Mais recentemente, fecharam as usinas Cachoeira, Paise e Capricho. Essa queda influenciou o número de trabalhadores desempregados na indústria, assim como na parte agrícola, com a redução dos “cortadores de cana”, que formam o conjunto principal dessa atividade.

A segunda atividade no campo alagoano, a pecuária de leite, concentrada em 80% das áreas do agreste e sertão, vai se especializando na produção crescente da matéria-prima para seu parque industrial local: a rede de pequenos laticínios espalhadas por vários municípios, ou para as indústrias de Pernambuco e Sergipe. A pecuária de corte, baseada na zona da mata, onde ocupa áreas abandonadas pela cana, ainda não encontrou um perfil empresarial capaz de superar a baixa produtividade e as dificuldades de uma produção de carne marcada pelas irregularidades sanitárias.

Outro fato extraordinário em ocorrência na zona da mata é a diversificação agrícola, um processo de grande interesse dos estudos recentes da Secretaria do Planejamento e da Secretaria de Agricultura. A cana-de-açúcar, que já ocupou 680 mil hectares na safra 1986/1987, no auge do Proálcool, foi recuando das áreas menos produtivas, estabilizando-se nos 450 mil hectares na safra recorde de 2011. No entanto, a queda de 30% nos anos 2012/2018 é diferente do processo anterior, refletindo a incapacidade de se produzir mesmo nas áreas rentáveis. Nestas terras de recuo da zona canavieira, o processo de diversificação

vem se dando tanto com atividades comerciais, a exemplo da pecuária bovina, que já ocupa uma área maior que a cana, e do eucalipto, plantado em 40 municípios da zona da mata, pensados como matéria-prima para a indústria, ou como culturas alimentares permanentes (fruticultura) e temporárias (grãos, raízes e hortícolas) destinadas ao abastecimento regional. São muitas as alternativas: desde as culturas tradicionais da “roça” nordestina (milho, mandioca, batata, feijão, inhame), fruticultura (banana, mamão, coco, caju, melancia, manga, goiaba, maracujá), hortaliças (tomate, quiabo) até novos produtos (sorgo, soja, pimenta, amendoim, urucum). A diversificação está em pleno processo de aprendizado de mercado, com suas vendas para agroindústrias, ração animal, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou presente no abastecimento das feiras populares e supermercados (ALAGOAS, 2017; ALAGOAS, 2018).

A indústria. Na área industrial, dois fenômenos ocorreram nesta década: o surgimento da cadeia da química e do plástico e o processo da industrialização das MPE's. A indústria química em Alagoas deu um salto em 1977 com a inauguração da Salgema Indústrias Químicas, transformada em Braskem em 2002. Essa empresa abriria a possibilidade de instalação do Polo Cloroalcoolquímico de Alagoas (PCA), adiado pela conjuntura nacional dos anos 1980/1990 e pela concorrência dos polos de Camaçari (BA), Cubatão (SP) e Triunfo (RS). A Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP) que substituiu a ideia de um polo cloroalcoolquímico, surge a partir da empresa-matriz, Braskem, sexta maior petroquímica do mundo, proprietária da maior planta de processamento de cloro-soda e maior produtora de PVC da América Latina. A cadeia é formada por 17 indústrias químicas de primeira à terceira geração, mais 104 indústrias diversas a elas vinculadas, concentradas em Marechal Deodoro e Maceió (DIODATO, 2017).

Nestas quase duas décadas, houve o anúncio e o conseqüente esquecimento de muitos e grandes empreendimentos não realizados, desde refinaria de petróleo, novo porto marítimo, ferrovia, mineradora a estaleiro naval. Em lugar disso, no entanto, construiu-se, um dinâmico tecido industrial de micro e pequenas empresas. A partir de 2007, o novo sistema de arrecadação de tributo, o Simples Nacional, facilitou e desburocratizou o processo de legalização das microempresas. Em 2008, entrou em vigor o estatuto do microempreendedor individual, o MEI. Estes dois instrumentos legais agem intensamente na formalização das empresas de micro e pequeno portes, facilitando seu processo de inserção na rede financeira, no acesso à formação e assistência técnica e outros ganhos empresariais. O Simples e, logo depois, o MEI, entram no universo das MPE's e MEI's que tinham forte relação com o mercado consumidor regional nordestino, principalmente nos bairros das grandes cidades e localidades do interior, ultrapassando dois milhões de empreendimentos (ver Tabela 7).

Tabela 7. NORDESTE/ALAGOAS: MPE's E MEI's(2008-2018)

	NORDESTE		ALAGOAS	
	MPE	MEI	MPE	MEI
2008	429.799	-	23.608	-
2010	588.924	1.339	30.034	-
2012	1.108.938	384.913	59.396	23.583
2014	1.581.875	718.411	87.845	47.250
2016	1.946.133	1.127.664	105.718	66.584
2018	2.271.420	1.385.054	121.374	82.537

Fonte: (BRASIL, 2019).

Neste cenário, está ocorrendo em Alagoas a industrialização baseada em micro e pequenas empresas formalizadas e presentes em todo território alagoano. Em 2015, o Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios registrou 3.198 indústrias e 2.768 empresas de construção no universo das 50.652 MPE's existentes (ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS, 2017). Em novembro de 2018, a Junta Comercial de Alagoas anunciou, em seu Boletim Informativo, que o Estado possuía 168 mil empresas legalizadas, majoritariamente de comércio (80 mil) e serviços (66 mil). No entanto, revelando esse processo de formação de um novo tecido industrial, o Boletim também informa a existência de 13,6 mil empreendimentos que se declaram “indústria” e 8,4 mil de “construção” (FACILITA ALAGOAS, 2018). São MPE's industriais que produzem alimentos, bebidas, confecções, móveis e serralharia, material de

construção, de limpeza, objetos de decoração e muitas outras manufaturas em unidades de pequena dimensão e empresas atuantes nas áreas da construção popular.

Esse é um fenômeno ainda pouco trabalhado pelas instituições de desenvolvimento por suas características básicas: pertencem ao universo das MPE's, e estão espalhadas pelos bairros e cidades do interior, fora dos polos e distritos industriais, numa relação direta com seu público consumidor. Na pesquisa "Zoneamento Industrial de Alagoas - 2014", realizada pela Federação das Indústrias de Alagoas, esse movimento ainda não é captado. Na pesquisa, estão registradas 4.371 empresas desse setor, com predominância das padarias (1.040) e casas de farinha (720), que, ao lado das movelarias (464) construção (310) e confecções (100), representavam 78% das indústrias alagoanas. No tocante à mão de obra, o estudo chama a atenção para o reduzido tamanho dessas unidades: 83% tinham até 10 trabalhadores e, apenas 43 indústrias tinham mais de 300 funcionários, destacando-se o setor sucroalcooleiro, com suas 28 unidades na época, empregando 39% da mão de obra industrial.

A ampliação da rede das MPE's e dos MEI's, industriais, comerciais e de serviços, está diretamente relacionada com o processo da "bancarização" e a elevação da renda popular. Entre 2010 e 2014, a rede bancária nordestina cresceu de 2,6 mil para 3,6 mil agências; mas, pela característica regional de seu mercado de renda mais baixa, o mais significativo foi a ampliação do número de correspondentes bancários, que alcançou, em 2014, 45 mil postos de atendimentos, 22% do conjunto nacional. No mesmo ano, o sistema de microcrédito na região era responsável por 41% dos clientes nacionais e 51% do valor das carteiras identificadas (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2015).

O setor de serviços e comércio. Nestes anos, dois segmentos – turismo e distribuição comercial – destacaram-se na área comercial e de serviços. O turismo supera a visão marcada pelo viés de "potencial" para se consolidar como um setor importante da economia estadual, e o setor de distribuição comercial se transforma no mais importante segmento econômico de Alagoas. A constituição de um moderno grupo de empresas, organizadas na Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor de Alagoas (ACADEAL), resulta do aproveitamento, pelos atacadistas, da ampliação do varejo popular, nos seus dez mil postos de vendas (bares e lanchonetes, supermercados, lojas de material de construção, padarias, hotéis). Estas empresas representam o segmento de maior receita empresarial do Estado, com 47 de suas firmas (das 83 associadas) faturando 3,2 bilhões de reais, em 2018, superando, de longe, a receita de todas as empresas do tradicional setor sucroalcooleiro (REVISTA DISTRIBUIÇÃO, 2019).

A atividade turística impulsionou suas atividades nas duas últimas décadas, ancorada na melhoria da renda nacional, na ampliação da rede hoteleira e na oferta acessível de passagens e pacotes. Duas variáveis - o movimento de passageiros e a rede hoteleira - cresceram de forma exponencial nos anos recentes. O fluxo de passageiros nos aeroportos nordestinos crescendo de 6,3 milhões em 2004 para 33 milhões em 2014, saltando o de Alagoas (Zumbi dos Palmares) de 317 mil para 1,8 milhão de passageiros neste intervalo de tempo. A oferta hoteleira no Nordeste, pressionada pela demanda nacional, sobe ininterruptamente em duas décadas. O número de meios de hospedagem que, em 2002, tinha registrado na Embratur 606 unidades (hotéis, pousadas, etc.), dos quais 110 em Alagoas, eleva esse número e, praticamente, duplica de tamanho entre 2008 e 2018 (Tabela 8).

Tabela 8 – NORDESTE/ALAGOAS: OFERTA HOTELEIRA(2008-2018)

	MEIOS DE HOSPEDAGEM		UNIDADES DE HABITAÇÃO		LEITOS	
	NE	AL	NE	AL	NE	AL
2008	1.169	107	59.737	5.415	138.603	13.849
2012	1.454	150	67.788	6.384	156.360	15.504
2016	1.902	163	87.782	7.625	206.809	18.240
2018	2.229	296	95.536	10.506	222.775	24.979

Fonte: (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO, 2019).

6 Considerações Finais

Nenhum aspecto das mudanças regionais no período 2001-2014 teve mais destaque, nos meios de comunicação social e na produção acadêmica, do que a queda da pobreza e da miséria no âmbito regional. Neste período, os números foram reduzidos de maneira expressiva: quinze milhões de pobres e dez milhões de extremamente pobres a menos no Nordeste. No caso alagoano, a queda foi relativamente menor que a nordestina, mas, ainda assim, acompanhou a tendência regional (Tabela 9).

Tabela 9 – NORDESTE/ ALAGOAS: POBREZA (2001-2014)

	NORDESTE		ALAGOAS	
	POBRES	EXTREMAMENTE POBRES	POBRES	EXTREMAMENTE POBRES
2001	29.021.652	15.094.692	1.903.791	1.055.157
2005	27.488.316	12.416.917	1.853.577	946.177
2011	18.364.417	7.086.205	1.294.671	472.609
2014	14.089.775	4.912.849	1.046.441	399.675

Fonte: (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).

Essa tendência é confirmada pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), revelando como a sociedade e a economia alagoana, na segunda década do século XXI, encontravam-se bem diferentes do ano 2000, com uma população mais urbanizada, menos pobre, com um nível maior de escolaridade e mais conectada, contemplando novas situações, a exemplo do número de residências com energia que saltou de 668 mil, em 2006, para um milhão em 2017. A universalização da energia elétrica, ao mesmo tempo em que permitiu a ampliação do consumo pela sociedade, também possibilitou a esta ficar mais atendida. Em 2016, 61% dos nordestinos e 59% dos alagoanos se conectavam à Internet; o número de celulares cresceu no “boom do consumo” de 700 mil, em 2005, para 4,2 milhões em 2014; e, mesmo caindo para 2,9 milhões em 2019, continuou a fazer parte do cotidiano da maioria das famílias de baixa renda (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2019).

A queda da pobreza e a melhoria dos indicadores sociais nas áreas de educação e saúde fizeram com que, em 2010, o IDH-M subisse mais rapidamente em relação ao período 1991-2000. No entanto, Alagoas permaneceu como o mais baixo IDH-M do País, mesmo saindo do nível “baixo” para “médio” de desenvolvimento (Tabela 10).

Tabela 10. ALAGOAS: IDH-M (1991-2010)

ANO	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,174	0,282	0,520
IDHM Longevidade	0,552	0,647	0,755
IDHM Renda	0,527	0,574	0,641
IDHM	0,370	0,471	0,631

Fonte: (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Nos anos pós-Censo de 2010, Alagoas apresentou um processo de evolução positiva de seus indicadores sociais – analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida –, estes dois últimos sob a influência da melhoria de renda e da cobertura de 83% da população pelo SUS, apontando para uma possibilidade de convergência com os índices médios nordestinos, o que fazia antever um melhor resultado no IDH-M em 2020. No entanto, a pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais 2018”, do IBGE, revelou que, em função da crise econômica do período recente, da deterioração do mercado de trabalho e da queda da renda, mais os cortes orçamentários federais, ocorreu um crescimento nacional da pobreza, entre os anos 2016 e 2017, rompendo com a série dos anos de redução desse fenômeno,

fazendo o Nordeste voltar a ter 44,8% pobres e Alagoas alcançar 48,9% de pessoas de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2018).

Tomando estas quase duas décadas como um longo período a ser analisado, podemos notar o quanto a economia alagoana sofreu mudanças, diversificando sua produção, e a sociedade ficou mais complexa e resistente. Com essas mudanças, a seca de 2012-2016, considerada uma das maiores do século, não apresentou nenhuma das cenas antigas de saques ou retirantes, nem as sequelas das estiagens prolongadas do passado. Em perspectiva, neste novo quadro econômico e social dos anos de recessão e recuperação lenta, pelos estreitos vínculos com a economia brasileira e regional, os próximos resultados relacionados ao investimento, emprego, renda e diminuição da pobreza continuarão dependendo, tal como nas etapas anteriores, do desempenho da economia nacional. As alterações no quadro nacional influenciam a realidade nordestina e esta poderá ou não mobilizar a economia alagoana na resolução de seus problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Dados**. 2019. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/institucional/>. Acesso em: 20 maio 2019.

ALAGOAS. Secretaria da Agricultura. **Diversificação Agrícola na Zona Canavieira de Alagoas**. Texto mimeografado. Maceió: SEAGRI, 2018.

ALAGOAS. Secretaria do Planejamento. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas**. Maceió: NEP/SEPLAG, 2017.

ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS: 2015. 8 ed. Brasília: DIEESE, 2017. ISSN 1983-2095.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO 2019. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, v.46, 2018. Ano Base 2018. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

ANUÁRIO RAIS. MTE, 2018. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em: 21. dezembro 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Anuário Estatístico. [2018]. Versão interativa. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>. Acesso em: 21 dezembro 2019.

BOLETIM REGIONAL. Brasília: Banco Central do Brasil, v.13, n.2, abr. 2019. ISSN 2175-9278. Trimestral. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimregional>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatórios de Informações Sociais**. abr. 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional**. 2019. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Previdência. **Estatísticas**. Secretaria de Previdência, maio 2013. Publicado no site em 1 de maio 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/>. Acesso em: 26 maio 2019.

CARVALHO, C.P. **Economia Popular**: uma via de modernização de Alagoas. 8 ed. Maceió: Edufal, 2019.

DIODATO, R. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ELETOBRAS. **Programa Luz para Todos**. c2017. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Luz-para-Todos.aspx>. Acesso em: 27 maio 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário Estatístico**. [2004]. Versão interativa. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>. Acesso em: 21 maio 2019.

ENDIVIDAMENTO dos estados do nordeste em 2018. **Diário Econômico**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano II, n. 31, 26 abr. 2019. ISSN 2594-7338. Publicação Diária. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/publicacoes-editadas-pelo-etene/diario-economico-etene/diario-economico-2019>. Acesso em: 21 maio 2019.

FACILITA ALAGOAS. Maceió: JUCEAL, ano v, ed.36, nov. 2018. Informativos da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL). Disponível em: <http://www.juceal.al.gov.br/institucional/informativos>. Acesso em: 19 maio 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Zoneamento Industrial de Alagoas**: 2014. Maceió: FIEA, 2014. Disponível em: <http://www.al.senai.br/public/documentos/zoneamento-industrial.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: SIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre>. Acesso em: 21 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**: SCR. Rio de Janeiro: IBGE, 2002-2017. Série Contas Regionais do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 18 dezembro 2019a. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Rio de Janeiro: IPEA, c2006. Base de dados: Macroeconômico; Regional; Social. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 24 abr. 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, ed. mar. 2019. Mensal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 maio 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 maio 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Ed.Unesp, 2014.

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA. Brasília: Banco Central do Brasil, n.3, 2015. ISSN 2179-6696. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

REVISTA DISTRIBUIÇÃO. São Paulo: ABAD, ed. 308, n.27, maio 2019.

SALÁRIO MÍNIMO de 2016 é R\$880,00. **Nota Técnica**. São Paulo: DIEESE, n.153, dez. 2016.